



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

TÚLIO CÉSAR PINHEIRO DE OLIVEIRA

**AVALIAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA ARENINHA DE FORTALEZA: UMA
ANÁLISE ESPORTIVA DO ENTORNO DA ARENINHA DO CAMPO DO AMÉRICA**

FORTALEZA

2024

TÚLIO CÉSAR PINHEIRO DE OLIVEIRA

AVALIAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA ARENINHA DE FORTALEZA: UMA ANÁLISE
ESPORTIVA DO ENTORNO DA ARENINHA DO CAMPO DO AMÉRICA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Souza Porto.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O52a Oliveira, Túlio César Pinheiro de.
Avaliação na política pública Areninha de Fortaleza: : uma análise esportiva do entorno da Areninha do Campo do América / Túlio César Pinheiro de Oliveira. – 2024.
115 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Márcio de Souza Porto.
1. Areninha. 2. Avaliação em Profundidade. 3. Esportes. 4. Fortaleza. 5. Política pública. I. Título.
CDD 320.6
-

TÚLIO CÉSAR PINHEIRO DE OLIVEIRA

AVALIAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA ARENINHA DE FORTALEZA: UMA ANÁLISE
ESPORTIVA DO ENTORNO DA ARENINHA DO CAMPO DO AMÉRICA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio de Souza Porto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Danielle Maia Cruz
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Prof. Dr. Samuel Leite Castelo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar a força, a saúde e a sabedoria necessárias para concluir esta etapa tão importante da minha vida.

À minha companheira Jordana, por estar ao meu lado em todos os momentos, compartilhando alegrias e desafios, e por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava.

À minha família, pelo amor incondicional e pelo constante apoio. Aos meus pais Ladislau e Emília, pela educação e valores que me foram transmitidos. Às minhas irmãs e cunhado, pela amizade e pelo incentivo em todos os momentos. À minha sobrinha Laurinha por ser uma luz na nossa vida.

Ao Prof. Dr. Márcio de Souza Porto, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca, Prof^a. Dra. Danielle Maia Cruz, Prof. Dr. Gelison Diniz e Prof. Dr. Samuel Leite Castelo, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos meus colegas de curso, pelas experiências e aprendizados que compartilhamos, as quais foram essenciais para o sucesso desta jornada.

Aos meus colegas de trabalho, pela compreensão e apoio, e por contribuírem para o meu crescimento profissional durante este período.

A todos, meu sincero agradecimento. Sem vocês esta conquista não seria possível.

“O importante na vida não é o triunfo, mas a luta; o essencial não é ter vencido, mas ter lutado bem” (Pierre de Coubertin).

RESUMO

Esse estudo teve por objetivo avaliar a implementação da política Areninha no âmbito da Prefeitura do Município de Fortaleza, a partir de seus impactos sociais, esportivos e econômicos em seu entorno. Tal avaliação foi analisada de acordo com a proposta avaliativa contra hegemônica, desenvolvida por Rodrigues (2008), buscando-se uma avaliação mais extensa com o intuito de compreender a referida política sob diversos aspectos, sejam de sua constituição e da percepção dos atores envolvidos. Para tanto, foi elaborada uma análise em três eixos, quais sejam: conteúdo, contexto e trajetória. Esta avaliação tem por fim uma abordagem de cunho qualitativo, buscando compreender o impacto da política pública Areninha, em Fortaleza, no contexto da inclusão social por meio do esporte. Para a propositura desta avaliação, buscaram-se pesquisas bibliográficas, documentais, textos legais e materiais publicados referentes à política pública Areninha, com o intuito de buscar informações suficientes para a compreensão desta política. Dentre estas pesquisas apresentou-se conceitos e teorias oriundas, dentre outros, de Bourdieu e Norbert Elias, a respeito da influência do esporte na posição social do indivíduo. Foi realizada uma coleta de dados e informações por meio de entrevistas em profundidade com os principais atores envolvidos na política pública Areninha, em formato presencial, buscando compreender os objetivos centrais do projeto e se estes foram efetivamente desenvolvidos, e quais as principais mudanças efetuadas no entorno do equipamento. Assim, concluiu-se que a política pública Areninha promove a inclusão social e o acesso ao esporte, contribuindo para a regulação social, impactando positivamente a comunidade local; no entanto, também se observou a ausência de instrumentos legais que possibilitem a definição de diretrizes e objetivos do programa. Por fim, concluiu-se pela necessidade de instrumentalização da política pública Areninha através de instrumentos normativos que disciplinem o uso, a instalação, a manutenção e outros processos que interfiram na referida política, evitando que sirva de instrumento político e de controle por parte de interessados em fins pessoais.

Palavras-chave: Areninha; avaliação em profundidade; esportes; Fortaleza; política pública.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the implementation of the Areninha policy within the scope of the Fortaleza Municipal Government, focusing on its social, sporting, and economic impacts on its surroundings. Such evaluation was analyzed according to the counter-hegemonic evaluative proposal developed by Rodrigues (2008), seeking a more extensive assessment to understand the said policy from various aspects, including its constitution and the perception of the involved actors. To this end, an analysis was developed along three axes: content, context, and trajectory. This evaluation aimed to adopt a qualitative approach, seeking to understand the impact of the Areninha public policy in Fortaleza in the context of social inclusion through sports. For the proposition of this evaluation, bibliographic and documentary research, legal texts, and published materials related to the Areninha public policy were sought to gather sufficient information for understanding this policy. Among these studies, concepts and theories from, among others, Bourdieu and Norbert Elias were presented regarding the influence of sports on an individual's social position. Data and information were collected through in-depth interviews with the main actors involved in the Areninha public policy, conducted in person, aiming to comprehend the central objectives of the project, whether they were effectively developed, and the main changes carried out in the vicinity of the facility. Thus, it was concluded that the Areninha public policy promotes social inclusion and access to sports, contributing to social regulation and positively impacting the local community. However, the absence of legal instruments that enable the definition of guidelines and objectives for the program was also observed. Finally, it is concluded that there is a need for the instrumentalization of the Areninha public policy through normative instruments that regulate the use, installation, maintenance, and other processes affecting the policy, to prevent it from serving as a political instrument and being controlled by individuals with personal interests.

Keywords: Areninha; in-depth evaluation; sports; Fortaleza; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Indicação nº 0656/2022.....	79
Figura 2 -	Números da Coparena em 2022.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelos Clássicos e Contemporâneos na Avaliação de Políticas Públicas.....	23
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Areninhas por regionais.....	26
Tabela 2 - IDH das Areninhas.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COI	Comité Olímpico Internacional
CND	Conselho Nacional de Desporto
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSD	Conselho Superior de Desportos
FETRIECE	Federação de Triathlon do Estado do Ceará
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FINA	Federação Internacional de Natação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNED	Plano Nacional de Educação Física e Desporto
PPA	Plano Plurianual
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Sociedade Anônima do Futebol
SEJUV	Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará
SECEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Fortaleza
SOP	Superintendência de Obras Públicas

STDS Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social

UFC Universidade Federal do Ceará

UFF Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Contextualização.....	15
1.2	Justificativa e problema.....	18
1.3	Objetivos.....	20
1.3.1	<i>Objetivo geral.....</i>	20
1.3.2	<i>Objetivos específicos.....</i>	21
1.4	Estruturação do trabalho.....	21
2	BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA AVALIATIVA	22
2.1	Pressupostos epistemológicos da avaliação.....	22
2.2	Escolhas metodológicas para a construção da pesquisa avaliativa.....	25
2.2.1	<i>Área de estudo.....</i>	26
2.2.2	<i>Participantes da pesquisa.....</i>	28
2.2.3	<i>Instrumentos e processos de coleta de dados.....</i>	28
2.2.4	<i>Método e técnicas de análise dos dados.....</i>	28
3	OS ASPECTOS SOCIAIS DO ESPORTE.....	30
3.1	Aportes fundamentais para a compreensão do campo esportivo, na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu.....	30
3.2	O esporte como um indutor social.....	36
3.3	Teoria Crítica do Esporte.....	43
3.4	O esporte como um instrumento de dominação.....	46
4	A TRAJETÓRIA DO ESPORTE.....	53
4.1	A origem do esporte no Brasil.....	53
4.1.1	<i>Era Vargas.....</i>	54
4.1.2	<i>Ditadura Militar.....</i>	59
4.1.3	<i>A redemocratização do esporte.....</i>	63
5	ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA ARENINHA.....	78
5.1	Análise dos Eixos da Avaliação em Profundidade.....	78
5.1.1	<i>Análise de Conteúdo.....</i>	78
5.1.2	<i>Análise do Contexto de Formulação e Implementação.....</i>	81
5.1.3	<i>Análise da Trajetória.....</i>	86
5.2	Análise da Areninha do Campo do América.....	90

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

É imperioso destacar a importância de espaços públicos, notadamente os voltados para o esporte, trazendo benefícios para o corpo e para a mente. Esses espaços podem ser utilizados por pessoas de todas as idades e classes sociais, proporcionando uma opção de lazer saudável e acessível. Promovem, ainda, a inclusão social, pois permitem que pessoas de diferentes origens e contextos possam se encontrar num ambiente comum, compartilhando experiências.

Os espaços públicos voltados para o esporte têm um papel importante na redução da violência, pois oferecem uma alternativa saudável para jovens que, de outra forma, poderiam se envolver em atividades ilícitas e perigosas. Além disso, esses espaços podem ser utilizados para a realização de atividades educativas e culturais, contribuindo para a formação integral dos indivíduos.

Ressalta-se, ainda, que tais espaços não são apenas para a prática esportiva, mas também para a convivência social, a integração entre as pessoas e a construção de comunidades mais saudáveis e solidárias. Por todas essas razões, investir em espaços públicos voltados para o esporte é fundamental para promover o bem-estar e o desenvolvimento humano das comunidades.

Segundo o Secretário de Esportes do Município de Fortaleza, Ozires Pontes (Fortaleza, 2021), o projeto Areninha não inclui somente a área esportiva, mas visa também a recuperação do entorno, estimulando um fluxo econômico, além da sociabilização e da perspectiva de formar novos atletas, chamando, assim, a atenção de gestores de outras capitais.

Ademais, o gestor observa que o projeto consiste no melhoramento dos equipamentos esportivos de vários pontos da cidade, principalmente em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como objetivo proporcionar à comunidade meios para, além da atividade física, ser um espaço de convivência, lazer e segurança (Fortaleza, 2021).

Assim, a política pública Areninha de Fortaleza é um programa criado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza que visa a construção de quadras poliesportivas em áreas de vulnerabilidade social da cidade, com o objetivo de incentivar a prática de esportes e promover o desenvolvimento social e humano dessas comunidades.

O Município de Fortaleza é a capital do Estado do Ceará, que conta com uma população estimada em 2.428.708 habitantes e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,754, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2022), extraídos do censo realizado em 2022.

Assim, considerando os municípios adjacentes da Região Metropolitana de Fortaleza, compondo um total de dezenove municípios, pode-se depreender que se trata de uma metrópole que, como tantas outras, são cercadas de desafios sociais, tais como segurança, pobreza, cultura e educação.

O programa Areninha surgiu primeiro com o projeto do Campo do América¹, em junho de 2014, o qual tinha como intuito inicial evitar a especulação imobiliária. Outro objetivo fora a requalificação do campo, devido ao alto custo com a implantação e manutenção de grama natural. Assim, construiu-se um equipamento com um campo de grama artificial, tendo como consequência um amplo espaço de lazer para a comunidade local (Fortaleza, 2015).

Atualmente, o programa contempla equipamentos urbanizados e requalificados, distribuídos em diversos bairros de Fortaleza, conforme o índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como objetivo ofertar para a comunidade local um equipamento voltado para a prática de esportes, um espaço de convivência social, lazer, assim como um meio de formação do cidadão (Fortaleza, 2016).

Há de se destacar o projeto “Juntos por Fortaleza”, que foi uma iniciativa conjunta entre o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza, lançado em 2017, com o objetivo de promover melhorias na infraestrutura urbana, saúde, educação e segurança da capital cearense. A colaboração entre os dois níveis de governo visava integrar ações e otimizar recursos, buscando impactos mais significativos nas áreas que necessitavam de intervenções.

A ideia é acelerar os planos em andamento e desenvolver novas obras, reformas e planejamentos na Capital. Os benefícios para os cidadãos fortalezenses envolverão a urbanização de lagoas, comunidades e áreas preservadas, a reforma de áreas de lazer e esporte, obras de mobilidade, drenagem e abastecimento de água, dentre outras políticas, todas com recursos dos tesouros estadual e municipal. Em outros momentos,

¹ A Areninha do Campo do América está localizada no Meireles, entre as ruas José Vilar e Tenente Benévolo. A ligação do local com o esporte se dá pelo próprio nome. A primeira versão é de que o time do América-CE (que joga atualmente na 3ª divisão do Campeonato Cearense) já teria sido dono do campo e que, devido às dívidas do clube, o INSS teria se apropriado do local. Outra ideia é a de que o América mandava jogos lá nos primórdios do futebol cearense. De fato, o América-CE teve um estádio próprio, mas em uma região próxima dali. Então, a segunda versão tende a ser a mais próxima da origem do local e do seu nome. Disponível em: <https://ge.globo.com/ce/noticia/2013/09/comunidade-aguarda-reforma-do-campo-do-america-e-quer-dialogo.html>. Acesso em: 9 ago. 2024.

serão anunciados outros investimentos em estruturas para Segurança, Saúde, Educação e Cultura (Ceará, 2021).

Assim, o programa “Juntos por Fortaleza” tem se destacado, dentre outros, pela implantação de Areninhas no Município de Fortaleza, aumentando consideravelmente o número de equipamentos de lazer e esporte para a população.

Destaca-se, ainda, que o governo do Estado do Ceará tem firmado convênio com os demais municípios cearenses para a construção de Areninhas, demonstrando, assim, a importância social, esportiva e econômica para a região beneficiada, conforme é destacado na matéria publicada no site oficial do governo do Estado do Ceará:

Já são 261 campos de grama sintética implantados pelo poder público, sendo 161 construídos pelo governo estadual no interior e outros 100 instalados na Capital, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza. Cada Areninha é resultado de parceria entre Governo do Ceará e prefeituras municipais. Por meio de orçamentos de secretarias, como a Secretaria do Esporte e Juventude (Sejuv), a Superintendência de Obras Públicas (SOP) executa a construção. Cabe a cada prefeitura indicar e doar o terreno para a construção do campo².

Não obstante, considerando que a Areninha não se trata apenas de uma praça destinada à prática de esporte, principalmente o futebol, mas um ambiente de lazer, segurança e que tem como objetivo ofertar à comunidade maior segurança e que seja um instrumento para alavancar a economia no seu entorno, estabelecendo, portanto, um ciclo econômico importante. Assim, é imperioso registrar que diversos órgãos e, até mesmo instituições privadas, podem estar envolvidas direta ou indiretamente no programa Areninha, conforme os exemplos a seguir:

- Atleta Cidadão, projeto realizado por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Secel) e da Federação de Triathlon do Estado do Ceará (Fetrieve);
- Esporte em Três Tempos - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará;
- Esporte Superação - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará;
- Futpaz - iniciativa do Governo do Estado, em parceria com os clubes de futebol Fortaleza, Ceará e Ferroviário;
- Escola Areninha - Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza.

² Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2022/02/19/governo-do-ceara-inaugura-261-a-areninha-do-estado-e-realiza-sonho-antigo-da-comunidade-santa-filomena/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Grifa-se que o programa Futpaz é um projeto desenvolvido no âmbito da Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará (Sejuv), em parceria com os principais clubes da capital cearense, quais sejam, Fortaleza Esporte Clube, Ceará Sporting Club e Ferroviário Atlético Clube, alinhados com Secretaria de Esporte e Lazer (Secel), tendo como objetivo, em linhas gerais, ofertar para as comunidades do entorno das Areninhas a prática do futebol, visando o desenvolvimento social, a ampliação do acesso à prática do esporte, a ocupação dos espaços públicos da cidade e o incentivo às relações de lideranças e colaboratividade, promovendo, dentre outros, a cultura de paz entre as torcidas.

Registra-se, ainda, que, no caderno Plano Fortaleza 2040 (Fortaleza, 2019), a administração pública tem uma visão futura do esporte, no sentido de ser referência nacional em qualidade de vida da população, por meio da prática de atividades físicas, acompanhada de políticas públicas, garantindo-se recursos para a promoção universal do esporte e lazer, integrado a saúde, combate à violência, educação e cultura.

É oportuno registrar que o programa Areninha tornou-se referência para outros entes federativos no Brasil. O secretário do Esporte e Lazer do Município de Fortaleza, Ozires Pontes, afirmou que tem recebido, presencialmente, secretários de todo o Brasil para apresentar o projeto, o qual considera “uma das maiores políticas públicas de Fortaleza. “Considero a Areninha um verdadeiro gol de placa da Prefeitura, tanto pela questão esportiva, quanto por revelar talentos e pela inclusão social, enfatizou Pontes (Fortaleza, 2021).

1.2 Justificativa e problema

Fazendo uma pesquisa sobre avaliação do projeto Areninha, verificou-se que há pouco conteúdo sobre o tema, seja na bibliografia, trabalhos científicos, ou até mesmo em trabalhos desenvolvidos pelos entes públicos, despertando, assim, a necessidade de se avaliar a referida política.

É possível inferir, no Município de Fortaleza, a crescente quantidade de Areninhas espalhadas por toda a cidade, fazendo crer que se trata de um importante programa de interação da comunidade residente no entorno destes equipamentos. No entanto, fez-se necessário uma abordagem técnica para avaliar o grau de benefício que este programa tem desenvolvido para a população envolvida direta ou indiretamente, servindo, até mesmo, para o poder público, no sentido de otimizar o programa.

A avaliação da política pública “Areninha”, em Fortaleza, é fundamental para verificar se os objetivos e metas estabelecidas estão sendo alcançados, bem como identificar

pontos fortes e fracos do programa, permitindo que sejam feitos ajustes e melhorias necessárias. Além disso, a avaliação permite que os gestores públicos possam tomar decisões informadas sobre a alocação de recursos e definir prioridades para o programa. É importante, ainda, para a prestação de contas aos cidadãos, que têm o direito de saber se seus tributos estão sendo utilizados de forma eficiente, assim como para promover o desenvolvimento social e esportivo das comunidades. Portanto, é necessário avaliar a efetividade da política pública em atender às necessidades e demandas das comunidades locais, para permitir, assim, que possam ser realizadas adaptações e melhorias que aumentem o impacto e a eficácia do programa.

Além disso, a avaliação pode fornecer informações importantes para a formulação de políticas públicas em outras áreas, pois os resultados obtidos podem servir como base para a criação de novas iniciativas que promovam o desenvolvimento humano e social das comunidades. Ademais, serve para garantir a transparência e a prestação de contas dos gestores públicos, além de promover a participação social e a tomada de decisão compartilhada entre os cidadãos e as autoridades locais.

A desenvoltura de políticas públicas destinadas ao bem-estar da população, tal qual a “Areninha”, é de suma importância, sendo, portanto, objeto de pesquisa, com intuito, dentre outros, de demonstrar não só as virtudes do programa, mas pontos que possam ser otimizados pelo poder público, sempre com o preceito do interesse público. Outrossim, este trabalho também se justifica pela necessidade de preservar a história do esporte nacional, sobretudo do Estado do Ceará, mantendo, assim, a identidade cultural do nosso povo.

A preservação da história do esporte é importante para a compreensão e o estudo do desenvolvimento social e político do país. O esporte é um fenômeno que envolve diversas áreas da sociedade, tais como política, economia, cultura e educação. Portanto, a história do esporte pode fornecer informações valiosas sobre o desenvolvimento dessas áreas ao longo do tempo. É também importante para a formação de identidades regionais e locais, haja vista que o esporte é uma atividade que envolve comunidades locais e a preservação da história do esporte pode ajudar a fortalecer a identidade dessas comunidades. Por fim, pode servir como uma fonte de inspiração e motivação para as gerações futuras.

A história do esporte é rica em exemplos de superação, dedicação, trabalho em equipe e espírito esportivo. A preservação dessa história pode ajudar a incentivar valores positivos na sociedade e inspirar atletas e admiradores do esporte. Portanto, a preservação da história do esporte no Brasil é uma tarefa importante e necessária para a promoção da cultura, do conhecimento e dos valores positivos na sociedade brasileira.

Considerando a importância deste equipamento como um instrumento de potencial indutor social, envolvendo atores da comunidade do seu entorno, seja na prática de esportes, no lazer, na percepção de segurança ou, até mesmo, na oportunidade de benefícios econômicos, verifica-se ser de grande importância a avaliação da política pública das Areninhas, assim como os programas desenvolvidos no âmbito destas.

O problema desta dissertação concentra-se na análise crítica do impacto do programa de política pública Areninha em Fortaleza, no contexto da promoção da inclusão social através do esporte. A questão central, portanto, é investigar até que ponto esse programa atua de forma estruturante na transformação das condições sociais das comunidades atendidas, ou se, na verdade, ele limita-se a mitigar sintomas de desigualdade sem enfrentar suas causas profundas.

Diante desse cenário, este trabalho se propõe a explorar se a Areninha é capaz de promover, de maneira efetiva, o desenvolvimento social da comunidade, ou se o programa serve de instrumentos para outros fins, tais como cunho político ou financeiro daqueles que detém o poder.

Portanto, o problema a ser analisado é: a Areninha, enquanto política pública, contribui para a transformação social nas comunidades de baixa renda, promovendo igualdade de oportunidades e fortalecendo a coesão social, ou ela reforça dinâmicas de poder e controle, servindo de instrumento diverso do interesse público? Essa questão envolve avaliar a profundidade e a sustentabilidade dos impactos gerados pela Areninha, considerando suas implicações sociais, políticas e simbólicas.

1.3 Objetivos

Este trabalho tem como título “AVALIAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA ARENINHA DE FORTALEZA: Uma análise esportiva do entorno da Areninha do Campo do América”, no qual buscou-se analisar criticamente o impacto da política pública Areninha, em Fortaleza, no contexto da inclusão social por meio do esporte, investigando em que medida o programa contribui para a transformação das condições sociais das comunidades atendidas.

1.3.1 Objetivo geral

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar se o equipamento Areninha está sendo utilizado como instrumento de promoção esportiva no seu entorno, seja por meio de atividades físicas, por lazer ou até mesmo com fins profissionais.

1.3.2 Objetivos específicos

Para alcance desse objetivo central, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- i) levantar informações sobre o início do projeto Areninha, desde suas perspectivas iniciais aos procedimentos legislativos para a propositura desta política pública;
- ii) analisar o contexto da política pública Areninha, desde sua concepção institucional até suas mudanças, ao longo de sua existência;
- iii) identificar os principais pontos positivos e negativos do programa;
- iv) analisar o grau de satisfação da comunidade no entorno do equipamento.

1.4 Estruturação do trabalho

Este trabalho foi dividido em seções, das quais a primeira tem uma concepção introdutória, identificando a estruturação deste trabalho, a contextualização da política em análise, sua relevância e os objetivos principal e específicos necessários para a pesquisa avaliativa. Na segunda seção, foram apresentados os pressupostos epistemológicos da avaliação, assim como a metodologia escolhida.

Na terceira seção, tem-se o referencial teórico pelo qual se buscou inserir os aportes fundamentais para a compreensão do campo esportivo, na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, analisando o esporte como um indutor social, perpassando pela teoria crítica do esporte, assim como demonstrar como o esporte pode se tornar um instrumento de dominação.

Já na quarta seção, ainda na busca por apresentar o referencial teórico, almejou-se apresentar a trajetória do esporte no Brasil, desde sua origem até os dias atuais, assim como tentou-se demonstrar a importância do resgate da memória esportiva brasileira.

Na quinta seção, é apresentada a análise da política pública Areninha, na qual foi feito um exame dos eixos “Contexto, Conteúdo e Trajetória” da avaliação em profundidade de Rodrigues (2008), além das análises das entrevistas com os atores envolvidos, buscando compreender os aspectos do equipamento Areninha através de seus usuários e responsáveis.

Por fim, tem-se as considerações finais, nas quais buscou-se consolidar os resultados das análises qualitativas do presente trabalho.

2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA AVALIATIVA

Neste capítulo, foi desenvolvida e apresentada a reflexão sobre as bases teórico-metodológicas que foram utilizadas para a presente avaliação, servindo como base, juntamente com as abordagens teóricas, o objeto avaliativo e o que se almeja da avaliação, reunindo, assim, dados suficientes para a elaboração deste trabalho.

2.1 Pressupostos epistemológicos da avaliação

Considerando que o projeto Areninha tem grande importância no cenário social, cultural, econômico. e até mesmo esportivo, envolvendo diversos atores, sejam moradores, praticantes de esporte, comércio local, entre outros, surge a necessidade de desenvolver pesquisas avaliativas no referido programa, no sentido de levantar os seguintes questionamentos abordados por Gussi e Oliveira (2016, p. 84) “para que”, “para quem”, “como avaliar” e qual o verdadeiro sentido da avaliação das Políticas Públicas. Assim, estabelecem que:

Essas perguntas remetem para a necessidade de construção de outros parâmetros de avaliação que vão além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos preconcebidos e se distanciem da agenda política e do modelo técnicoformal de avaliação, ampliando o horizonte político, analítico e metodológico da avaliação de políticas públicas.

Para Gussi e Oliveira (2016), deve haver diferentes enfoques de avaliação, inserindo contextos culturais, sociais e econômicos, buscando parâmetros avaliativos distintos daqueles indicados pelo modelo técnico-formal de avaliação. Ou seja, a implantação de métodos avaliativos, com enfoques gerenciais, como eficácia, efetividade e eficiência, trazem perspectivas distintas das avaliações contra hegemônicas, pois estas visam ir além de índices preestabelecidos, necessitando, pois, de um olhar mais profundo, imergir-se no cotidiano da política, para, assim, obter dados e informações suficientes para aferir sentimentos, sensações daqueles atores envolvidos no âmbito da política.

Para Cruz (2019), as avaliações de cunho positivistas, ou seja, com foco nos resultados, remetem à busca de efeitos previstos, desconsiderando os não previstos, tendo, portanto, pouco espaço para a própria crítica da política. Assim, destaca-se a avaliação em profundidade, na qual o avaliador imerge no campo da política pública, para entender suas tessituras, ou seja, compreendendo suas especificidades. Para Rodrigues (2008), o avaliador

deve mergulhar em uma particularidade do campo de investigação, ampliando, assim, o campo investigativo.

Rodrigues (2008, p. 5) enalteceu a avaliação em profundidade como um instrumento amplo de pesquisa: “A proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa”. A autora sublinha, ainda, que, numa avaliação em profundidade de políticas públicas de caráter social, haja uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento dos trabalhos, destacando quatro eixos analíticos para a formulação avaliativa: análise de conteúdo do programa; análise de contexto da formulação da política; trajetória institucional de um programa; e espectro temporal e territorial.

Quadro 1 – Modelos Clássicos e Contemporâneos na Avaliação de Políticas Públicas

Eixos Analíticos	Modelos Clássicos (Positivistas)	Avaliação em Profundidade
Conteúdo	Lógica interna do programa (modelo lógico: insumos, processos, resultados)	Análise das bases conceituais do programa e da política: paradigmas orientadores; conceitos e noções centrais; concepções e valores (coerência interna)
	Identificação dos objetivos e resultados esperados teoria do Programa: hipóteses / resultados esperados	Análise da formulação do programa e da política: objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação (coerência)
	Lógica externa do programa / Articulação: execução e efeitos esperados	
Contexto	Referido apenas à abrangência da Avaliação: nível macro ou micro; global ou setorial	Contexto da formulação do programa e da política: Análise do momento político e das condições socioeconômicas em que foram formulados Contextos da trajetória do programa/política: esferas institucional e local Contextos do processo (no tempo) do programa/política: diferentes contextos podem alterar conteúdos e processos
Trajetoira/ Temporalidade	Trajetoira: não contemplado Temporalidade: restrita à	Grau de coerência ou dispersão dos objetivos da política ou programa

	perspectiva temporal da avaliação	conforme o trânsito pelas vias institucionais, ao longo do tempo
Espectro territorial/ Temporalidade	Segmentação por níveis e etapas de avaliação: abrangência (macro, micro, setorial, local) e tipo da avaliação (ex-ante, implementação, ex-post).	Configuração temporal e territorial do percurso da política: confronto das propostas e objetivos da política com as especificidades locais e sua historicidade (importância da dimensão cultural)

Fonte: Rodrigues (2016, p. 108).

Rodrigues (2008) entende que a análise de conteúdo de um programa se refere ao exame de materiais e documentos que formularam a política pública, tais como, leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, fichas de acompanhamento e dados estatísticos.

No tocante à análise de contexto da formulação da política, a autora entende que deve haver um levantamento de informações pertinentes ao momento da formulação da política pública, principalmente ao marco legal que ampara a política, assim como as condições socioeconômicas da época, atentando-se para a correlação entre as instâncias local, regional, nacional, internacional e transnacional. Outrossim, destaca a necessidade da observação de outras políticas ou programas que tenham correlação com a política avaliada (Rodrigues, 2008).

Quanto à trajetória institucional de um programa, Rodrigues (2008) enaltece que esta dimensão tem o objetivo de observar se a política manteve o grau de coerência ao longo do percurso da política, reconstituindo-se o seu caminho no sentido de analisar as possíveis mudanças dos objetivos da política, atentando-se, ademais, aos aspectos culturais que circunscrevem os espaços institucionais e organizacionais.

A última dimensão orientada pela autora, qual seja, o espectro temporal e territorial, tem a perspectiva de assimilar a configuração temporal e territorial do percurso da política em foco, confrontando os objetivos propostos pela política com as especificidades local e territorial, buscando, portanto, assimilar a implementação da política no seu aspecto territorial, compreendendo, também, o lapso temporal da política em avaliação (Rodrigues, 2008).

2.2 Escolhas metodológicas para a construção da pesquisa avaliativa

Considerando que o presente estudo tem o intuito de avaliar os impactos gerados no entorno do equipamento “Areninha”, entende-se que haja um olhar voltado para questões além de números e estatísticas, mas que visem uma percepção do seu todo, das particularidades que envolvem seus atores. Assim, foi desenvolvida uma avaliação em profundidade, utilizando-se três dimensões analíticas, quais sejam: conteúdo, contexto e trajetória.

Ademais, pondera-se que esta avaliação teve o intuito de captar elementos suficientes para a percepção social dos atores envolvidos, em vez de captar tão somente dados, números e estatísticas que trazem uma avaliação de cunho positivista. Ou seja, buscou-se informações de cunho social que permitiram inferir o grau de envolvimento dos ocupantes do entorno da Areninha. Para tal propositura, foi necessário que o pesquisador-avaliador emergisse no cotidiano da política, construindo, por meio da observação e de técnicas de pesquisas, uma base de dados capazes de diagnosticar os efeitos desta política pública (Gussi, 2019).

É importante, para a desenvoltura desta avaliação, a análise bibliográfica e documental, com o objetivo de construir uma base conceitual (referencial teórico), assim como realizar a análise do conteúdo desta política, buscando caracterizar o contexto social, político e econômico na época de sua implantação, das transformações ocorridas, melhorias, desafios encontrados, ou seja, fazer um levantamento histórico do projeto Areninha com o intuito de levantar informações que sirvam de insumo para sua avaliação. Para tanto, buscou-se os instrumentos normativos que constituíram o programa Areninha, assim como os que formularam os projetos desenvolvidos dentro deste equipamento.

Ademais, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o projeto e outros que tenham objetivos idênticos por meios de livros, revistas, periódicos, artigos científicos, teses, dissertações e dados informativos extraídos da internet, a fim de obter maiores informações sobre os aspectos que envolvem as políticas que utilizam equipamentos públicos para o lazer da população.

Concomitantemente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela formulação ou manutenção do programa, com os moradores do entorno da Areninha, no formato presencial, buscando entender o sentimento que estes têm sobre o programa. Ademais, ainda nesta fase de campo, foi realizada uma inspeção no equipamento público, principalmente em horários de maior movimento, buscando entender a desenvoltura das atividades ali realizadas. Ou seja, foi realizada entrevista com os principais atores do projeto Areninha, desde aqueles responsáveis pela implantação e manutenção do equipamento, quais

sejam, os gestores públicos, a fim de observar os interesses públicos deste projeto, assim como os principais envolvidos, os usuários do equipamento: crianças, idosos, população circunvizinha e ambulantes, no intuito de apurar informações do quanto a constituição da Areninha mudou a vida daqueles, seja no aspecto social, cultural, esportivo, segurança, ou até mesmo financeiro.

Por fim, o que se pretendeu no presente trabalho foi analisar informações de caráter político, técnico e, sobretudo, social, para, mediante instrumentos pertinentes, avaliar os impactos oriundos do programa Areninha.

2.2.1 Área de estudo

Em pesquisa³ realizada na Secretaria de Esporte e Lazer, do Município de Fortaleza, foi possível verificar a quantidade das atuais Areninhas por regionais:

Tabela 1 - Areninhas por regionais

Regional	Quantidade
Regional 1	15
Regional 2	5
Regional 3	8
Regional 4	6
Regional 5	8
Regional 6	13
Regional 7	6
Regional 8	16
Regional 9	16
Regional 10	15
Regional 11	9

³ Disponível em: <https://esportelazer.fortaleza.ce.gov.br/areninhas/lista-de-areninhas-por-regional.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Regional 12	1
TOTAL	118

Fonte: Site da Prefeitura de Fortaleza.

Conforme já destacado, o projeto consiste no melhoramento dos equipamentos esportivos de vários pontos da cidade, principalmente em bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como objetivo proporcionar à comunidade meios para, além da atividade física, ser um espaço de convivência, lazer e segurança (Fortaleza, 2021).

Assim, fora elaborada uma análise das regionais de cada Areninha e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), chegando-se à seguinte conclusão:

Tabela 2 - IDH das Areninhas

Regional	IDH	Ranking IDH	Quantidade de Areninhas	Relação IDH x Quantidade	Ranking IDH x Quantidade
2	0,5847	1º	5	0,1169	12
12	0,5567	2º	1	0,5567	11
4	0,4404	3º	6	0,0734	10
3	0,3928	4º	8	0,0491	9
6	0,3115	5º	13	0,0240	5
1	0,2945	6º	15	0,0196	4
7	0,2731	7º	6	0,0455	8
11	0,2512	8º	9	0,0279	7
8	0,2373	9º	16	0,0148	2
10	0,2290	10º	15	0,0153	3
5	0,2159	11º	8	0,0270	6
9	0,1393	12º	16	0,0087	1

Fonte: SDE/COPDE (2014).

O presente trabalho teve como foco a Areninha do Campo do América por se tratar do primeiro equipamento da referida política e por estar compreendida no bairro Aldeota, o qual trata-se de um bairro de classe alta, mas que, na região, está situada a comunidade do Campo do América, com uma população de baixa renda. Assim, este trabalho pretendeu, dentre outros objetivos, compreender a relação da Areninha do Campo do América com a população circunvizinha.

2.2.2 Participantes da pesquisa

Para a presente pesquisa, buscou-se selecionar 8 (oito) entrevistados entre moradores da comunidade do Campo do América e usuários da Areninha, além de um professor do projeto esportivo “Crack só de bola”, de um jogador profissional oriundo do Campo do América, um jornalista esportivo, além do Secretário da Infraestrutura e da Chefe de Gabinete, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ambos do município de Fortaleza.

2.2.3 Instrumentos e processos de coleta de dados

Os dados foram coletados por este próprio pesquisador entre junho de 2023 a maio de 2024, por meio das seguintes técnicas de coleta de dados: documental, observação sistemática, entrevista e análise de conteúdo. Sobre a observação sistemática, o pesquisador sabe o que procura e, portanto, utilizou-se propósitos preestabelecidos, porém flexíveis, de modo a coletar dados dos fenômenos em que se procurou observar (Lakatos; Marconi, 2017).

2.2.4 Método e técnicas de análise dos dados

A partir dos dados coletados pelos instrumentos utilizados (entrevistas semiestruturadas, análise documental e de conteúdo e observação sistemática), realizou-se uma triangulação dos dados obtidos, combinando-se a análise dos documentos oficiais, dos contextos, conteúdo e trajetória do programa, com as percepções obtidas a partir de entrevistas realizadas com seus atores e da observação sistemática do programa Areninha (Minayo; Assis; Souza, 2005).

A análise de conteúdo foi concentrada em leis, portarias, regimentos internos, publicações em Diário Oficial e notícias do portal de Prefeitura Municipal de Fortaleza, no sentido de absorver as ideias centrais do programa, assim como seus objetivos para que fossem estabelecidas análises da coerência dessa política com a sua prática.

Sobre a análise dos contextos, buscou-se coletar informações sobre o cenário político vigente, as condições socioeconômicas e as interações entre os diferentes níveis de governo, compreendendo como o modelo político e econômico vigente se relaciona com a política pública Areninha.

Sobre a trajetória da política participativa em Fortaleza, pesquisou-se desde o nascedouro da ideia da Areninha, a transformação de um campo de várzea em um equipamento público, voltado, notadamente, para a comunidade de baixa renda. Assim, a análise da trajetória

permite verificar se a política manteve uma consistência ao longo de sua implementação, analisando como seus objetivos podem ter mudado, ao longo do tempo.

3 OS ASPECTOS SOCIAIS DO ESPORTE

Sabe-se que a atividade esportiva é largamente disseminada, não exatamente de maneira uniforme, sendo alguns tipos mais presentes em determinados espaços, nos quais também há uma heterogeneidade, principalmente no aspecto social. No entanto, para falar da sociologia presente no esporte, faz-se necessário iniciar a abordagem teórica com Pierre Bourdieu, filósofo francês que desenvolveu importantes obras no campo da etnologia e da antropologia, trazendo profundos conceitos no campo da sociologia, educação, cultura e esporte (Rezende, 2022).

Assim, é oportuno elaborar um compêndio bibliográfico das obras de Pierre Bourdieu, que trata, sobretudo, da Sociologia do Esporte, abrangendo os principais conceitos desenvolvidos pelo autor, buscando compreender que o esporte pode ser pensado como um construto social que tende a incorporar o contexto social ao seu universo.

Alinhada às ideias de Bourdieu, principalmente no que se refere ao tema esporte, utilizar-se-á, como referência, outros autores, buscando pontos importantes da perspectiva teórica de Bourdieu, voltados ao esporte, tais como Jean Marie Brohm (1982), Pierre de Coubertin, Valter Bracht (2005), Norbert Elias (1994) e Eric Dunning (1979; 2014).

Destaca-se, ainda, a Teoria Crítica do Esporte, conhecida área de estudo interdisciplinar que enfatiza a relação do esporte com a sociedade, além da importância da prática esportiva na interface com os fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Esta área crítica do esporte tem como objetivo demonstrar que o esporte vai além de uma atividade lúdica, sendo, portanto, uma ferramenta que possibilita compreender questões sociais mais amplas, tais como o gênero, a raça e as classes (Bracht, 2005).

3.1 Aportes fundamentais para a compreensão do campo esportivo, na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu

É importante asseverar que Bourdieu teve influência de diversos autores de diferentes tradições de pensamento, seja no aspecto político, social ou econômico, tais como Bachelard, Marx, Durkheim e Weber, que o ajudou a construir um arsenal teórico original, buscando desvendar, principalmente, a dialética das estruturas sociais e mentais no chamado processo de dominação.

No campo econômico e social, Bourdieu foi influenciado por Marx, muito embora este sociólogo francês não se identificasse como marxista, mas aproveitou algumas teorias

desenvolvidas por Marx, principalmente na teoria do capital, na acumulação e transformação de recursos (Bracht, 2005).

Assim, para Bourdieu, o poder econômico é apenas mais uma forma de capital, tais como o cultural e o social, importantes no construto social, mas que tais estruturas são dinâmicas e que podem ser alteradas com o tempo, moldadas por meio de seus atores, assim como estes são moldados por essas estruturas.

Bourdieu também fora inspirado pelo filósofo e sociólogo francês Gaston Bachelard, no tocante à ciência e tecnologia, chegando à conclusão, para a sua análise crítica da objetividade da ciência e da influência das imaginações sociais na produção do conhecimento.

Para Ribeiro (2020, p. 12), Bourdieu entende que a ciência deve ser vista com diferentes olhares:

Isso significa que a relação que investigo entre Bourdieu e a filosofia da ciência francesa precisa ser analisada em três níveis diferentes: o teórico, o metateórico/metodológico; e também o “nível do olhar”, por assim dizer. Parece-me que para compreender completamente a importância desses filósofos precisamos não apenas avaliar suas contribuições teóricas e históricas, mas também o modo como eles enxergam a ciência – que é antitético tanto ao olhar realista ingênuo dos leigos quanto ao olhar positivista e/ou realista dos próprios filósofos e cientistas de modo geral.

Durkheim também teve uma grande influência nas obras de Bourdieu, principalmente quanto à construção da estrutura social. No entanto, Durkheim enfatizava esse construto social de forma mais positivista, objetiva, enquanto Bourdieu dava maior atenção às práticas individuais, como se pode observar em seus conceitos, como campo, capital e *habitus*.

Bourdieu apreende da teoria de Durkheim a ênfase que este dá a sociedade como elemento que estrutura as práticas individuais. No entanto, afasta-se do excesso de objetivismo de Durkheim, quando aponta para as práticas individuais enquanto elementos estruturados. À perspectiva marcadamente positivista de Durkheim de apresentar os fatos sociais como “coisas” buscando um afastamento dos objetos analisados, Bourdieu opõe a necessidade de superação de um universalismo atemporal. Para Bourdieu, apesar da necessidade de um afastamento, não se deve desconsiderar também o contexto, a experiência de vida e social do pesquisador (Silva, 2019, p. 287).

Já Weber, em seus conceitos sobre a ação social, ao argumentar que as ações dos indivíduos são moldadas por suas crenças e valores, influenciou Bourdieu em suas teorias com a ideia de que as ações dos indivíduos são moldadas não apenas por suas crenças e valores, mas também por sua posição na estrutura social:

Sem dúvidas, a influência de Weber se manifesta em diversos escritos bourdieusianos. Benson (2006) afirma, por exemplo, que o ponto de partida para o conceito de campo foi o entendimento, originalmente weberiano, de que a modernidade seria responsável por diferenciar as sociedades em esferas de ação especializadas e parcialmente autônomas (Menezes, 2022, p. 2).

Bourdieu foi um dos primeiros sociólogos a se concentrar na sociologia do esporte, argumentando que o esporte é uma forma de poder e uma arena social para a reprodução e a luta pelo poder. Algumas das suas contribuições mais importantes na sociologia do esporte incluem (Bourdieu, 1978):

- o papel do esporte na reprodução social - o esporte é uma forma de reprodução social, pois ajuda a perpetuar as desigualdades de classe e de gênero;
- a relação entre o esporte e a classe social - o esporte é uma arena onde as relações de poder e as desigualdades de classe são exibidas e reproduzidas;
- a noção de *habitus* esportivo - os indivíduos desenvolvem um *habitus* esportivo, que é uma forma de compreender e agir no esporte que é influenciada pela sua posição social;
- A relação entre o esporte e a identidade - o esporte é uma forma importante de expressão da identidade e uma arena para a construção da identidade coletiva.

Estas contribuições são importantes para entender como o esporte é influenciado pelas relações de poder e como a prática esportiva é influenciada pela posição social e pela identidade dos indivíduos. A teoria de Bourdieu é amplamente utilizada em estudos sociológicos sobre o esporte e é uma das principais fontes para a compreensão da sociologia do esporte. Pretende-se, então, criar um elo entre as ideias desenvolvidas pelo autor francês, assim como outros pertinentes e os campos de poder do esporte, relacionando os indivíduos envolvidos e as compreensões dos resultados decorrentes do uso do esporte como um indutor social, ou seja, a relação entre o poder, a estrutura social e a ação humana.

Assim, tem-se a preocupação em abordar diferentes conceitos oriundos de Bourdieu, sobretudo no aspecto social do esporte, criando, assim, uma rede de informações capazes de formar um elo entre o trabalho empírico a ser desenvolvido e os aspectos teóricos.

Dentre os conceitos abordados pelo filósofo francês, há de se destacar importantes fatores para a construção da tessitura abrangente nesta obra: i) os conceitos relativos ao *habitus*; ii) os conceitos fundamentais da teoria dos “campos”; iii) os conceitos utilizados na operacionalização no mundo esportivo.

O autor elaborou um modelo que oportunizou a análise do mundo social, destacando-se, assim, os conceitos de “*habitus*”, “campo”, “capital” e “violência simbólica”, os quais devem ser compreendidos de forma sistemática e interdependentes. Sua principal obra, “A distinção: crítica social do julgamento” (Bourdieu, 2007), lançada em 1979, trata sobretudo da compreensão dos mecanismos sociais e culturais, até mesmo do esporte, com o intuito de demonstrar os “gostos de classe”, ou seja, o *habitus* profundamente marcado pela trajetória social dos indivíduos, para demonstrar que a experiência de socialização e a educação recebida são fatores determinantes para a compreensão dos atores. Ou seja, o *habitus* é definido como um conjunto de disposições adquiridas por meio da socialização que influenciam a percepção, julgamento e ação dos indivíduos. Algumas características importantes da teoria do *habitus* incluem:

- a) é incorporado na subjetividade dos indivíduos, tornando suas ações e percepções naturais e não conscientes;
- b) é estruturado pelo construto social, incluindo a classe, a etnia e a educação;
- c) gera práticas coerentes que reproduzem a estrutura social, mantendo o *status quo*;
- d) é adaptável a mudanças na estrutura social, permitindo aos indivíduos se adaptarem a novas situações.

A teoria do *habitus* (Bourdieu, 2007) é importante porque explica como a estrutura social influencia as percepções, julgamentos e ações dos indivíduos de uma maneira incorporada e sutil, sendo, pois, amplamente utilizada em estudos sociais e culturais, incluindo a sociologia do esporte, a sociologia da cultura e a sociologia da educação.

Assim, segundo a teoria do *habitus*, um determinado gosto, seja cultural, artístico, tal como um estilo musical, não advém de sua sensibilidade individual, mas é fruto da inserção educativa elaborada tanto pela família, quanto pela escola. Outrossim, o autor observa que o *habitus* é decorrente da relação de força entre os capitais por ele abordados: econômico, cultural, social e simbólico. Nas palavras de Bourdieu (2011, p. 191), o *habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas, estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Para Martins (2016), o *habitus* refere-se à relação estrutural nas quais estão inseridos, possibilitando compreender sua posição de campo e seu conjunto de capitais. Ou seja,

trata-se de um registro próprio cultural, o qual permite que os indivíduos, detentores de uma determinada identidade, possam conviver dentro de uma sociedade. A autora destaca, ainda, que a matriz cultural, considerada como um conjunto de práticas e ideologias que caracterizam um determinado grupo ou sociedade, possibilita a manutenção da dinâmica operacional da estrutura social; exemplifica que quando as mulheres incorporam o *habitus* do futebol, esporte predominantemente masculino, têm sua sexualidade contestada, ou, quando se apresentam mais femininas, têm suas competências e habilidades questionadas, haja vista que o futebol estar associado a traços de força e virilidade. Alinhado ao conceito de *habitus*, é imperioso observar o conceito de *campo*, sendo um espaço onde os atores agem em concorrência, em determinado espaço, onde se desenvolvem as relações de poder, tais como: político, econômico, literário, jurídico, esportivo, científico etc.

Bourdieu (2007) ressalta que a representatividade do campo é similar a um jogo, onde, por meio de regras preestabelecidas, os agentes sociais participam, havendo, por conseguinte, disputa por posições e lucros específicos. Ademais, aqueles que detêm a hegemonia têm o direito de ditar as regras. Nesses termos, à medida que o indivíduo obtém determinado prestígio social, maior será sua acumulação de capital, seja no campo do esporte, da política, da cultura, da religião etc. Ou seja, os indivíduos agem em campos sociais específicos, tais como o artístico, educacional, esportivo e cultural, onde possuem posições sociais distintas e competem pelo poder e prestígio. As posições sociais são determinadas pelo acúmulo de recursos, tais como capital cultural, econômico e social, e esses recursos são usados para influenciar as relações de poder e as estratégias de ação no campo. Portanto, a teoria do campo de Bourdieu é amplamente utilizada para compreender as dinâmicas de poder e de competição em várias esferas sociais.

No que se refere ao capital simbólico, Bourdieu (2010) destaca que se trata das diferenças de poder entre os construtos sociais que estimulam os agentes, sejam pessoas ou instituições, a influenciar os demais por meio de seus conceitos e ideias, alinhados por seus discursos mais eficientes. Ou seja, o capital simbólico é representado pela diferença do poder adquirido por diferentes atores sociais, favorecendo, portanto, alguns por suas convicções e poder de persuasão, solidificando cada vez mais o seu poder.

Martins (2016) destaca, ainda, que este capital simbólico “é composto pelo capital econômico (renda, salários, imóveis), capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos em uma determinada área) e capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação)”. Assim, pode-se depreender que há, em diversos campos, estruturas diferentes de poder, tendo uma sobreposição daquelas com um maior capital

simbólico acumulado. A título de exemplo, pode-se visualizar que no campo do esporte existem modalidades que se sobrepõem às demais, havendo, portanto, uma diferenciação das práticas esportivas valorizadas por cada classe social que compõem. Tal domínio também pode ser caracterizado pelas desigualdades no acesso ao esporte, assim como aos valores dos equipamentos esportivos.

Conforme destacou Bourdieu, tais conceitos não podem ser analisados de forma dissociada, assim, na compreensão do conceito de violência simbólica, há de se destacar, principalmente, a correlação do conceito de campo e de *habitus*, haja vista que a violência simbólica é destacada quando os agentes, em um determinado campo, aderem a determinadas regras e crenças como se estas fossem naturais (*habitus*), tornando-os incapazes de reconhecer o quão arbitrário essas regras são impostas pelas autoridades dominantes daquele campo. Ou seja, é uma violência velada, sutil e, por vezes, esquecida, tendo como intuito sedimentar a legitimidade daquele agente, seja uma instituição ou uma pessoa.

Martins (2016, p. 48) bem destaca a dominação masculina em esportes de alto rendimento. Para a autora, o futebol é um exemplo de violência simbólica:

Tomando-se como exemplo, o futebol, há uma violência simbólica estabelecida com as mulheres que praticam esta atividade que, historicamente foi reservada ao gênero masculino. Um dos motivos é justamente porque este esporte não reforça as características corporais femininas. Mulheres que praticam o esporte ficam com os corpos masculinizados e sofrem preconceito por não se enquadrarem no estereótipo corporal feminino preconizado pela sociedade.

Portanto, é importante trazer à baila tais conceitos para a compreensão dos agentes envolvidos na pesquisa, de modo a fomentar a tessitura das relações entre aqueles, demonstrando, assim, quais fatores foram determinantes para a desenvoltura do projeto das Areninhas.

Bourdieu ganhou destaque na sociologia do esporte, no entanto, é imperioso registrar que ele não fora um sociólogo esportivo, social e cultural, se analisarmos de forma isolada. O autor desenvolveu uma abordagem holística em sociologia por meio de um modelo macro explicativo do mundo social, permitindo, pois, estabelecermos uma série de correlações entre os organismos, mediante os campos e da estrutura de poder. O autor francês deixou um importante legado ao campo sociológico esportivo, com a sistematização de um *modus operandi* capaz de entender como é feita a estruturação do esporte. Bourdieu entende que o esporte, tal qual o campo econômico, é regido pela lei da oferta e da procura, assim como é

apropriado a partir de uma economia simbólica, reforçando o mecanismo de dominação.

Bourdieu (1983) enfatiza, na sua obra “Como é possível ser esportivo?”⁴, que, como não esportista, o leva a raciocinar questões que os especialistas talvez não alcancem, trazendo à baila questionamentos exógenos ao esporte, ou seja, numa análise angular diferente daqueles que estão ligados diretamente ao esporte. Assim, o autor destaca as seguintes questões: há um espaço com sua lógica própria, com sua história suficiente para a apropriação de um determinado esporte? Quais as condições sociais que permitem o uso de determinado esporte, ou seja, como as pessoas gostam de determinado esporte, seja pela prática, ou, simplesmente, como espetáculo? Quais os princípios escolhidos pelos agentes na seleção de determinado esporte, em detrimento de outros, em um dado momento?

Bourdieu acha necessário, inicialmente, entender as condições sociais que construíram os sistemas esportivos, abrangendo seus organismos como as instituições e seus agentes envolvidos, passando pelos agrupamentos esportivos, sejam públicos ou privados, os quais têm como função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um determinado esporte, e, concomitantemente, introduzir e aplicar as regras impostas. Há também, de forma adjacente, aqueles que participam de forma indireta, como os fornecedores de produtos, tais como os equipamentos esportivos e vestuários em geral; os prestadores de serviço, como técnicos, instrutores, professores; e os produtores e vendedores de espetáculos esportivos. Ou seja, há uma gama diversificada de agentes ligados direta ou indiretamente à prática esportiva.

Assim, a partir da sua indagação de como estes agentes se constituíram no tempo, Bourdieu (1983) sinaliza que estes micro-organismos tendem a funcionar como um campo, não se podendo compreender um esporte num dado momento, tampouco num quadro social. Assim destaca “[...] a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica”.

3.2 O esporte como um indutor social

Bourdieu (2004) esclarece, na obra “Coisas ditas – Programa para uma Sociologia do Esporte”, que a sociologia do esporte se dá por meio da análise do esporte ligado ao conjunto

⁴ Trata-se de uma exposição introdutória ao Congresso Internacional do HISPA, realizado no INSEP (Paris), em março de 1978, publicado como artigo no Brasil pela primeira vez.

das práticas esportivas, considerando-se um sistema como um todo, onde cada elemento tem seu valor distintivo. Ou seja, a compreensão do esporte inicia-se a partir do reconhecimento da posição deste no espaço dos esportes, o qual é constituído por um conjunto de indicadores, quais sejam, seus praticantes segundo sua posição no espaço social, as federações, o número de pessoas envolvidas em determinado esporte, as características adjacentes, assim como a relação direta com o corpo, fazendo-se divergir entre as modalidades o grau de contato, a força desenvolvida, como bem exemplifica a luta e o rúgbi como esportes de extremo contato, e o golfe, sem qualquer contato corporal. Ato contínuo, enfatiza que é necessário fazer uma correlação entre esse espaço de esportes como o espaço social que se manifesta nele, tentando evitar uma relação direta entre um esporte a determinado grupo social, que o senso comum sugere, tal como dizer que o golfe é um esporte para ricos, estabelecendo, portanto, as propriedades sociais pertinentes, relacionando o esporte a indivíduos ou classes com afinidades ou interesses comuns.

Bourdieu (2004, p. 208) enfatiza, ainda: “em suma, o elemento determinante do sistema de preferências é aqui a relação com o corpo, com o envolvimento do corpo, que está associada a uma posição social e a uma experiência originária do mundo físico e social”, sendo, portanto, uma relação solidária com toda relação com o seu exterior. Assim, observa que, à medida que o esporte tem o menor contato corporal, “a forma e as formalidades prevalecem sobre a força e a função.” Para tanto, apresenta como exemplo o golfe:

[...] o golfe instaura a distância por toda parte, no que se refere aos não-praticantes, pelo espaço reservado, harmoniosamente ordenado, onde se desenrola a prática esportiva, no que se refere aos adversários, pela própria lógica do confronto, que exclui todo contato direto, ainda que pela intermediação de uma bola (Bourdieu, 2004, p. 208).

No entanto, Bourdieu (2004) entende que este aspecto do envolvimento corporal não é suficiente para se instituir uma correlação com os aspectos sociais. Urge a necessidade de estabelecer uma correspondência entre o espaço das práticas esportivas, mais precisamente de cada modalidade, com o espaço das posições sociais, definindo-se, portanto, as propriedades de cada prática esportiva.

Bourdieu (2004) enfatiza que esse espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo, haja vista estar permeado pelas suas práticas e consumos, constituindo, portanto, um sistema estruturado. Ou seja, as práticas esportivas são resultantes da relação homóloga entre a oferta (espaço das práticas esportivas) e procura (espaço das disposições a

serem praticadas). Ratifica que esta dicotomia é formada pela oferta, desde sua história anterior, por meio de seus modelos de práticas (regras, equipamentos, instituições especializadas), assim como sua demanda inscrita em suas disposições. Para tanto, apresenta o exemplo demonstrado por Christian Pociello, onde as práticas corporais, que a palavra rúgbi designa, foram mudadas com o tempo, por meio de seus praticantes, “por exemplo, nos anos 30, os estudantes da PUC e do SBUC, ou de Oxford e Cambridge, e, nos anos 80, os mineiros galeses e os agricultores, os pequenos comerciantes ou os funcionários de Romans, de Toulon ou de Béziers” (Bourdieu, 2004, p. 213).

Esse efeito de apropriação social faz com que, a todo momento, cada uma das “realidades” oferecidas sob o nome de esporte seja marcada, na objetividade, por um conjunto de propriedades que não estão inscritas na definição puramente técnica, que podem até ser oficialmente excluídas dela, e que orientam as práticas e as escolhas (entre outras coisas, dando um fundamento objetivo aos juízos do tipo "isso é coisa de pequeno burguês" ou "coisa de intelectual", etc.) (Bourdieu, 2004, p. 213).

No que pese o referido autor entender o esporte como um evento com regras, tal como uma obra musical formado por suas partituras, ele insinua que há também presente suas interpretações concorrentes, alinhadas às características sedimentadas do seu passado, fazendo com que cada novo integrante faça sua interpretação, ou seja, estes novos praticantes estão inseridos num momento tecnológico, cultural e social diferente dos praticantes pretéritos e, assim, vão adquirindo outras formas de interpretar cada modalidade, podendo-se mudar o sentido dominante, dotando o esporte a característica da elasticidade.

O princípio dessas reviravoltas, que apenas a lógica da distinção não basta para explicar, certamente reside na reação dos novatos, e das disposições constituídas socialmente que eles introduzem no campo, contra o complexo socialmente marcado que um esporte constitui, ou uma obra filosófica, como programa objetivado de prática, mas socialmente realizado, encarnado em agentes socialmente marcados, logo, marcados pelas características sociais desses agentes, pelo efeito de apropriação (Bourdieu, 2004, p. 216).

O autor ainda sublinha a problemática da tomada de consciência. Trata-se da compreensão com o corpo, ou seja, são situações ou fatos que são compreensíveis “somente com nosso corpo, aquém da consciência, sem ter palavras para exprimi-lo”. Bourdieu faz referência às práticas esportivas nas quais a compreensão se dá por meio do corpo, principalmente mediante a prática da repetição no “Olhe, faça como eu”. Enfatiza seu pensamento ao tratar que a maioria das organizações, tais como igreja, exército, políticos

utilizam as práticas corporais. Isso deve-se ao fato de que “em grande parte, a obediência é a crença, e porque a crença é o que o corpo admite mesmo quando o espírito diz não” (Bourdieu, 2004, p. 219).

Talvez seja refletindo sobre o que o esporte tem de mais específico, isto é, a manipulação regrada do corpo, sobre o fato de o esporte, como todas as disciplinas em todas as instituições totais ou totalitárias, os conventos, as prisões, os asilos, os partidos, etc., ser uma maneira de obter do corpo uma adesão que o espírito poderia recusar, que se conseguiria compreender melhor o uso que a maior parte dos regimes autoritários faz do esporte (Bourdieu, 2004, p. 220).

Assim, considera que a obediência às regras por meio do corpo é um mecanismo, por excelência, da “domesticação”:

Assim se explica o lugar destinado por todos os regimes de caráter totalitário às práticas corporais coletivas que, simbolizando o social, contribuem para somatizá-la e que, pela mimesis corporal e coletiva da orquestração social, visam reforçar essa orquestração. A História do soldado lembra a velha tradição popular: fazer alguém dançar significa possuí-lo. Os "exercícios espirituais" são exercícios corporais, e inúmeros treinamentos modernos são uma forma de ascese no século (Bourdieu, 2004, p. 220).

Portanto, podemos compreender que Bourdieu destaca o corpo como um importante instrumento do esporte e, para o esporte, também este é como que um mecanismo social que varia conforme as práticas desenvolvidas pelos seus usuários, ou seja, o *habitus* dos praticantes, os quais são influenciados pelo meio, permutando, assim, as práticas esportivas.

Bourdieu (2004) também enfatiza que o esporte é um campo no qual há um embate de classes, com o intuito de se definir o corpo legítimo, assim como o uso legítimo deste corpo pelas práticas esportivas, ou seja, uma relação dicotômica entre o esportista de fim de semana e o profissional, entre o esporte participativo e o esporte espetáculo, ou entre o esporte popular e o esporte da elite.

Bracht (2005), em sua obra “Sociologia Crítica do Esporte”, cita Bourdieu, o qual observa que a mudança do esporte como sendo apenas para a prática amadora, sobretudo para a elite, passando para uma profissionalização, com a atuação de profissionais cada vez mais capacitados, é resultante dos processos econômicos. Assim, a necessidade constante de se produzir o espetáculo, um resultado mais satisfatório, a busca desenfreada por recordes, resulta na divisão entre profissionais e amadores.

É oportuno registrar, ainda, o sociólogo alemão Norbert Elias (1994), tendo a teoria

dos processos civilizatórios como uma de suas maiores contribuições. Em sua obra, Elias oferece uma perspectiva inovadora ao analisar a civilização, enfatizando a relação entre transformações sociais, comportamentais e emocionais ao longo da história. Defende que a civilização não é uma condição estática, mas um processo em constante evolução, onde as normas sociais e as estruturas de poder são cruciais para a regulação do comportamento humano. O autor examina a mudança das práticas sociais, das normas de etiqueta, do controle dos impulsos e do desenvolvimento de uma sociedade mais complexa e interdependente. Elias também aborda a interação entre o indivíduo e a sociedade, ressaltando como a civilização molda a formação da personalidade e a autoconsciência. Enfatiza, ainda, que as práticas esportivas refletem e influenciam as normas e valores sociais, demonstrando que o esporte não é apenas uma atividade física, mas um fenômeno complexo que desempenha um papel na regulação do comportamento humano e na promoção da civilidade.

Reis (2021, p. 11) destaca que Elias verificou a transformação civilizatória de determinados grupos sociais sem, necessariamente, “implicar que é melhor ou pior, ou tem valor positivo ou negativo, tornar-se mais civilizado”. Assim como enfatiza que os grupos que detêm o poder, ou seja, estão estratificados nos níveis mais acima da pirâmide social, usam a violência e a tributação são os principais meios de governo, desenvolvidos por meio de regras e normas institucionais.

Para Eric Dunning (2014, p. 18), considerado “pai da Sociologia do Esporte”, na teoria dos processos civilizatórios, Elias destaca que “[...] os ‘controles civilizadores’ raramente chegam a ser mais do que uma fina camada de verniz, se chegam a tanto”, assim como há interdependência e a interrelação entre o ‘individual’ e o ‘social’, o ‘privado’ e o ‘público’, o ‘micro’ e o ‘macro’. Dunning (2014, p. 20) acrescenta que, para Elias, cada indivíduo é um processo:

Nascemos, amadurecemos e morremos [...]. Os humanos também estão ligados uns aos outros por laços fluidos de interdependência [...] temos uma tendência inata a procurar a companhia dos outros [...] como um agradável “fim em si mesmo”. O que poderia ser dito também que “os seres humanos formam figurações ou configurações dinâmicas entre si”.

Assim, Dunning (2014) destaca que Elias entende que a compreensão da sociologia se dá por meio da relação estreita entre as ações praticadas pelos indivíduos no âmbito das configurações humanas, dentre os equilíbrios que se apresentam, quais sejam: tensão *versus* equilíbrio, conflito *versus* cooperação, intencionalidade *versus* não intencionalidade.

Para tanto, Reis (2021) destaca que Elias usou o futebol para desenvolver tal paradoxo. A autora assevera que Elias e Dunning entendem que o jogo teria a finalidade (se esta existir) de dar prazer às pessoas por meio do equilíbrio das tensões. Observa que tais autores relacionam os eventos esportivos com o equilíbrio de tensões, as quais não foram controladas pela sociedade por um bom tempo, principalmente nos períodos de guerras e revoluções.

Reis (2021) ainda enfatiza a dinâmica das configurações, as quais têm lógicas próprias, como regras, federações, equipes, torcedores, assim como no próprio jogo em si, tal como a configuração ataque *versus* defesa, demonstrando, portanto, um rol de polaridades, tais como:

- a polaridade entre as equipes;
- a polaridade entre ataque e defesa;
- a polaridade da cooperação e tensão na própria equipe;
- a polaridade entre cooperação de competição dentro de cada equipe;
- a polaridade entre os jogadores e diversos membros externos, tais como dirigentes, juízes, torcedores;
- a polaridade entre os afetos com o adversário, sejam positivos ou negativos;
- a polaridade entre a flexibilidade e a rigidez das regras.

Elias (2001 *apud* Reis, 2021, p. 18) assevera que a teoria da figuração fora criada para combater a polarização dos conceitos sociológicos, nos quais havia a sobreposição dos indivíduos ante a sociedade e vice-versa.

Para ele, com distanciamento é possível ao sociólogo “reconhecer a sociedade como uma figuração constituída de numerosos indivíduos fundamentalmente interdependentes, ou seja, tributários e dependentes uns dos outros; só então se é capaz de superar intelectualmente a polarização entre indivíduo e sociedade.

Assim, pode-se compreender que os autores enaltecem a dicotomia entre o conflito e o consenso como polaridades interdependentes, e, para tanto, utilizaram como exemplo a prática do futebol, destacando que se tratava de uma configuração entre equipes e indivíduos, por meio do equilíbrio de tensões destacadas.

Reis (2021) destaca que Elias e Dunning também trazem à baila os conceitos de mimetismo e *habitus*. Souza, Starepravo e Marchi Júnior (2014) ponderam que tais autores estreitam a relação tempo livre e lazer, com destaque para os esportes modernos, para conceituar que mimetismo expressa a relação entre as tarefas não miméticas, ou seja, atividades rotineiras

e as atividades de lazer. Enaltecem que o limítrofe entre atividades rotineiras e não rotineiras é tênue. Para tanto, Souza, Starepravo e Marchi Júnior (2014, p. 434) destacam um trecho de Elias e Dunning (1992, p. 107): “[...] os trabalhos de jardinagem de um professor, devem ser classificados como trabalho, ou a prática de um jogador de futebol profissional ser considerado como lazer’ (ELIAS; DUNNING, 1992b, p. 107)”.

Reis (2021, p. 23) observa que os autores viram a importância de reservar um tempo livre para o controle das emoções, “de contraponto à rotinização e esterilidade emocional da vida diária ao aportar emoções controladas e limitadas”. Enfatiza que o lazer, sobretudo o esporte, possui a tarefa de desrotinizar “por meio do descontrole dos controles emocionais”.

Souza, Starepravo e Marchi Júnior (2014, p. 434) compreendem que a relação lazer e não lazer remete-se à teoria das emoções, “justamente por se entender que existe uma relação de interdependência entre os sentimentos vivenciados pelos seres humanos nas chamadas relações ‘sérias’ da vida e em seus momentos de lazer”. Para tanto, ponderam que “as pessoas procuram na esfera mimética do lazer uma espécie de excitação agradável de certo modo complementar às restrições impostas nas rotinas diárias”. Assim, Souza, Starepravo e Marchi Júnior (2014, p. 434) destacam a fala de Elias e Dunning (1992, p. 115):

A estimulação emocional peculiar e a renovação de energias proporcionada pelas actividades de lazer da categoria mimética, culminando numa tensão agradável, representam um equivalente mais ou menos institucionalizado face ao poder e à uniformidade das restrições emocionais exigidas por todos os tipos de acções intencionais dos indivíduos nas sociedades mais diferenciadas e civilizadas. A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas “racionalis” da vida (ELIAS; DUNNING, 1992b, p. 115).

Portanto, compreende-se que, para Elias e Dunning, fica evidente a importância da prática esportiva enquanto “esfera mimética do lazer”, para conflitar as atividades rotineiras, tensionando emoções agradáveis, servindo, portanto, como um antígeno aos problemas do cotidiano.

No que se refere ao *habitus*, Silva (2001) entende que Elias considera que há duas formas de abordagem; a social, haja vista que o *habitus* é construído por meio dos relacionamentos e dos processos históricos; assim como há um conceito pessoal, pois, embora sejamos estimulados pelo meio, cada indivíduo tem sua natureza peculiar, sua maneira de agir e de pensar. “O homem faz a sociedade, ao mesmo tempo que ele está se fazendo”. Assim, para

Silva (2001), Elias entende que há uma tensão, pela dicotomia do indivíduo autônomo condicionado pelo social. Todo esse conceito criado por Elias advém da teoria do Processo Civilizador. A autora destaca, ainda, que Elias faz menção a três tipos de processo: biológico, histórico e cultural, os quais possuem ritmos diferentes, porém indissociáveis. O autor traz o exemplo do comparativo do estilo de vida atual com o estilo de nossos pais, afirmando que, por mais que tenhamos uma vida mais acelerada, devido à inserção da tecnologia, o *habitus* permanece o mesmo, haja vista “vivemos num esquema de dominação semelhante ao do século XVI e o nosso autocontrole, nosso controle dos afetos, tem sua gênese lá na Sociedade da Corte” (Silva, 2001, p. 252), onde nasceu a vergonha das manifestações do corpo, assim como o início da internacionalização da vergonha e do medo, tal qual o de não atender às regras de etiqueta, chamando este efeito de Economia Psíquica.

Reis (2021, p. 24) compreende o conceito de *habitus* abordado por Elias como um produto do meio social, dando o exemplo de que o alemão difere do holandês, apesar da semelhança física, por seus gestos, seus costumes e sua maneira de observar as coisas. Acrescenta, ainda, que as características de cada povo não são de origem natural, mas desenvolvidas pela sociedade, por isso passíveis de mudança, “logo o *habitus* nacional não é estático”. Assim, é possível entender, por meio dos conceitos abordados por estes pensadores, que o esporte é uma ferramenta social, operacionalizada por indivíduos que são objetos de um meio social, dentro de determinados campos, existindo, assim, a concorrência entre aqueles, ou seja, é um ciclo em constante mutação.

3.3 Teoria Crítica do Esporte

É notável que o esporte está presente no nosso cotidiano de diversas formas, onde atuamos como praticantes, seja como espectadores, seja como empreendedores, seja como consumidores, enfim, não se pode negar a influência do esporte na sociedade, isto é, pressupõe-se uma legitimidade social do esporte. No que pese a importância deste fenômeno, alguns pensadores divergem do modo como o esporte é propagado, tecendo comentários duvidosos quanto aos valores enaltecidos por esse movimento.

Antes de ater-se às críticas aos conceitos do esporte, no entanto, é interessante trazer à baila a figura do pedagogo e historiador francês Pierre de Coubertin, que fora o fundador do Comitê Olímpico Internacional (COI), do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos da era Moderna. Parry (2016, p. 49) destaca que Coubertin tinha como propósito inicial utilizar o esporte como um instrumento de educação, como são as artes, a literatura e a

ciência, principalmente para os jovens. Observa, ainda, que Coubertin, sendo um produto do Liberalismo, à época, “ênfatisou os valores de igualdade, equidade, justiça, respeito pelas pessoas, racionalidade e compreensão, autonomia e excelência”.

Parry (2016, p. 49) destaca que, dos ideais de Coubertin, nascera a figura do “Olimpismo”, sendo “uma filosofia social que ênfatisa o papel do esporte no desenvolvimento mundial, na compreensão internacional, na coexistência pacífica e na educação social e moral”, promovendo, dentre outros, os seguintes ideais: desenvolvimento do ser humano; esforço na atividade esportiva e competitiva; justiça, igualdade e equidade; relações internacionais de paz entre os povos; alianças culturais entre as artes; e o *fair play*. Atualmente, tais valores são enaltecidos pelas principais unidades representativas dos esportes, tais como: a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), o COI (Comité Olímpico Internacional), a FINA (Federação Internacional de Natação).

Assim, nota-se que o esporte, ou mais precisamente as Olimpíadas, fora, pelo menos na teoria, desenvolvido por meio de ideais humanos, sociais, visando a paz e a harmonia entre os povos. No entanto, alguns pensadores entendem que há, por trás desse plano de fundo, um movimento político, social e econômico vinculado à ideia do capitalismo, com o intuito de manter a hegemonia dos poderes e perpetuar a acumulação de capital por meio da exploração da classe trabalhadora, inclusive por meio do esporte.

Desse modo, surge a Teoria Crítica do Esporte, evidenciada pelo movimento de contracultura e pela escola de Frankfurt, tendo como os principais representantes o alemão Bero Rigauer e o francês Jean-Marie Brohm, os quais criticam a forma como o esporte é exposto, propagado, invertendo o real valor que o esporte insurge na sociedade (Torri; Vaz, 2006).

Nunes Júnior e Batista (2012, p. 3), analisando a obra de Brohm (1982), destacam que o autor teve a pretensão de ponderar e classificar as categorias centrais do sistema esportivo por meio da análise de sua estrutura, funcionamento e historicidade, baseando-se em três pilares centrais:

[...] o modelo marxista, entendendo que o esporte só é possível por compreender uma síntese de abstrações assim como acontece no capitalismo; o modelo do estruturalismo de Lévy-Strauss, como sistema que coloca o Esporte em funcionamento; e o modelo psicanalítico de Freud, na discussão do fenômeno enquanto função psicossocial para a sublimação do instinto de violência agressiva.

Os autores inferem, ainda, que existe uma semelhança no funcionamento do capitalismo e do esporte, tendo aquele como indutor principal a mercadoria, enquanto no movimento esportivo, a funcionalidade é baseada na prática esportiva, no resultado obtido, tida por eles como um processo esportivo, culminando em produtos, tais como as conquistas, os troféus, os recordes.

Neste cenário, é importante observar a mudança do esporte de práticas corriqueiras para uma atividade de caráter competitivo, transformando-se no esporte moderno, desenvolvido por volta do século XVIII, no seio da cultura europeia, e intensificando-se no final do século XIX e início do século XX (Bracht, 2005).

Dunning (1979, p. 42 *apud* Bracht, 2005) assevera que tal mudança ocorrera em virtude dos processos de industrialização e urbanização, surgindo, assim, novos padrões e condições de vida, transformando o cenário esportivo, relegando o aspecto festivo, ligado a costumes e a crenças para um evento de força, competitivo, tendo como primor a vitória, em detrimento à simples prática do esporte.

Portanto, é possível fazer referência ao embrião do esporte moderno, com o sistema capitalista, haja vista aquele surgira envolto a uma sociedade industrial e comercial, voltada à conquista dos rendimentos, dos lucros, fazendo-se sintonia às finalidades do esporte, como as vitórias, as medalhas e a busca pelo melhor rendimento esportivo.

De volta à semelhança do esporte e do capitalismo, Proni (2000, p. 35 *apud* Nunes Júnior; Batista, 2012) enfatiza que deve haver uma espécie de abstração para que tais sistemas se desenvolvam. Para Proni, existe uma dependência, um sentimento intrínseco que remete ao desejo de vitória, de superação de rendimento, aqui caracterizado como a mercadoria simbólica do esporte.

Nunes Júnior e Batista (2012, p. 5) destacam que Brohm definiu o esporte em quatro dimensões, a saber: sistema institucionalizado com regras de competição, com o intuito de se demonstrar o vitorioso; sistema de competição universal, com o fito de medir e comparar os rendimentos dos praticantes; sistema cultural com ênfase no progresso corporal, e sempre na busca de novos recordes; e o “campo de relações sociais no qual impera o espírito novo, industrial, a mentalidade do rendimento e do êxito”.

No entanto, para que esse sistema se desenvolva, é necessária uma estrutura simbólica que dê legitimidade, tal qual o estado. Assim, surge a instituição esportiva, que engloba diferentes atores sociais, tais como o político, cultural, ideológico e financeiro, tornando o esporte como figura autêntica, dotada de regras e valores próprios. Tais instituições podem variar conforme suas finalidades, como o esporte profissional (com ênfase no aspecto

econômico), e como o esporte educacional (aspecto pedagógico), formando-se, assim, um sistema articulado e adaptado com instâncias autônomas obedecendo aos interesses de mercado (Nunes Júnior; Batista, 2012).

Segundo Bottomore (1988 *apud* Nunes Júnior e Batista, 2012, p. 7), o capital é a questão central das teorias marxistas, que só existe se houver a circulação, a rentabilidade, caso contrário, haverá a ociosidade, estagnação e, conseqüentemente, a desvalorização. Nesses termos, pontua que o sistema tem que estar em constante ciclo, girando o capital, no intuito de acumular seus rendimentos. “Neste processo, o capital rouba a energia do trabalhador, pelo mecanismo da mais valia, tempo do trabalho abstrato, o que segundo Marx dá valor ao produto”. Nesses termos, pode-se compreender que o sistema esportivo se remete ao capital, tendo o corpo humano atuando concomitantemente como máquina e matéria-prima, sempre atendo à qualidade e à eficácia, para a produção de resultados, conforme a demanda exigida, seja por meio de recordes, quadro de medalhas, troféus ou premiações milionárias. Por fim, remete-se à fala de Bracht (2005, p. 30), que sintetiza o sistema esportivo com a conjuntura do sistema capitalista de dominação, por meio da apropriação dos meios de produção, dos rendimentos, da acumulação: “Todo gol comemorado no esporte é, na verdade, um gol contra a classe trabalhadora”.

Essa perspectiva crítica do esporte é importante para entender como as práticas esportivas estão interligadas com questões sociais, políticas e econômicas, e como elas podem ser utilizadas para reforçar ou desafiar as estruturas de poder existentes na sociedade.

3.4 O esporte como um instrumento de dominação

Para tratarmos da ideologia do esporte como um indutor de dominação, é importante trazer à baila, mais uma vez, os conceitos de Bourdieu, principalmente no aspecto do poder simbólico, para traçar uma ordem cronológica e exemplificativa de como a área esportiva fora utilizada como mecanismo de domínio por governantes, tiranos e ditadores.

Bourdieu (2010) enfatiza, inicialmente, que o poder simbólico é caracterizado pela invisibilidade, só podendo ser praticado com a anuência, concordância ou, como bem adjetiva, a cumplicidade daqueles sujeitos a este poder que se mostram indiferentes à existência desse poder ou mesmo pelo exercício deste. Ou seja, os dominados permitem, de forma velada, e dentro de um determinado contexto, a imposição de poder por outros. O autor ainda destaca, por meio da tradição neo-kantiana, os diferentes universos simbólicos, tais como arte, religião, língua, ciência, mito, assim como outras dimensões, “como instrumentos de

conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como forças simbólicas” (Bourdieu, 2010, p. 8), no entanto, dispostas de forma arbitrária, em formas sociais.

Assim, percebe-se que tais simbologias podem exercer um poder estruturante, já que, por natureza, são estruturados e utilizados como forma de integração social, construindo, portanto, um consenso, quer dizer, pela concordância das subjetividades estruturantes. Dessa forma, pode-se inferir que o esporte pode ser caracterizado como poder simbólico, na medida que se apresenta como forma estrutural, com ampla integração social, consubstanciando-se, assim, como um instrumento de poder por aqueles que o detém.

É importante elaborar uma ordem cronológica, pelo menos de forma coesa, dos fatos históricos que demonstram o uso do esporte como instrumento de poder. Inicia-se com o esporte na Grécia Antiga. Sigoli e Rose Junior (2004) destacam que, em virtude da fragmentação política, ocorriam, na Grécia antiga, inúmeros conflitos territoriais, sendo necessário, portanto, valorizar sua militarização. Tal fato ocorrera com maior ênfase em Esparta, onde seus habitantes eram educados a salvaguardar as terras de sua localidade. Para alcançar seus objetivos, era preciso a militarização de seu povo, daí surgiu a educação voltada para a preparação militar, utilizando-se, dentre outros, as atividades esportivas. Observam, ainda, que os jogos olímpicos, em seu nascedouro, foram realizados visando um acordo de paz entre os reis das cidades-estados de Pisa, Esparta e Elis. Ou seja, os jogos olímpicos ocorriam para celebrar a paz entre os povos gregos.

Assim, pode-se observar que o esporte, na Grécia antiga, fora bastante utilizado como instrumento político e de dominação:

A utilização política das atividades atléticas na Grécia antiga abrangia, além do uso das mesmas para a preparação militar, a realização de Jogos com o intuito de promover um relacionamento político saudável entre as cidades estado. O estabelecimento da paz sagrada, durante a realização dos Jogos Olímpicos, simbolizava o contrato entre os governos das cidades e dava um sentido de identidade entre os povos gregos (Sigoli; Rose Junior, 2004, p. 113).

Seguindo-se a ordem cronológica, é importante enfatizar os jogos romanos e a política do pão e circo. Por meio de suas conquistas territoriais, o Império Romano tornou-se um estado rico e poderoso, sendo Roma, sua capital, o centro dos principais acontecimentos sociais, políticos e culturais. Diante disso, houve um intenso êxodo, onde habitantes de outras cidades buscavam uma vida melhor. Tal fato ocasionou uma grande densidade demográfica na região, com famílias instalando-se na preferiria, sem condições mínimas de moradia, mendigando empregos com muito trabalho braçal e pouco retorno financeiro, além do grande

número de desempregados, tal como ocorre na atualidade, principalmente em países de periferia.

Este cenário era propício para ocasionar grandes revoltas sociais. Assim, seus governantes optaram por soluções paliativas como a distribuição de cereais (pão) e o desenvolvimento de eventos (circo), dentre os quais os gladiadores nas arenas, para distrair a população dos sérios problemas que ocorriam na capital. Jean-Noel Robert (1995 *apud* Omena, 2007, p. 35) destaca a política do pão e do circo como instrumento de dominação da aristocracia:

[...] os jogos e as redistribuições frumentárias são dois alicerces da política imperial. Diverte-se a multidão que exige o sensacional. Paradas, encenações de grandes espetáculos, a morte de homens ou de animais são os lotes cotidianos de um público que pede para ser enfeitado. Os próprios monumentos das cidades, termas, teatros, anfiteatros, circos, contribuem para que o Sêneca chama ‘servidão ociosa das cidades’.

Assim, os governantes e a aristocracia, a fim de evitar rebeliões sociais, ofertavam ao povo romano enormes arenas onde ocorriam espetáculos envolvendo gladiadores, animais ferozes, corridas de cavalos, entre outros. Ademais, para amenizar a fome, eram distribuídos cereais para os mais humildes.

Portanto, é possível identificar que, não só o esporte, mas diversas outras atividades podem ser utilizadas como manobra de dominação de um povo. Inclusive, a operação “pão e circo” ainda é bastante utilizada para desviar a atenção de determinado tema, sejam por políticos ou segmentos com determinados poderes na sociedade.

Para Sigoli e Rose Junior (2004, p. 113), na atualidade, tal qual nos eventos romanos, o esporte é utilizado como instrumento para desviar a atenção de determinado assunto:

O uso do espetáculo dos Jogos Públicos como ferramenta política dos governantes romanos é análogo à instrumentalização sofrida pelo esporte na era contemporânea, quando a mídia bombardeia os espectadores com notícias esportivas, causando um desvio na atenção e consciência das pessoas para assuntos importantes da política e do cotidiano.

Outro momento histórico, no qual o esporte é utilizado como artifício de domínio, foi na Olimpíada de Berlim, em 1936, onde o tirano e nazista Adolf Hitler pretendeu disseminar os movimentos nacionalistas de extrema direita, surgidos após o fim da primeira guerra mundial.

Segundo Sigoli e Rose Junior (2004, p. 116), a Alemanha, em 1931, então governada pela República de Weimar, conseguiu o direito de sediar os jogos olímpicos com o intuito de “exaltar a honra do povo alemão, abalada pelas imposições humilhantes do tratado de Versailles”. No entanto, posteriormente, Hitler assumiu a presidência, tendo, assim, a grande oportunidade de mostrar ao mundo a imagem da poderosa Alemanha nazista. Sigoli e Rose Junior (2004, p. 116) destacam que houve uma grande mobilização do estado para a propositura dos jogos olímpicos:

O ministério de propaganda nazista, chefiado por Goebbels foi acionado para veicular a publicidade dos jogos nazistas. Hitler convocou o exército alemão para auxiliar nas obras dos conjuntos esportivos e da vila olímpica. Também, promoveu frentes de trabalho, utilizando o grande contingente de desempregados da Alemanha daquela época.

Os autores ainda destacam a mobilização de outros países, tais como Estados Unidos, França, e Inglaterra, para impedir a realização dos jogos em Berlim, suspeitando quanto à intenção de utilização política dos jogos por parte dos nazistas, tendo, inclusive, proibido a participação de suas delegações, o que posteriormente fora revertido, após uma série de medidas e compromissos firmados pelo governo alemão junto ao COI.

Sigoli e Rose Junior (2004, p. 116) complementam que Hitler conseguiu organizar, até então, a melhor edição dos Jogos Olímpicos, orientando os cidadãos alemães a receberem bem os esportistas e seus torcedores, com hotéis e restaurantes preparados para atenderem da melhor forma os visitantes estrangeiros, inclusive relevando os preceitos raciais:

O Exército e a Polícia Nazista S.A. ocuparam Berlim durante os jogos. A cidade foi decorada com bandeiras e pinturas ostentando os aros olímpicos e a suástica nazista. Hinos nazistas e olímpicos eram entoados a todo tempo nos alto-falantes instalados pela cidade. Imagens dos jogos foram reproduzidas em telões espalhados pelas praças de Berlim. Durante os jogos, todas as ações exaltavam a ordem e a glória do governo nazista do III Reich. As cerimônias, desfiles e uniformes deixavam a impressão militar e belicosa aparentes.

Desse modo, Hitler tinha a intenção de mostrar ao mundo a força do governo nazista e a supremacia da raça ariana nas provas atléticas dos jogos, mas que fora enfraquecida pela vitória dos Estados Unidos no atletismo, composto, em sua maioria, por negros, tendo como “destaque o atleta negro Jesse Owens, ganhador de quatro dessas medalhas de ouro, nos 100 e 200 metros rasos, no revezamento 4x100 metros e no salto em distância, prova em que derrotou o campeão europeu e alemão Luz Long” (Sigoli; Rose Junior, 2004, p. 117).

Assim, depreende-se que Hitler utilizou o esporte para demonstrar ao mundo o poder totalitário do nazismo, deixando um recado de suas pretensões que culminaram, posteriormente, com a Segunda Grande Guerra Mundial. Findada a grande guerra, com a vitória dos aliados sobre o eixo, formado, sobretudo, pelo poder fascista e nazifascista, o mundo passou a ter duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, as quais de aliadas, passaram a disputar a hegemonia mundial. Eis que surge a Guerra Fria, caracterizada pela disputa política entre duas grandes nações, cuja duração fora do final da década de 1940 até 1991. Não houvera, contudo, disparos de mísseis, invasão de territórios, pelo menos diretamente entre as duas potências, mas uma relação hostil, encabeçada, sobretudo, por disputa ideológica e armamentista, tendo de um lado o socialismo da União Soviética, e de outro, o capitalismo dos Estados Unidos.

Contudo, essa disputa não ocorreu por meio de uma guerra aberta e declarada entre as duas potências, mas, sim, por hostilidades, ora sutis, ora explícitas, entre dois modos de viver. Um dos principais campos de batalha da Guerra Fria se deu no terreno ideológico. Nos países em que foi importante, a Guerra Fria afetou a maneira pela qual as pessoas entendem o mundo e julgam os seus próprios comportamentos. Esse conflito afetou, diretamente, uma boa parte das nações do globo (cf. Kelly, Mills, Cooke, 2006 *apud* Alcadipani; Bertero, 2012, p. 285).

A Guerra Fria, além das constantes ameaças militares, inclusive de bombas nucleares, teve o esporte como um instrumento de poder, ou seja, as competições tornaram-se um meio de demonstração de força, sendo, portanto, uma arma simbólica da obtenção hegemônica.

Para Sigoli e Rose Junior (2004, p. 117), o esporte fora bastante utilizado como instrumento político e ideológico, utilizando-se as vitórias do esporte como propaganda ideológica de dominação:

Neste contexto o esporte foi usado como instrumento ideológico e de propaganda por ocasião de competições internacionais e Jogos Olímpicos. Foi uma arma simbólica dos blocos opostos, transformando piscinas, ginásios e estádios em campos de batalha. As vitórias esportivas foram usadas para reafirmar o prestígio político e a soberania de cada regime. As pressões resultantes da Guerra Fria foram sentidas nas disputas esportivas causando grande rivalidade entre os atletas. A mídia difundiu esse confronto, inflamando os sentimentos nacionalistas das populações.

Assim, em vez de tiros, bombardeios e invasões, os adversários políticos utilizavam instrumentos menos nocivos, mas que tinham, como plano de fundo, a propagação de suas ideologias, sendo o esporte bastante utilizado, na qual o vencedor mostrava ao mundo

que seus ideais eram os mais adequados e que seus adversários detinham um sistema nocivo e que deveria ser combatido.

No intuito de demonstrar a importância do esporte como instrumento hegemônico, é interessante apresentar outro grande meio utilizado para propagar os sistemas ideológicos, a mídia, mais precisamente no longa-metragem “Rocky IV”, produzido nos sets norte-americanos com o objetivo de demonstrar que o socialismo não seria a melhor alternativa, mas sim o capitalismo.

Para Domingos (2012), a película traz diversos cenários e narrativas que demonstram o socialismo como um inimigo da sociedade e do mundo, o qual deveria ser combatido. Assim, o filme utiliza o esporte, mais precisamente o boxe, para demonstrar que o capitalismo é o melhor sistema a ser seguido, devendo-se combater e aniquilar o sistema adversário.

É importante acrescentar, ainda, mais dois acontecimentos esportivos que foram utilizados como propaganda política, trata-se da Copa do Mundo de 1970, ocorrida no México, vencido pelo Brasil, e da Copa do Mundo da Argentina, em 1978, vencida pelos “donos da casa”.

Murça (2020) destaca que, para legitimar seu governo, o então presidente, Emílio Garrastazu Médici, utilizou a vitória da Copa do Mundo como instrumento de unidade do povo brasileiro, conforme o slogan da Copa do Mundo de 70:

**De repente é aquela corrente pra frente
Parece que todo o Brasil deu a mão
Todos ligados na mesma emoção
Tudo é um só coração!**

**Todos juntos vamos
Pra frente Brasil! Brasil!
Salve a Seleção! (Grifo próprio).**

O então presidente do Brasil, Médici, utilizou-se da conquista da Copa do Mundo para evocar o patriotismo do povo brasileiro, e, conseqüentemente, enaltecer a ditadura como um regime próspero, assim como tentava ofuscar as constantes revoltas e as sistemáticas torturas empreendidas durante a ditadura militar.

Para Ferreira (2014), outro ponto bastante relevante para a propagação do governo ditatorial, ligado às conquistas esportivas, foi a celeridade de aquisições de Tvs no país. Ressalta que a televisão passou a ser o principal instrumento de promoção do governo e do

projeto de segurança e de desenvolvimento. O autor ainda destaca Pierre Bourdieu (1997), o qual entende que a televisão convida à dramaticidade, na medida que retrata visualmente um evento, ampliando de forma excessiva sua importância, gravidade e seu caráter dramático e trágico.

Anos depois, a Copa do Mundo fora realizada na Argentina, que também estava sendo governada por um regime ditatorial após o golpe em 1976. Para Magalhães (2019, p. 677), este evento fora classificado como “Copa da Ditadura”:

A Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina sob a ditadura civil-miliar (1976-1983) e vencida pelo país sede, criou, primeiro nacional, mas depois internacionalmente, a memória da “Copa da ditadura”, mistificando que aquela foi uma conquista do próprio regime, ignorando outras variáveis, atores e realidades que viveram o evento.

Assim, podemos observar que o esporte teve bastante influência nos cenários políticos, econômicos e sociais em diversos tipos de regimes, sejam democráticos, totalitários ou militares, nos quais o esporte fora bastante utilizado para a promoção do próprio governo e para sua legitimação.

Portanto, o esporte, assim como outras dimensões, é uma importante ferramenta de dominação, inclusive pelo estado e pelos meios de produção, geralmente camuflada pelas benesses que o esporte propõe, como bem-estar social, saúde, lazer, mas com um plano de fundo com interesses diversos, ou seja, as entidades dominantes aproveitam-se da fácil instrumentalização do esporte para servir como instrumento de manobra, de persuasão, aproveitando-se da sua neutralidade política, religiosa, econômica.

4 A TRAJETÓRIA DO ESPORTE

Para definirmos a origem do esporte no Brasil, é necessário fazer um corte temporal, haja vista que o esporte, como uma atividade física, sempre esteve presente no nosso cotidiano, seja na caça, na defesa do território, na locomoção, na dança, na cultura, ou seja, o ser humano sempre praticou atividades esportivas. Assim, este capítulo abordará a trajetória do esporte no Brasil, assim como fará um resgate da memória esportiva brasileira, no intuito de enaltecer a importância dos registros esportivos.

4.1 A origem do esporte no Brasil

Considerando a divisão da temporalidade de Tubino (2010), adotaremos como parâmetro o Esporte Moderno, quando surgiram as entidades profissionais e padronização das regras esportivas (1820 – 1980). No entanto, é importante esclarecer que os registros do esporte no período colonial foram escassos, com ênfase do arco e flecha, natação e canoagem dos índios, assim como equitação e cavalgadas dos colonizadores portugueses e holandeses (Marinho, 1952 *apud* Bueno, 2008).

Já no império, Bueno (2008) destaca que outras práticas esportivas foram incrementadas no país, em sua maioria por meio do treinamento militar, como a natação, a esgrima e o tiro ao alvo. Neste período, também constam o remo e a capoeira, surgida nos arredores das senzalas, ou seja, genuinamente brasileira. Para Costa (2013, p. 85), o remo teve importante destaque no início do período republicano, e, posteriormente, já na primeira década do século XX, o esporte que apresentou maior austeridade fora o futebol:

No início do período republicano brasileiro, na última década do século XIX, o turfe começava a ceder espaço para outros esportes como a natação, o atletismo e o ciclismo. No entanto, o esporte que mais destaque obteve junto aos grandes centros nacionais, além do já tradicional turfe, era o remo. Já o futebol, que viria a se tornar o esporte de maior mobilização nacional, começou a se estruturar institucionalmente no país a partir de finais dessa década e durante a primeira década do século XX. Em 1910 o futebol já era altamente difundido, ocupando sua posição hegemônica entre os demais esportes no Brasil ainda no primeiro quartel do século.

Didaticamente, seguiremos para um momento em que o Brasil se consolidou como um estado, na Era Vargas. Anteriormente, o cenário político, econômico e social era caracterizado por estado patrimonialista, formado, principalmente, por uma elite burguesa do café, sendo o principal produto de exportação, em substituição ao açúcar e a constante chegada de imigrantes no país (Fausto, 1996).

Fausto (1996) observa que a franca expansão do café no Oeste Paulista originou uma nova classe, a burguesia do café, indicando que esta região entrou num grande processo de transformação, no sentido de constituir uma economia capitalista, apesar de que a efetiva introdução do capitalismo só tenha se completado ao longo de várias décadas num processo de acumulação de capital, diversificação da economia e a formação de mercado de produção e consumo. Ou seja, com a expansão cafeeira, ocorreu a acumulação de capitais, decorrendo-se da criação de ferrovias, bancos, comércios locais e a pequena indústria.

No cenário político, havia a dominação da elite paulista, representada pelos cafeicultores, e a elite mineira, representada pelos criadores de gado, onde reversavam-se no comando da presidência da república, a chamada política café com leite.

Para Bresser-Pereira (2012, p. 103), não havia, nessa época, a identidade de nação, mas apenas esparsas leis oriundas de Portugal, com uma elite agrária exportadora, ou seja, havia um estado legal, com constituição formada, mas sem a identidade de nação: “Tratava-se de uma elite formada por uma burocracia patrimonialista, senhores de terra e comerciantes de escravos. Uma elite, portanto, heterogênea, e, a não ser no caso da burocracia patrimonialista, sem ideia de nação e de estado”.

Para Bueno (2008), verificou-se, no período da República Velha, a institucionalização do esporte no âmbito da sociedade brasileira, na medida em que ocorre o nascimento de associações esportivas com a inserção de várias modalidades, tendo como público principal a elite burguesa, que vislumbrava o esporte como resultado de uma sociedade europeia, moderna, a qual valorizava o liberalismo e as iniciativas individuais.

Assim, Bueno (2008) destaca a ausência do estado em iniciativas no setor esportivo, ou seja, o estado não promoveu a institucionalização do esporte, carecendo, assim, de políticas públicas voltadas para o esporte.

4.1.1 Era Vargas

Inicialmente, é interessante trazer à baila o cenário político-social para identificarmos a presença efetiva do capitalismo no âmbito da sociedade brasileira e suas consequências, sobretudo nos esportes.

Para Soares (1974, p. 136), a alteração do sistema político, no final da República Velha, decorreu dos seguintes fatores: “Dois marcos alteraram este sistema político de dominação: no plano político, aquele representado pela Revolução de 30, criação de partidos

políticos, ampliação do aparato estatal, etc. No plano socioeconômico, a urbanização e a industrialização”. Era dado início à Era Vargas (1930-1945), adotando-se uma política de industrialização, comandada, principalmente, pelo Estado, alcançando, até então, altas taxas de crescimento, com a conseqüente “revolução nacional e industrial, ou seja, sua revolução capitalista, e construindo seu Estado-nação” (Bresser Pereira, 2012, p. 107).

O governo de Vargas teve como principais características a centralização política, o enfraquecimento das oligarquias regionais, sobretudo das paulistas, a política de industrialização, a política de substituição de importação, assim como reformas trabalhistas e sociais, caracterizando-o como um político populista (Saviani Filho, 2013).

Retornando ao âmbito esportivo, Almeida (2013) observa que as características do regime varguista, principalmente a populista, foram marcantes em diversas áreas da gestão pública, inclusive nas áreas da Educação Física, esportes e lazer, praticando atos que expressava tanto aspectos normativos, quanto políticos, contudo, sendo inegável a predominância dos instrumentos legais na política do esporte e lazer.

Macedo, Silva e Capraro (2003) destacam que Vargas passou a utilizar o esporte como meio doutrinador, organizando e controlando as práticas esportivas, propagando seus ideais nacionalistas, inclusive com a inserção, mesmo que indiretamente, de classes populares, até então, à margem das atividades esportivas, tentando passar uma imagem de democracia, mesmo que falsa, caracterizando, assim, a figura de um governo populista, da massa e de todos os brasileiros.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, freqüentemente voltados para a propaganda e doutrinação (Gebara, 1995, p. 131 *apud* Macedo; Silva; Capraro, 2003, p. 5).

Para Carvalho (2013), Vargas adotou iniciativas políticas por meio do corporativismo e do insulamento burocrático, onde aquele se refere a um sistema normativo corporativista, formal e rígido, determinando limites à participação política, e impedindo a ascensão de grupos privados ao sistema administrativo estatal, enquanto o segundo refere-se à atuação do estado, criando órgãos públicos para intervir nos demais setores, com o fito de executar suas medidas corporativistas.

Dessa forma, o governo adotou uma sistemática de formulação de políticas públicas voltadas para o esporte, com grande relevância, caracterizado pela forte intervenção estatal,

estabelecendo, portanto, metas e diretrizes para a formulação da política nacional do desporto no Brasil (Carvalho, 2013).

Vargas implementou uma série de instrumentos legais que afetaram direta ou indiretamente os esportes, com foco na formação do cidadão. A Constituição de 1937, com ênfase, dentre outros, na família, infância e juventude, incumbiu ao estado a responsabilidade pela preservação física e moral dos jovens brasileiros, definindo como obrigatória a disciplina de Educação Física nas escolas, alinhado na educação cívica, evidenciando, portanto, a formação de uma sociedade nos moldes do regime varguista (Almeida, 2013).

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (Brasil, 1937, art. 131).

Com a intenção de nacionalizar o país, Vargas instituiu o Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, o qual vedava a ação política de estrangeiros, assim como restringia atividades e ações de imigrantes em território brasileiro, tentando reverter a superioridade do monopólio do poder:

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção (Rio de Janeiro, 1938).

Para Almeida (2013, p. 118), a instituição do Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, afetou sobremaneira os clubes esportivos no Brasil, “pois ao vedar as organizações em sociedades ou coletivos e extinguir as associações já existentes, interferiu decisivamente no futebol, prática que predominava nessas agremiações”.

Macedo, Silva e Capraro (2003, p. 5) observam que essas medidas impostas pelo estado brasileiro tiveram como consequência a perseguição a imigrantes, “inserindo uma ideologia e consciência xenófoba nos brasileiros”, dando como exemplo o caso do então Palestra Itália, que teve que passar a ser chamado de Sociedade Esportiva Palmeiras.

Almeida (2013) enfatiza que Vargas criara a Comissão Nacional dos Desportos, por

meio do Decreto-Lei nº 1056/1939, da qual originou-se o Conselho Nacional de Desportos, que tinha a incumbência, dentre outros, de ajustar os esportes nacionais aos princípios estatais, prevendo uma ramificação do poder em nível nacional, garantindo, assim, a manutenção da lógica estatal. Ademais, foram criadas as Confederações de Basquetebol, de Pugilismo, de Vela e Motor, de Esgrima, assim como a Confederação Brasileira de Desportos, que alcançava outras modalidades, dentre elas o futebol.

Linhaes (1996 *apud* Carvalho, 2013) destaca que a intervenção estatal no esporte é determinada pelo processo ideológico esportivo varguista, permutando o conflito de interesses dos clubes e entidades esportivas para a superposição dos interesses estatais sobre o esporte, ou seja, o esporte transformou-se um instrumento essencial para o disciplinamento corporal do cidadão, colaborando, pois, para o fortalecimento da nação. Observa, ainda, que na política adotada para o desporto foram aplicadas diretrizes com enfoque na regulação e controle do estado sobre os clubes, entidades e associações esportivas, no intuito de reprimir possíveis atividades subversivas.

Carvalho (2013), fazendo referência à Linhaes (1986) e Bueno (2008), verifica que a educação física teve grande interesse de Vargas, haja vista que fora utilizada como instrumento eficaz para introduzir nos jovens os valores morais e cívicos defendidos pelo estado.

Para Almeida (2013), era evidente a ligação de Getúlio Vargas com o esporte, não só na atuação governamentais, mas nas diversas aparições públicas, quando preferia manifestar-se publicamente em estabelecimentos esportivos de grande porte, com a intenção de atrair a grande massa trabalhadora, tal como fizera no estádio de São Januário, de propriedade do Clube de Regatas Vasco da Gama, quando comemorara o Dia do Trabalhador, em 1º de maio. Na oportunidade, e não por acaso, assinara a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943. Posteriormente, escolheu o estádio do Maracanã, recém-construído, para realizar seu discurso de posse como presidente eleito, em 1950.

Almeida (2013) ainda observa que Getúlio Vargas utilizou bastante a evocação do nacionalismo, cultura e identidade nacional, sempre numa perspectiva ideológica, adotando procedimentos oficiais de estímulo ao esporte, como por exemplo a legitimação da Capoeira, em 1937. Até então, esse esporte era visto somente entre os escravos, sendo, ainda, considerado ilegal e prática clandestina; mas Vargas, adotando sua estratégia nacionalista, legalizou a Capoeira, inclusive evocando-a como um esporte verdadeiramente nacional.

No entanto, foi no futebol que Vargas depositou toda sua estratégia nacionalista, utilizando um esporte popular e em expansão para dialogar com os trabalhadores. Dentre os

inúmeros feitos pelo governo varguista ao Futebol, pode-se enumerar o reconhecimento deste esporte como profissão, construção de estádios, como das Laranjeiras, São Januário e o Parque Antártica (Almeida, 2013). Assim, percebe-se a intenção de Vargas ao fazer o uso político das atividades esportivas para a manutenção da ordem, evitando a disputa entre as classes, enaltecendo o nacionalismo e ratificando, pois, sua estratégia populista.

Para Carvalho (2013, p. 27), Vargas utilizou o esporte como meio de propagar sua imagem e o seu nacionalismo:

Assim, a formulação da política pública de esporte esteve calcada em um monopólio político cuja imagem (policy imagem) em torno da política esportiva foi de concebê-la como instrumento para o fortalecimento do estado, para a construção da percepção de nação à sociedade e para a difusão do nacionalismo. Desta maneira, a comunidade política em torno da formulação da política pública de esporte foi composta por membros concatenados aos objetivos políticos e ideológicos do governo Vargas e os subsistemas estiveram submetidos e organizados ao interesse do mesmo.

Linhaes (1996 *apud* Carvalho, 2013) acredita que as características de intervenção do esporte trata-se de um resultado ideológico-político de Vargas, transformando o esporte um instrumento de disciplinamento do cidadão, colaborando, pois, para o engrandecimento da nação. Assim, o governo varguista utilizou políticas públicas com diretrizes voltadas para a regulação e controle estatal sobre os clubes e entidades esportivas, com o intuito de evitar manifestações e atividades tidas como subversivas.

O governo Vargas teve fim em 1945, dando início a um momento democrático que perduraria até 1964. Para Bueno (2008), não houve avanços significativos no esporte em relação ao período anterior, sendo, portanto, uma época marcada pelo continuísmo, com a valorização de políticas públicas de esporte de alto rendimento, assim como o foco no futebol, em detrimento de outras modalidades esportivas.

O retorno ao regime democrático, que vigorou entre 1945 e início de 1964, teve por característica marcante a volta do apelo nacional desenvolvimentista com base no populismo. Neste período, em nada se alterou o padrão de política pública para o esporte, implementado pelo autoritarismo. A CF de 1946, por exemplo, sequer cita o esporte, se fiando e fortalecendo a estrutura anteriormente estabelecida. O único acréscimo de ato legislativo, diretamente relacionada à política esportiva, foi o Decreto Decreto-Lei n.º 9.912/46 que passou ao Presidente da República a atribuição da construção de praças de esportes e da nomeação de comissão para estudos e propostas específicas para o assunto (BRASIL, 1946) (Bueno, 2008, p. 123).

Linhaes (1996 *apud* Carvalho, 2013) destaca que a estruturação do esporte, montada com base na hierarquia e corporativismo, fora utilizada como lobby político para angariar votos, haja vista que os políticos se aproveitavam da submissão que os clubes,

associações e entidades esportivas tinham perante o estado, buscando, assim, vantagens eleitorais.

4.1.2 Ditadura Militar

Logo após a Era Vargas, que fora um regime ditatorial, o Brasil passou por uma experiência democrática no período de 1945 a 1964, tendo como seu último presidente João Goulart. Dava-se início ao Regime Militar, com o golpe de estado em 1964.

João Goulart era visto, não só por grupos conservadores da sociedade brasileira, mas também pelo governo dos Estados Unidos, como uma ameaça comunista. O cenário mundial fora caracterizado, na época, pelo acirramento da Guerra Fria, na América Latina, assim como na polarização política arraigada pela Revolução Cubana de 1959, ou seja, estava acirrada a dicotomia capitalismo e socialismo (Fausto, 2006; Bresser - Pereira, 2012).

Fausto (2006) observa, ainda, que a figura do populismo, iniciada por Getúlio Vargas, fora abolida com o Regime Militar, significando, pois, que a classe operária perdera sua importância, antes utilizada como recurso de poder, assim como outros grupos que detinham certa influência, como os estudantes e os camponeses.

Para Bresser – Pereira (2012), após o Golpe de 1964, dá-se início a um novo pacto político, o Pacto Autoritário-Modernizante de 1964, o qual dará continuidade à estratégia nacional desenvolvimentista, já caracterizada nos governos anteriores. Tal pacto tinha como característica a composição da burguesia nacional e a burocrática pública, a qual tinha como classe dominante os militares, excluindo, portanto, os trabalhadores e intelectuais de esquerda.

Já no âmbito econômico, o regime ditatorial militar fora caracterizado pela forte presença do estado tanto na atividade econômica, quanto na sua regulação, pelos empréstimos externos, pelo estímulo à entrada do capital estrangeiro, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico. Tal modelo era nomeado de desenvolvimento associado, privilegiando grandes empresas, inclusive as multinacionais (Fausto, 2006).

Prado Júnior (1981) destaca que o modelo brasileiro de desenvolvimentismo, figurado como “milagre econômico”, foi caracterizado pela dependência à ordem econômica exterior, ou seja, dos países do centro, sobretudo dos Estados Unidos.

[...] Refiro-me à situação, no essencial, de dependência e subordinação da economia brasileira com respeito ao contexto internacional do capitalismo em que nos enquadrados, e onde comandam os centros financeiros do sistema: as matrizes dos velhos trustes conhecidos hoje pela eufêmica designação de "multinacionais". Numa

palavra, o imperialismo, para empregarmos a expressão consagrada, nos meios menos ortodoxos, há três quartos de século (Prado Júnior, 1981, p. 261).

Portanto, no Brasil, caracterizado por uma estrutura política burocrática-corporativista com fortes restrições à liberdade e com a economia baseada no desenvolvimentismo, o esporte era visto pelo regime militar como um instrumento de imagem política, por meio do apelo nacionalista, promovendo, assim, a legitimidade do poder, assim como a caracterização de sua identidade e integração social. Ademais, a atividade esportiva foi observada de forma tecnocrática, guardando similaridade com as demais atividades desenvolvidas pelo estado (Bueno, 2008).

Linhaes (1996 *apud* Carvalho, 2013) destaca que, no decorrer do Regime Militar, os principais responsáveis pela formulação das políticas públicas voltadas para o setor esportivo foram comandados por idealizadores da ditadura, tanto militares, quanto civis, tendo orientação político-administrativa baseada nas técnicas de planejamento centralizado e da racionalidade.

Assim, considerando a linha de atuação baseada em procedimentos administrativos – tecnocrata(s), os responsáveis pela estrutura esportiva, realizaram, inicialmente, um diagnóstico social do esporte por meio dos centros de pesquisa, no intuito de se observar a realidade de cada esporte, como infraestrutura, recursos humanos, materiais e finanças (Bueno, 2008).

O diagnóstico é obra paradigmática da crença do regime militar no poder das técnicas de planejamento centralizado, pelo qual a necessidade de se conhecer a realidade frente às condições do setor esportivo de então se mostravam vitais a qualquer esforço de ação racional e estruturada, segundo os “cânones das modernas ciências administrativas”, para a promoção de seu desenvolvimento. Para tanto, a Educação Física e o esporte foram concebidos conceitualmente como um sistema social a ser dimensionado e analisado para se propor as ações e correções de política pública (Bueno, 2008, p. 134).

Carvalho (2013) observa que, após a análise deste diagnóstico, os militares entenderam pela necessidade de reestruturação do sistema esportivo brasileiro. Desta forma, foi revogado o Decreto – Lei nº 3.199/34, sancionando a Lei nº 6.521/1975, mantendo-se, porém, o caráter pedagógico, hierárquico e centralizador, introduzindo novas condições para a formulação de políticas públicas para o esporte, assim como estabeleceu que o Conselho Nacional de Desporto (CND) continuaria sendo a principal entidade esportiva do país, ligada ao Ministério da Educação e Cultura, dando-se, assim, importância ao caráter disciplinador.

Dentre os artigos estabelecidos na Lei nº 6.521/1975 (Brasil, 1975), merece destaque o artigo 5º que estabeleceu os seguintes objetivos do Plano Nacional de Educação

Física e Desporto (PNED):

- I - Aprimoramento da aptidão física da população;
- II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

No entanto, no que pese a formulação de nova legislação disciplinando o setor esportivo, Linhales (1996 *apud* Carvalho, 2013) sublinha que houvera poucas alterações no âmbito do sistema de políticas públicas do esporte no país, haja vista que a suposta remodelação ainda manteve-se centralizada sob a tutela estatal. Destaca, ainda, a manutenção e incentivo em priorizar o esporte de alto rendimento. Assim, o autor ressalta que não houvera um plano para o esporte como um direito social, apenas um discurso de exaltação social, utilizando o esporte.

Vimos, no capítulo anterior, que Bourdieu observou o uso da prática esportiva como um instrumento de compreensão da consciência, e que diversas organizações utilizam as práticas corporais para manter seus seguidores alinhados às suas diretrizes, destacando, dentre outros, o exército como usuário deste pensamento.

Assim, Sousa (2016) enfatiza que, na ditadura militar brasileira, foram utilizados instrumentos de pedagogia moral e do corpo como forma de gerenciar os indivíduos por meio da prática da educação física, esportiva e do lazer. O autor menciona Vieira para destacar como os militares utilizavam o esporte como instrumento de dominação:

Se pensarmos no Brasil durante a Ditadura, veremos que essa forma de gerenciamento dos indivíduos, a partir de uma pedagogia moral e do corpo, presenciou-se de forma elaborada dentro das instituições de ensino a partir de uma constituição da prática de educação física, esportiva e lazer. A intenção era a de fazer da atividade física, e também do esporte, um elemento comum ao cotidiano das pessoas. Dessa maneira, canalizar as energias para evitar a crítica ou questionamento ao governo militar, propiciar uma educação para o trabalho e para a competitividade, reforçar a prática do disciplinamento e associar equilíbrio social e saúde social. Governar o corpo e educar seus gestos, suas palavras, significava governar também a sociedade (Sousa, 2016, p. 178).

Era necessário buscar a legitimidade do poder que foi obtido de forma autoritária, sem participação popular, assim como demonstrar um suposto ideal de democracia. Para tanto, utilizaram os ideais de ordem, preservação da família e a manutenção da moral como instrumentos de preservação da ordem social, controlando-se as atitudes e comportamentos dos indivíduos em todos os âmbitos da vida social; num primeiro momento, contra uma possível ameaça comunista; e, posteriormente, para uma efetiva produtividade econômica (Sousa,

2016).

Nesse sentido, Oliveira (2012, p. 160), destaca a necessidade de o Regime Militar passar a ideia de democracia:

Falava-se aos professores como companheiros de viagem, como parceiros potenciais na criação de um sentimento comum daquela nação "que ia pra frente", como se as políticas daqueles anos tivessem, de alguma maneira, algum grau de participação democrática ou popular. Aliás, não era incomum que civis e militares alinhados reivindicassem a democracia para justificar o perigo do comunismo e da subversão, em uma operação discursiva que pretendia fazer crer que a exceção se tratava de um acidente normal da ars política.

Nessa toada, Sousa (2016) observa que o governo militar passou a investir como políticas públicas as práticas esportivas, as atividades físicas no âmbito escolar e o lazer, adotando projetos e programas educacionais, tal como a inclusão da atividade física na grade curricular, executadas com instrumentos pedagógicos, alinhados a um maior rigor na prática esportiva. Ou seja, havia a intenção de proporcionar ao aluno o aperfeiçoamento por meio da atividade física, buscando o disciplinamento, a competitividade e o reconhecimento da hierarquia.

Para Nascimento (2018, p. 4), o uso da atividade corporal tinha como intuito moldar o cidadão de acordo com os ditames do regime militar:

A disciplina dos corpos servia ao militarismo como meio de moldar o cidadão dentro de uma perspectiva de saúde moral do corpo, corpo esse que estava a serviço da nação. A ditadura militar tinha um projeto de desenvolvimento da nacionalidade, que demandava disciplina do povo. O esporte, nesse contexto, funciona como ferramenta para formação ideológica, controle do corpo e do tempo livre da população. O objetivo era a criação do cidadão a serviço do Estado, capazes de servir a nação e manter o corpo social harmônico.

Assim, pode-se compreender que o Regime Militar, assim como vários outros regimes e governantes em diversos tempos, utilizou o esporte, a atividade física, como instrumentos de dominação e de controle das massas, assim como de legitimação do seu poder, utilizando-os como pilar de sustentação de apoio político e popular. Como já dito no capítulo anterior, o Governo Militar utilizou o esporte, principalmente o futebol, como instrumento de propaganda do ufanismo, do nacionalismo e da legitimação do poder.

Para Oliveira (2012), a propaganda fora um grande instrumento utilizado pelo Regime Militar, tanto por grande distribuição de concessão pública de rádio e televisão, quanto por ocupar boa parte da mídia com a divulgação de seus feitos, tentando caracterizá-los como realizações competentes, legitimadora e de grande apelo das massas. O autor ainda discorre que

o uso da conquista da Copa do Mundo de 1970, no México, foi utilizada, principalmente, para concretizar um sentimento de nação, ou seja, de um “povo brasileiro” tido como um povo vencedor, tal qual a Seleção Brasileira de Futebol.

Assim, pois, a apropriação da vitória do futebol brasileiro nos gramados mexicanos em 1970 é sintoma de uma operação que pretendia menos amainar os ânimos "revolucionários", como muito se supôs, e mais dotar um "povo" - algo já genérico, de invenção relativamente recente - de uma unidade de sentimentos brasileiros na arena política internacional (Oliveira, 2012, p. 162).

Assim, pode-se inferir que o Regime Militar, de caráter autoritário, além de buscar a sustentação do poder, tanto pelo uso da força, quanto pela legislação de normativos, cujos textos mitigavam os direitos civis, no intuito de estabelecer a legalidade de seus atos, utilizou o esporte como instrumento de disciplina e hierarquia por meio do uso do esporte nas escolas, assim como nas conquistas esportivas para propagar o sentimento de nacionalismo, de amor à pátria, e, conseqüentemente, contra os pensamentos ditos subversivos, aliados aos pensamentos comunistas, sempre, entretanto, ligado aos interesses norte-americanos.

4.1.3 A redemocratização do esporte

Para Bresser – Pereira (2012), houve, sem dúvidas, o desenvolvimento econômico no Brasil, no entanto, ocorrendo de forma desigual, cercado de gritantes desigualdades sociais, com enormes concentrações de renda. O autor discorre que, nesse período de autoritarismo e de desenvolvimento econômico desordenado, surge o Ciclo Democracia e Justiça Social, que ganhou impulso após a instituição do “pacote de abril”, de 1977, quando foram adotadas, por meio do então presidente, Ernesto Geisel, medidas autoritárias, mesmo depois de ter anunciado a abertura política democrática. Tais medidas, para o autor, tiveram uma repercussão negativa pela burguesia, deixando, a partir de então, de dar amplo apoio ao Regime Militar, migrando, gradualmente, às forças democráticas, formando-se Pacto Democrático-Popular de 1977.

Com esse fato histórico novo iniciava-se a transição democrática no Brasil e, como primeiro momento do Ciclo Democracia e Justiça Social, formava-se o Pacto Democrático-Popular de 1977, um pacto abrangente que foi impulsionado pela crise econômica que começa em 1980 (a grande crise da dívida externa e da alta inflação inercial) e alcança a democracia no final de 1984, depois de ampla mobilização popular — a campanha das Diretas-Já (Bresser-Pereira, 2012, p. 110).

Dava-se início, então, ao regime de redemocratização no país, impulsionado pela campanha Diretas-já, unindo diversos partidos políticos e inflamando a população,

caracterizando quase uma unanimidade nacional. O povo almejava uma representação mais autêntica, assim como havia uma expectativa da resolução de diversos problemas sociais e econômicos, nos quais apenas a eleição direta poderia solucionar (Fausto, 2006).

No entanto, Fausto (2006) sublinha que a eleição direta não foi possível, haja vista que a emenda constitucional Dante de Oliveira, que preveria eleições diretas, não foi aprovada. Portanto, em 15 de janeiro de 1985 ocorreram eleições indiretas, tendo como vencedor Tancredo Neves, que, por motivos de saúde, não tomou posse. Assim, José Sarney, seu vice, toma posse, inclusive, em definitivo, pela morte de Tancredo.

Fausto (2006) destaca que, em maio de 1985, a legislação, enfim, restabeleceu as eleições diretas para a Presidência da República, as quais foram realizadas, em 1989, tendo como vencedor Fernando Collor de Melo. Assim, estava de volta o regime democrático no país. Outro ponto deveras importante, inclusive para a ratificação da democracia no país, fora a promulgação da atual Constituição Federal, de 1988, caracterizada como a Constituição-cidadã, que prevê direitos sociais e políticos, assim como reconhece a existência de direitos e deveres coletivos, além dos individuais, refletindo, assim, um avanço democrático ocorrido no Brasil.

Para Carvalho (2013, p. 43), a década de 1980 notabilizou-se pelo fim do regime autoritário militar, alinhado ao processo de ressurgimento e amadurecimento da democratização:

Uma década em que emergiu no país um novo conjunto de ideias políticas, arranjo de governança, processos políticos e atores políticos. O país mudou do regime autoritário, hierárquico e corporativista para o regime democrático em que os símbolos norteadores foram: a descentralização, a equidade social, a justiça social, o liberalismo e a economia de mercado, um conjunto de símbolos que influíram nas pautas de formulações de políticas públicas no país.

Já no âmbito esportivo, Carvalho (2013) destaca que a sociedade e as lideranças políticas questionavam a maneira de tratar a política pública do esporte, quais sejam, uma postura corporativista, hierárquica, elitista e de forte intervenção estatal, entrando, pois, em conflito com o novo contexto político e social do país, havendo, assim, a necessidade de uma revisão ideológica no sistema esportivo, a qual fora realizada, resultando num modelo mais social alinhado às características do novo regime, a democracia.

Linhaes (1996 *apud* Carvalho, 2013, p. 44) destaca a crescente influência e apoio de empresas e dos meios de comunicação na popularização do esporte, sobretudo o de alto rendimento:

Também, pelo crescente interesse e apoio das empresas privadas e da mídia ao esporte de alto rendimento, que resultou na popularização de novas modalidades esportivas, como o voleibol e no aumento de recursos privados aos clubes, associações de clubes e federações esportivas, a prática esportiva profissional, principalmente o futebol, se tornou evento de grande repercussão midiática e fonte de volumosos recursos privados advindo de patrocinadores. Assim, o esporte de alto rendimento passa a incorporar, em sua estrutura formal, os interesses econômicos da iniciativa privada, levando as entidades esportivas de práticas profissionais a questionarem o caráter tutelar e hierárquico da legislação esportiva vigente.

Assim, é possível interpretar que houve uma ruptura da intervenção estatal no setor esportivo, dando espaço para investimentos privados, pelos clubes e por patrocinadores, ou seja, o esporte passa, além de um entretenimento, um lazer, para um evento configurado por investimentos de empresas, incentivando, assim, o profissionalismo do esporte.

Carvalho (2013) destaca que o esporte fora elevado, no âmbito da nova constituição de 1988, a um direito do cidadão, sendo um resultado de atuações políticas ligadas ao esporte. Ademais, insurgia-se por uma revisão do esporte, pela popularização, em detrimento à velha política hegemônica, corporativista e elitista.

Bueno (2008) sublinha que a atuação da sociedade também foi importante tanto para a redemocratização política, quanto para a mudança na ideologia do esporte, alinhando-se aos símbolos do novo regime democrático. Para tanto, o autor destaca um evento denominado “Democracia Corinthians”, no qual importantes jogadores politizados, tais como, Sócrates, Walter Casagrande Júnior e Wladimir, insurgiram-se contra as práticas autoritárias de seus dirigentes, eliminando, pelo menos no departamento de futebol do clube, uma estrutura ditatorial, arcaica, paternalista, com maior participação dos jogadores nas decisões do clube.

Para Carvalho (2013), com a elaboração da Constituição de 1988, o esporte passou por uma profunda reformulação de conceito, excluindo-se a relação de tutela do estado e adotando-se regulamentos e normas condizentes com o período democrático, elevando-se o esporte a um direito de todos os brasileiros, ampliando o esporte para atividades formais e informais. Assim, o esporte fora objeto de discussão na Assembleia Nacional Constituinte, sendo positivada no artigo 217 (Capítulo III, Seção III – Do Desporto):

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
- IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (Brasil, 1988).

Ademais, o artigo 24 da Constituição Cidadã estabelece que o esporte é tema de legislação concorrente entre União, estados e Distrito Federal, enquanto os municípios só podem legislar, no que se refere ao esporte, caso haja uma interpretação extensiva do referido artigo, associando-se aos incisos I e II, do artigo 30, da CF/1988, que prevê a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementarmente à legislação federal e à estadual. Tal forma acontece sobre a competência dos entes, haja vista que não há explícito no texto constitucional dispositivo que atribua especificamente a competência para o esporte (Canan; Starepravo, 2021).

Toledo (2014 *apud* Canan; Starepravo, 2021) destaca uma baixa institucionalidade do direito ao esporte no âmbito da constituição, haja vista não estar evidente a competência pela formulação dos direitos, assim, não há clareza quanto ao titular do direito e quem tem o dever de proporcionar esses direitos.

Logo após a promulgação da Constituição de 1988, ocorreram as primeiras eleições diretas, pós regime militar, em 1989, na qual saiu vencedor Fernando Collor de Melo. Assim, passada a fase de constitucionalização, passou-se a tratar da regulamentação infraconstitucional do esporte, ou seja, ajustar a legislação esportiva de acordo com os novos preceitos constitucionais.

O governo de Fernando Collor foi marcado, dentre outros, pela abertura econômica, privatização e o processo de desregulamentação das leis de proteção do mercado interno, demonstrando, portanto, a opção pelo mercado globalizado. Nesses termos, houve uma flexibilização das relações profissionais, conjecturando para a evolução de uma legislação do esporte mais moderna e atualizada, com maiores incentivos da iniciativa privada, inclusive de capital estrangeiro.

Nessa toada, o presidente Collor nomeia, para a recém-criada Secretaria dos Desportos da Presidência da República, o ex-jogador de futebol Arthur Antunes Coimbra, o Zico, como secretário da pasta. Carvalho (2013) destaca que Zico, antes de renunciar ao cargo, elaborou o projeto de Lei nº 965/1991, conhecido como “Lei Zico”, a qual foi sancionada, sob o número 8.672/1993, já com novo responsável pela secretaria, o ex-jogador de voleibol, Bernard Rajzman.

Para Proni (2000), o projeto de lei tinha como principais pontos: a) regulamentar as novas formas comerciais no futebol; b) determinar a participação do setor nas Loterias; c) revogar a "lei do passe" e apresentar uma alternativa de vínculo contratual aos atletas profissionais; d) redefinir mecanismos fiscalizadores, assim como a manutenção da autonomia de entidades esportivas e assegurar sua representatividade nos órgãos competentes. No entanto, o projeto sofreu modificações, motivadas pela pressão dos clubes e dirigentes, que eram contrários à exclusão da “lei do passe” e da obrigação à transformação dos clubes em empresa.

Carvalho (2013) sublinha os principais destaques da Lei Zico:

- a) extinção do Conselho Nacional de Desporto, dando lugar ao Conselho Superior de Desportos (CSD), de carácter consultivo e deliberativo;
- b) filiação às Confederações tanto das federações, quanto dos clubes e associações, definidos como pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos;
- c) regulamentação das atividades profissionais por normas da legislação trabalhista e da seguridade social;
- d) possibilidade de as entidades esportivas adquirirem a liberdade de organização, transferência de atletas, transmissão e comercialização de imagens, direito de arena, convocações para seleções, contratos, valor do passe;
- e) faculdade dos clubes em tornarem-se sociedades comerciais (clube empresa);
- f) ampliação das fontes de recursos ao esporte, dentre eles as receitas de concursos de prognósticos (como exemplo os bingos), doações, patrocínios, prêmios da Loteria Esportiva Federal.

Assim, Linhales (1996 *apud* Carvalho, 2013) enfatiza que a Lei Zico se atentou na regulamentação da atuação do mercado no âmbito do esporte profissional, em detrimento à normatização do esporte como um direito social. Ademais, observa antigos meios tutelares como a “lei do passe” para a comercialização dos atletas.

O governo de Fernando Collor fora marcado, dentre outros, pela ineficiência em combater o processo inflacionário e pelas constantes crises econômicas e políticas, dentre elas, um processo de impeachment. No entanto, Collor renunciou ao cargo de presidente antes mesmo de sofrer a condenação por impeachment, pelo Congresso Nacional (Skidmore, 1988 *apud* Carvalho, 2013). O autor ainda destaca a posse do vice-presidente, Itamar Franco, o qual foi responsável pela elaboração do Plano Real, que perdura até os dias atuais.

Em 1995, surge, como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso – FHC, que, em março deste ano, nomeia Edson Arantes do Nascimento – Pelé, como Ministro Extraordinário do Esporte. Toledo (2005 *apud* Bueno, 2008) destaca que a Lei nº 9.615/1998,

a chamada Lei Pelé, foi aprovada em 24 de março de 1998, sendo regulamentada pelo Decreto nº 2.574/98, no mesmo dia que Pelé se desliga do governo FHC, e o cargo de Ministro Extraordinário deixa de existir. Bueno (2008) traz os seguintes destaques da Lei Pelé:

- a) instituição do Sistema Brasileiro do Desporto e do Sistema Nacional de Desporto;
- b) manutenção da destinação da renda líquida da Loteria Esportiva;
- c) obrigação para a transformação em clube-empresa em uma das seguintes formas:
I - sociedades civis de fins econômicos; II - sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor; III - entidades de prática desportiva;
- d) fim do passe, encerrando-se o vínculo após o término do contrato;
- e) reestruturação do jogo de Bingo, com proibição de máquinas de jogo de azar.

Assim, Bueno (2008) interpreta que a Lei Pelé, de um modo geral, não trouxe muita diferença para o texto da lei Zico, embora tenha havido um avanço dos princípios norteadores da atual constituição, assim como tenha introduzido o fim do passe dos atletas e tenha modernizado o modelo clube-empresa. No entanto, destaca que ambas as leis focaram no futebol, em detrimento aos outros esportes:

[...] Entretanto, em que pese os avanços até aquele momento, as duas legislações concentraram-se basicamente nos problemas do futebol, tratando marginalmente as demais modalidades, em nada modernizando a estrutura do esporte educacional e tratando de forma ainda mais distante o desenvolvimento do esporte de participação (Bueno, 2008, p. 208).

O autor destaca, ainda, que houve a promulgação da Lei nº 9.981/2000, a qual retirara a legislação do jogo do bingo da legislação esportiva, determinando, assim, o fechamento dos bingos em até dois anos, no entanto, seus proprietários permaneceram abertos por meio de liminares conseguidas na justiça. Outro destaque da lei fora a revogação da obrigatoriedade da transformação em clube-empresa, sendo, portanto, optativa, como era na Lei Zico. Outrossim, Bueno (2008) observa que não fora revogado o “fim do passe”, haja vista que a lei instituiu a condição de ressarcimento aos clubes, com multa de 100 vezes o valor do salário anual, mas permitindo uma redução percentual por cada ano executado.

O governo FHC fora marcado por CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) ligadas ao futebol, sendo a CPI da Nike/CBF, para apurar indícios de irregularidades nos contratos entre a CBF e a NIKE, interferências da Nike na CBF, assim como o uso indevido dos recursos da CBF. Já na CPI do Futebol, houve o indiciamento de 17 pessoas, apontadas por crimes e irregularidades no âmbito do futebol brasileiro (Bueno, 2008).

Segundo Athayde (2014), o governo de Fernando Henrique não focou em gastos com o esporte, haja vista que havia uma concepção minimalista de estado atrelado a um plano de contrarreforma, sendo o esporte uma área que deveria ser excluída da estrutura governamental para seguir às regras do mercado, ou seja, uma visão eminentemente neoliberal. Até mesmo o capital simbólico e econômico do esporte, utilizado em outros governos, foi menosprezado.

Após dois mandatos do governo FHC, tem-se, em 2002, a eleição presidencial, na qual sagra-se vencedor Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, antes de adentrar na gestão Lula, é imprescindível registrar que a imagem do Lula se confunde com a imagem do Partido dos Trabalhadores – PT, que foi fundado em 1980 com o viés de promover mudanças na vida dos trabalhadores urbanos e rurais, possuindo, pois, uma longa história de lutas junto ao proletariado (Partido dos Trabalhadores)

Segundo o site dos Partidos dos Trabalhadores, seguindo uma ordem cronológica, o PT participou efetivamente do movimento Diretas Já, sendo fundamental na sua mobilização, reivindicando eleições presidenciais diretas, tendo como um dos protagonistas o operário Lula, que participara das primeiras eleições diretas após o regime militar, chegando ao segundo turno da disputa eleitoral. Mas foi em 2003 que, finalmente, Lula toma posse como presidente do Brasil, tendo-o governado até 2010.

O governo Lula foi caracterizado por uma gestão equilibrada em termos econômicos, adotando uma política de controle da inflação e a garantia da estabilidade da moeda, demonstrando, assim, sua postura perante o mercado financeiro, o qual tinha grande temor no início da gestão do PT. Com a inflação contida, o país voltou a ter crescimento econômico, aliada a geração de milhões de novos empregos diretos e indiretos (Mercadante, 2010).

Mercadante (2010) discorre que foi no campo social que Lula alcançou notoriedade. Através de programas de redistribuição de renda e de uma nova política para o salário mínimo, milhões de brasileiros foram retirados da linha da extrema pobreza. Além disso, observou-se um avanço significativo nos setores de saúde e educação, resultando em uma melhoria na expectativa de vida de grande parte da população brasileira.

A chegada de um partido de esquerda no poder criou uma expectativa na ala progressista da Educação Física no Brasil, vislumbrando uma mudança nos rumos da política esportiva e do lazer, por meio de políticas públicas sociais voltadas para o esporte, para, assim, tratar o esporte e o lazer como um efetivo direito consagrado na constituição.

Para Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), houve no Governo Lula uma

prioridade na destinação de recursos para o esporte de alto rendimento, principalmente nos anos 2006 e 2007, quando foram realizados os Jogos Pan-Americanos, enquanto nos demais anos houve uma linearidade dos gastos, incluindo-se os programas e projetos sociais, principalmente o programa Segundo Tempo⁵.

Athayde (2014) observa que Lula optou por estabelecer um ministério específico para o setor esportivo, criado a partir da medida provisória n° 103, de 1° de janeiro de 2003, seção II, artigo 27. Posteriormente, o governo Lula aprovou a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) - Lei n.º 11.438/2006 (Brasil, 2006) e Lei n.º 11.472/2007 (Brasil, 2007), destacando-se, dentre outros, a dedução do imposto de renda para empresas tributadas no lucro real que financiassem projetos chancelados pelo Ministério do Esporte, ou seja, a iniciativa privada fora motivada a patrocinar o setor esportivo para obter incentivo tributário.

Segundo Bueno (2008), houve outros programas e eventos esportivos criados no governo Lula:

- Segundo Tempo: destinado para alunos matriculados no ensino fundamental e médio, principalmente em locais de vulnerabilidade social, para desenvolver capacidades e habilidades motoras, assim como o maior acesso à prática esportiva, atrelado ao reforço escolar e alimentar;
- Bolsa Atleta: vinculação do atleta a entidades esportivas, sem auxílio de patrocínios, além de participação em competições;
- Timemania: injetar receitas nos clubes de futebol, por meio da arrecadação da loteria esportiva, para a quitação de dívidas com a União e, posteriormente, para investimentos próprios;
- Conferências Nacionais de Esporte: realizadas em 2004 e 2006 com a iniciativa de garantir a participação democrática de atletas, clubes, federações, confederações, comitês olímpico e paraolímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer e dos movimentos sociais e populares;
- Programa Esporte e Lazer da Cidade: teve o intuito de atender a demanda social

⁵ O Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, tem como objetivo democratizar o acesso à prática esportiva e à cultura do esporte, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, especialmente em áreas de vulnerabilidade social. As novas diretrizes para o triênio 2023-2026 visam estabelecer 95 núcleos esportivos, que poderão atender cerca de 10 mil estudantes e gerar empregos para aproximadamente 180 professores e monitores de educação física. O programa também busca combater a evasão escolar, promover a inclusão e respeitar as questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia e religião, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e formação da cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-segundo-tempo-pst>. Acesso em: 5 ago. 2024.

de acesso à prática esportiva e ao lazer, principalmente para populações carentes e em vulnerabilidade econômica e social;

- Jogos dos Povos Indígenas: tinha como objetivo valorizar e fortalecer a cultura indígena por meio do esporte, interagindo as diferentes etnias e estimulando sua diversidade e autonomia;
- Rede Cedes: destinada para fomentar a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico, voltados à formação e qualificação de pessoal para o aperfeiçoamento e avaliação da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.

Para Athayde (2014), havia uma expectativa que o governo Lula modificasse o tratamento do governo federal e as principais associações e entidades esportivas no Brasil, sobretudo a Confederação Brasileira de Futebol, que fora objeto de CPI poucos anos antes. No entanto, o autor salienta que tais mudanças não ocorreram, havendo, inclusive, uma aproximação com o intuito de realizar-se a Copa do Mundo de futebol em 2014 e, assim, atender às diversas exigências da FIFA.

Foi no governo Lula que o Brasil deu início a uma série de grandes eventos esportivos, iniciando-se com os Jogos Pan-Americanos. Ademais, Lula mobilizou-se para que a Copa do Mundo de futebol de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, dentre outros, fossem realizadas no país.

Segundo Garcia *et al.* (2011 *apud* Athayde, 2014), Lula justificava a inserção de grandes eventos esportivos no país como um instrumento político de reconhecimento do valor do país, saindo da condição periférica para tornar-se uma potência emergente, ou seja, um país em crescimento.

O governo Lula encerrou-se em 2010, quando foram realizadas eleições, tendo como vencedora Dilma Rousseff, eleita a primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil, realizando seu primeiro mandato, o qual tinha características do modelo social-desenvolvimentista, dando continuidade ao adotado durante o segundo Governo Lula, tendo como foco nas políticas voltadas para a redistribuição de renda e a mudança de padrões de produção, tais como: políticas salariais voltadas para faixa de renda mais baixa, transferências de renda, estímulo ao crédito para o consumo, investimento público em infraestrutura e políticas industriais e financiamento subsidiado por bancos públicos (Bastos, 2012).

No âmbito do esporte, o governo Dilma foi caracterizado pela realização de grandes eventos, tais como a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol de 2014, e as Olimpíadas e as Paraolimpíadas do Rio de 2016, representando, assim, os elementos

centrais na política desenvolvida pelo Ministério do Esporte, vislumbrando o direcionamento dos gastos nos esportes de alto rendimento (Carneiro, 2019).

O Brasil já houvera sediado a Copa do Mundo de Futebol, em 1950, e, agora com o governo petista, ocorrera novamente em 2014, tendo como cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. No entanto, para que este grande evento acontecesse, foi necessária a implantação de medidas como uma melhoria na infraestrutura das cidades-sede, principalmente em aeroportos, transportes públicos e os estádios de futebol, que deveriam ser construídos ou reformados, de acordo com os padrões da FIFA (Portes, 2015). Portes (2015) ainda observa que o governo federal almejava investir na infraestrutura, não só para atender à realização do evento futebolístico, mas deixar um legado para a população brasileira.

Visando a realização de grandes eventos de forma efetiva e segura, a presidente Dilma editou a Lei nº 12.663, de 12 de maio de 2012 (Brasil, 2012), intitulada como Lei geral da Copa, a qual tinha como objetivo dispor sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013. Verifica-se que, apesar de prever outros eventos, a referida lei tratou basicamente do evento Copa do Mundo de 2014, estabelecendo regras com o objetivo de garantir a segurança, a ordem pública e a realização dos jogos de futebol de forma satisfatória.

Dentre outros, a Lei Geral da Copa regulamentou a promoção de produtos e serviços relacionados à Copa do Mundo, incluindo a proteção da propriedade intelectual e a regulamentação de patrocínios, assim como previu campanhas sociais da competição. Assim, visando o aspecto social do evento, estabeleceu-se o seguinte tema social “Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo” (alínea “a”, inciso I, art. 29, da Lei 12.663/2012).

Portanto, em meados de 2014, deu-se início a segunda Copa do Mundo de Futebol no Brasil, tendo a Alemanha, campeã, derrotado a Argentina na final, realizada no Maracanã. Para muitos, no entanto, o grande destaque desta copa fora a goleada sofrida pelos anfitriões ante a Alemanha, por 7x1, fazendo lembrar o vexame do Brasil na final da copa do mundo de 1950, onde, jogando em seus domínios e favorita ao título, fora derrotado pelos uruguaios.

Outros grandes eventos realizados no governo Dilma foram as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Para tanto, realizaram-se diversos investimentos na cidade fluminense no intuito de prepará-la para a realização destes eventos, tais como:

- melhorias significativas na infraestrutura da cidade, incluindo a construção ou

reforma de novos hotéis, aeroportos, estádios e transporte público, seja por meio de recursos públicos ou privados;

- impacto positivo no setor turístico da cidade, atraindo turistas de todo o mundo para assistir às competições e explorar a cidade, e, conseqüentemente, impactando financeira e economicamente na cidade, por meio de empregos diretos e indiretos;
- projetos sociais e de desenvolvimento na região, incluindo iniciativas de saúde, educação e habitação, o que pode ter um impacto positivo a longo prazo na vida da população local;
- aumento da visibilidade internacional, atraindo novos investidores.

No entanto, o cenário político e social que antecedeu a realização da Copa do Mundo não era favorável ao governo federal. Em junho de 2013, iniciou-se uma série de manifestações em São Paulo, caracterizado pelo Movimento Passe Livre, cujo objetivo era a contestação do aumento das tarifas de transporte público.

Apesar do êxito inicial do movimento, haja vista que o aumento da tarifa fora revogado, criou-se uma mobilização nacional com outros objetivos, principalmente nos investimentos públicos, a corrupção e os gastos da Copa do Mundo. Tais movimentos tinham a palavra de ordem: “Não são só os 20 centavos!”

Em 17 de junho de 2013, 11 capitais do país realizaram manifestações que somaram cerca de 250 mil pessoas nas ruas. Em São Paulo, as pressões obrigaram Alckmin e Haddad a se articularem para suspender o aumento das tarifas, no dia 19 de junho. O aumento de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 foi revogado. Porém, mesmo com a revogação as manifestações continuaram ao som das palavras de ordem: “Não são só 20 centavos”. Em Brasília aproximadamente 40 mil pessoas tomaram a Esplanada dos Ministérios no dia 20 de junho (2013). Os manifestantes ampliaram sua pauta de protestos e se posicionaram não só contra o preço das passagens de ônibus, mas também contra os gastos com a Copa do Mundo, a corrupção e a gestão pública nos setores da saúde e da educação do país (Salomão, 2023).

Para Starlles e Melo (2021), os cientistas políticos consideram que os movimentos sociais que antecederam a Copa do Mundo de 2014 ainda não terminaram, tendo reflexos ainda hoje. Apesar de tais protestos terem iniciado pelo aumento da tarifa do transporte público, houve uma mobilização geral da população brasileira, descontente com a atuação da classe política.

Naquela ocasião, a então presidente Dilma tinha aprovação de 57% de seu governo, mas, com as mobilizações, sua aprovação caiu pela metade, conforme reportagem publicada pela revista Galileu (Floresti, 2018), do grupo Globo:

A onda de insatisfação reverberou na presidente Dilma Rousseff, que tinha aprovação de 57% e viu sua popularidade cair à metade naquele mês. As ruas, historicamente

ocupadas pela esquerda, também passaram a ser disputadas por grupos que se opunham tanto ao Partido dos Trabalhadores (PT) quanto aos demais movimentos esquerdistas que faziam oposição aos governos petistas. Diferentes analistas consideram que as megamobilizações pró-impeachment de 2016 foram gestadas naqueles dias de junho.

Em 2014, ano da realização da Copa do Mundo, houve vários protestos no país, condenando os grandes investimentos, principalmente nas construções das arenas, em detrimento da melhoria de qualidade de vida dos brasileiros. No entanto, Dilma Rousseff exalta o legado da copa do mundo, conforme matéria intitulada “Doze cidades do Brasil têm protestos contra a Copa do Mundo” (2014), extraída do Jornal Nacional, do grupo Globo:

“Acredito que esse compromisso de brasileiros homens e mulheres com a boa recepção dos que vierem nos visitar é algo que faz parte da cultura, da alma e do ânimo do povo brasileiro. Nós podemos dizer em alto e bom som: o legado da Copa é nosso. Por que? Ninguém que vem aqui assistir à Copa leva consigo, na sua mala, aeroporto, porto, não leva obras de mobilidade urbana, nem tão pouco estádios. O que eles podem levar na mala? A garantia e a certeza de que esse é um país alegre e hospitaleiro”, declarou a presidente⁶.

Portanto, pode-se depreender que o esporte está inserido num contexto social, seja por ser um instrumento de lazer, de prática esportiva ou por estar inserido num campo social abrangente, no qual os indivíduos buscam aumentar o seu capital, seja intelectual, econômico, cultural.

Para Castro *et al.* (2015, p. 38), o conjunto de medidas adotado, tanto para a Copa do Mundo, quanto para as Olimpíadas, expressou um padrão de autoritarismo do poder público, com determinadas características:

(i) autoritário, na medida em que adota decisões que não resultam de um debate democrático com as organizações sociais e com a sociedade em geral; (ii) de exceção, tendo em vista que as regras estabelecidas claramente contrariam a legislação existente, aplicada para cidadãos brasileiros e fluminenses; (iii) subordinado aos interesses privados, o que se expressa na criação de áreas comerciais exclusivas para a FIFA, restringindo o espaço público.

Posteriormente, o Governo Dilma Rousseff passa por uma crise econômica, dentre

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contra-copa-do-mundo.html>. Acessado em: 25 de janeiro de 2004.

outros fatores, pela crise das *commodities* e com aprofundamento da crise econômica mundial (Bastos, 2013), sendo agravado em meados de 2013, nas manifestações que assolaram o país, as quais reivindicavam melhoria na qualidade dos serviços públicos e no combate à corrupção.

Em agosto de 2016, a Presidente Dilma Rousseff sofre um impeachment, assumindo, portanto, seu vice Michel Temer, o qual apresentou características do modelo neoliberal, com providências no sentido de conter os gastos públicos e o déficit fiscal, acarretando numa diminuição dos investimentos dos recursos públicos em políticas públicas sociais que passaram a ter um papel secundário para governo, sendo priorizado políticas de ajuste fiscal (Souza, 2019).

Logo após, em 2019, assume a presidência Jair Bolsonaro, que adota o modelo ultra neoliberal, propondo uma reconfiguração regressiva das relações sociais no Brasil, com enfoques na economia, em detrimento aos direitos dos cidadãos, colocando em cheque garantias mínimas aos trabalhadores, desempregados, jovens, idosos, ou seja, há violenta ofensiva contra os direitos em geral (Coelho, 2020), provocando, dentre outros, um aumento da desigualdade, do desemprego, do assistencialismo, potencializados pela crise sanitária e econômica provocada pela COVID-19.

A adoção deste modelo de gestão, tendo à frente o Ministro da Economia Paulo Guedes, tem como uma das características o corte de verbas em todos os setores do governo, inclusive o esporte. No que pese a redução dos recursos, alguns projetos ainda permaneceram, tais como o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte, segundo publicação da matéria “Governo chama de ‘economia’ corte de patrocínios no esporte (2023)”⁷.

Alinhado a esse modelo, Bolsonaro extingue o Ministério dos Esportes, com novo status de secretaria, dentro da estrutura do novo Ministério da Cidadania, enfraquecendo, assim, o setor esportivo, e diminuindo, consideravelmente, os recursos empreendidos.

Para Athayde *et al.* (2016, p. 41), essa política econômica, de cunho ultra neoliberal, deixa de lado a preocupação com a democratização do direito ao esporte, esculpido na Constituição Federal, redirecionando para interesses mercantis, caracterizada por uma visão minimalista do estado:

Essa transformação foi operada a partir dos instrumentos infraconstitucionais, que se dedicaram a consolidar o processo de mercantilização do esporte, adequando-o às exigências e regras do mercado, bem como fortalecendo a autonomia das entidades

⁷ Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/03/03/governo-festeja-cortes-no-esporte-e-mente-sobre-aumentar-apoio-a-atletas.htm>. Acesso em: 14 ago. 2024.

de administração e prática esportiva ainda que solidamente amparadas pelo Estado, especialmente no que concerne ao seu financiamento.

Frizzo (2019, p. 11) entende que a política econômica adotada pelo governo Bolsonaro não só está vinculada a mudanças institucionais, mas também rebaixando o esporte a um segundo plano do ponto de vista administrativo, por meio de dois movimentos:

- a) o “enxugamento” do Estado e o Ajuste Fiscal, que atribui relevância ainda menor ao Esporte enquanto direito social e também a diminuição de investimentos públicos em políticas sociais e de esporte, que acabam promovendo maiores restrições de acesso ao direito por parte da grande maioria da população que não é atendida pelas esferas estatais.
- b) incentivo à iniciativa privada como promotora de direitos: a partir da consolidação das leis criadas na década dos Megaeventos Esportivos, a política governamental atual estimula a participação privada na promoção de projetos e programas esportivos principalmente baseados no repasse de recursos públicos para empresas privadas (conforme assinalamos em capítulo anterior).

Além dessa política com menores investimentos ao esporte, ocorreu neste período a propagação da COVID-19, afetando sobremaneira diversos setores, sobretudo nos esportes, que tem, em sua maioria, atividades que aglomeram participantes e espectadores. Assim, com o avanço da pandemia, houve a imediata paralisação de diversas atividades esportivas no país.

Afastando-se do aspecto político-econômico, o governo Bolsonaro adotou medidas voltadas ao esporte, tais como a regulamentação do controle de dopagem, por meio do Decreto 10.964/2022, com o objetivo de adequar a legislação nacional às normas internacionais e a modificação das regras ao direito de arena sobre o espetáculo desportivo, por meio da Lei nº 14.205/2021. Mas, talvez a maior contribuição deste governo ao esporte fora a criação da lei que instituiu a Sociedade Anônima do Futebol - SAF (Lei nº 14.193/2021), estimulando os clubes de futebol a se transformarem em sociedade anônima, dispondo de normas de governança, controle e meios de financiamento específicos para a atividade do futebol.

Antes, estruturados como associação civil, os clubes que optarem pela SAF podem vender o setor de futebol para investidores, tal como ocorreu com o América Mineiro, Bahia, Botafogo, Coritiba, Cruzeiro, Cuiabá, Red Bull Bragantino e o Vasco da Gama⁸. Assim, os clubes recebem um investimento financeiro destinado especificamente ao futebol.

O governo Bolsonaro termina, após acirradas eleições, nas quais sagrou-se vencedor o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o qual prometera maior incentivo ao esporte,

⁸ Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/quais-clubes-da-serie-a-do-brasileirao-sao-saf.html>. Acesso em: 17 jul. 2024.

principalmente no Bolsa Atleta, assim como estimular a prática esportiva de crianças e jovens nas escolas (Silva, 2022).

5 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA ARENINHA

No presente capítulo, será abordada a análise sobre a política pública Areninha, através do exame dos eixos Contexto, Conteúdo e Trajetória, além das análises das entrevistas em profundidade com os atores envolvidos, buscando compreender os aspectos do equipamento Areninha através de seus usuários e responsáveis.

5.1 Análise dos Eixos da Avaliação em Profundidade

5.1.1 Análise de Conteúdo

Rodrigues (2016, p. 109) preconiza que o eixo analítico do conteúdo da política ou programa na Avaliação em Profundidade é composto por três dimensões centrais:

- i) formulação da política, com atenção aos objetivos presentes nos documentos de sua institucionalização e aos critérios apresentados para a sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- ii) os conceitos, ideias, noções e valores que conformam os paradigmas orientadores da política e que formam um corpo teórico que lhes dá sustentação;
- iii) o cotejamento dessa base conceitual com os critérios estabelecidos, ou seja, verificação da coerência interna da política no que diz respeito à disponibilidade de todos os mecanismos de efetivação da política segundo sua proposta teórica e sua base conceitual.

Ou seja, trata-se de um exame material institucional que pode ser estruturado em diferentes formas, como leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, registros institucionais, dados estatísticos, dentre outros, que permitem absorver as ideias centrais do programa, assim como seus objetivos para que sejam estabelecidas análises da coerência dessa política com a sua prática.

No caso em tela, registra-se que não localizei um marco regulatório específico para a formulação da política pública Areninha. Só foi possível identificar os aspectos centrais do projeto através de pesquisas em sites governamentais e jornalísticos, além de documentos legais que tratam de outros aspectos do programa, tais como as portarias municipais.

Assim, em visita à Câmara Municipal de Vereadores, do município de Fortaleza, foi realizada entrevista com o Coordenador Executivo de Articulação Política, onde ponderou que a criação de uma Areninha é um ato meramente administrativo, ou seja, depende da conveniência e oportunidade do poder público de enxergar a demanda desse equipamento e

aplicar o orçamento existente, tal qual a construção de uma escola, hospital, sem depender da autorização do legislativo. Ademais, informou que não há naquela casa legislativa lei ou projeto de lei em tramitação que trate da criação da política pública Areninha em Fortaleza.

Neste azo, localizou-se a Portaria nº 40/2016, que trata da disciplina do uso e conservação da Areninhas, na qual traz em seu bojo os objetivos deste equipamento:

Art. 1º. Os equipamentos esportivos do Projeto Areninha servirão de uso para projetos sociais e demais eventos esportivos de interesse da comunidade municipal, bem como para a prática de esportes da coletividade local de forma organizada, observando as limitações estruturais dos equipamentos, tendo como caráter prioritário os eventos realizados pela Prefeitura através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, assim como os critérios de utilização estabelecidos nessa Portaria (Fortaleza, 2016).

Outro documento localizado refere-se às Indicações Legislativas, que são instrumentos utilizados pelos vereadores para solicitar a construção de Areninhas em determinados bairros de Fortaleza. Tais indicações, após aprovação da Câmara dos Vereadores, são encaminhadas ao Prefeito de Fortaleza e retomadas em forma de Mensagem, conforme pode-se perceber na Indicação nº 0656/2022:

Figura 1 - Indicação nº 0656/2022

INDICAÇÃO Nº 0656 / 2022 /2022

Dispõe sobre a criação de Mini Areninha no Bairro Pirambu, no município de Fortaleza, na forma que indica.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, submeter à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa a Indicação em epígrafe, a qual depois será enviada ao Exmo. Senhor Prefeito, a fim de que a mesma retorne a esta Casa em forma de Mensagem.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE 2022.

Fonte: Câmara Municipal de Fortaleza (2022).

Ademais, em consulta realizada no site da Prefeitura de Fortaleza, pode-se perceber que os objetivos propostos no projeto Areninha são, além dos aspectos esportivos: a recuperação do entorno dos equipamentos, estimulando um fluxo econômico, o desenvolvimento da prática de atividades físicas, proporcionar um espaço seguro de convivência, lazer e formação cidadã, além de estimular jovens a seguir na carreira futebolística (Fortaleza, 2020).

Iniciado em meados de 2014, o referido programa foi considerado exitoso, conforme matérias vinculadas pela própria Prefeitura de Fortaleza, assim como jornais de grande circulação no estado. Assim, a administração pública municipal deu prosseguimento ao projeto, prevendo a criação de outras Areninhas pela cidade, inclusive estando contemplada nos Planos Plurianuais de 2018-2021 e 2022-2025.

A continuidade e expansão dos programas objetivam a difusão e práticas desportivas e o “empoderamento” dos espaços públicos como “Areninhas”, Academia na Comunidade e Atleta Cidadão; as Praças da Juventude, Praças “Amiga da Criança” e ciclofaixas. Abrangem os espaços públicos de valorização do lazer e do convívio intergeracional, implantados nos diversos bairros da cidade, bem como a implementação de outros projetos essenciais para a consecução não só dos objetivos vinculados a esta área temática como dos objetivos do eixo (Fortaleza, 2021).

É importante registrar que a Lei nº 11.188/2021, que trata do Plano Plurianual – PPA 2022-2025, do município de Fortaleza, destaca a Areninha como uma seara da saúde e lazer, haja vista que almeja este programa como difusão das práticas esportivas e o empoderamento dos espaços públicos pela população (Fortaleza, 2021).

A lei prevê, dentre outros, que o objetivo das ações é promover o bem-estar e a integração social da comunidade, encorajando a adoção de estilos de vida saudáveis. Isso inclui participação em esportes diversos, além da utilização de espaços públicos como parques e áreas verdes, promovendo formas de lazer e interação familiar e comunitária, trazendo diversos benefícios para a saúde, ajudando a prevenir doenças e contribuindo para a melhoria física e mental das pessoas de todas as idades, incluindo aquelas com necessidades especiais e idosos (Fortaleza, 2021).

Registra-se, ainda, que no caderno Plano Fortaleza 2040 (Fortaleza, 2019), a administração pública tem uma visão futura do esporte, no sentido de ser referência nacional em qualidade de vida da população, através da prática de atividades físicas, acompanhada de

políticas públicas, garantindo-se recursos para a “promoção universal do esporte e lazer, integrado a saúde, combate à violência, educação e cultura”.

Outrossim, observa-se que a mídia local traz matérias enaltecendo o programa Areninha, como no exemplo a seguir: “Localizadas estrategicamente em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o objetivo das Areninhas passa pelo incentivo à prática da atividade física, culminando num espaço seguro de convivência e formação cidadã” (Bezerra, 2018).

Portanto, pode-se depreender que o equipamento Areninha foi estabelecido com o intuito de promover o bem-estar da população residente no seu entorno, além de oferecer espaços adequados para a prática de esportes.

5.1.2 Análise do Contexto de Formulação e Implementação

Rodrigues (2016) destaca que análise de contexto da formulação da política é dada pela coleta de informações sobre o cenário político vigente, as condições socioeconômicas e as interações entre os diferentes níveis de governo, desde o local até o internacional, e até mesmo transnacional, se aplicável. A autora ressalta, ainda, a importância de compreender o modelo político e econômico em vigor no país, o papel que o aspecto social desempenha dentro desse modelo e como a política ou programa em questão se relaciona com outras políticas e/ou programas. Assim, compreende-se que é fundamental enxergar a política ou programa como parte integrante de um conjunto de ações que refletem, de maneira mais abrangente, uma visão sobre como conduzir os assuntos políticos, abarcando tanto as dimensões econômicas quanto sociais.

O projeto Areninha deu-se início em meados de 2014, com o objetivo inicial de evitar a especulação imobiliária e requalificar o campo do América, localizado no bairro Aldeota, em Fortaleza. O terreno pertencia ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), correspondendo a uma área de 4.378 metros quadrados, sendo avaliado em R\$2,8 milhões, com o pagamento sendo realizado em 10 parcelas anuais. Após a aquisição, o espaço contaria com investimentos de estrutura, banheiros, quadras esportivas, aparelhos de ginástica e outras benfeitorias (Fortaleza, 2014).

Na ocasião, o Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, destacou que “a despeito de estar localizada numa área onde há o metro quadrado mais caro de Fortaleza, estamos realizando o sonho, que não é apenas da comunidade, mas de toda a cidade”, e que a

urbanização da área foi em atendimento à reivindicação da própria comunidade (Fortaleza, 2014).

O então Secretário Executivo Regional II, Francisco Barroso, destacou que o projeto de requalificação do Campo do América foi amplamente discutido com a comunidade local e que essa participação popular é importante para que se construa um espaço de convivência e lazer (Fortaleza, 2014). Portanto, é possível depreender que não houve, de fato, um planejamento voltado para a criação da política pública Areninha, mas tão somente houve a necessidade de requalificar o Campo do América.

No âmbito político nacional, na época da implementação da Areninha, destaca-se que Dilma Rousseff estava no último ano de seu primeiro mandato, o qual tinha características do modelo social-desenvolvimentista, dando continuidade ao adotado durante o segundo Governo Lula, tendo como foco nas políticas voltadas para a redistribuição de renda e a mudança de padrões de produção, tais como: políticas salariais voltadas para faixa de renda mais baixa, transferências de renda, estímulo ao crédito para o consumo, investimento público em infraestrutura e políticas industriais e financiamento subsidiado por bancos públicos (Bastos, 2012). Ou seja, no ano de implementação da primeira Areninha de Fortaleza, havia um modelo político nacional voltado para a classe mais baixa da população, principalmente no tocante às políticas públicas.

Outro aspecto importante a se registrar foram os eventos esportivos ocorridos na época, a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de futebol, em 2014, ambas realizadas no Brasil, inclusive com jogos na Arena Castelão, recém-reformada. Conforme Jefferson Carlos Carvalhal da Silva, Coordenador de Equipamentos Esportivos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a denominação “Areninha” deu-se em decorrência do novo formato dos estádios no Brasil, as arenas.

Posteriormente, o governo de Dilma Rousseff enfrentou uma crise econômica, provocada, entre outros fatores, pela queda das *commodities* e pelo agravamento da crise econômica global (Bastos, 2012). Essa situação se intensificou em meados de 2013, durante as manifestações que tomaram o país, nas quais a população exigia melhorias na qualidade dos serviços públicos e um combate mais eficaz à corrupção.

Em agosto de 2016, a Presidente Dilma Rousseff foi destituída por um processo de *impeachment*, e seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência. Temer adotou características do modelo neoliberal, implementando medidas para conter os gastos públicos e reduzir o déficit fiscal. Como resultado, houve uma diminuição nos investimentos em políticas públicas sociais,

que passaram a ser secundárias para o governo, enquanto as políticas de ajuste fiscal foram priorizadas (Souza, 2019).

Em seguida, Jair Bolsonaro assume a presidência e adota uma abordagem ultraneoliberal, que propõe uma reestruturação regressiva das relações sociais no Brasil, com um foco predominante na economia em detrimento dos direitos dos cidadãos. Isso colocou em risco as garantias mínimas para trabalhadores, desempregados, jovens e idosos, resultando em uma ofensiva severa contra os direitos em geral (Coelho, 2020). Essa política contribuiu para o aumento da desigualdade, do desemprego e do assistencialismo, exacerbados pela crise sanitária e econômica gerada pela COVID-19.

Após acirradas eleições presidenciais, Lula volta ao poder, vencendo o candidato à reeleição Jair Bolsonaro. Na sua campanha, Lula (PT, 2022) evidenciou promessas voltadas para o lado social, tais como:

- salário mínimo com aumento acima da inflação todo ano;
- isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil;
- milhões de empregos desde o primeiro ano de governo;
- para a juventude, formação e empregos melhores;
- Bolsa Família de R\$ 600 e comida barata no mercado;
- Desenrola Brasil para livrar famílias das dívidas;
- Empreende Brasil, para quem sonha em ter o próprio negócio.

Destaca-se, ainda no governo petista, a Lei nº 14.597/2023, que dispõe sobre a Lei Geral do Esporte, englobando os princípios fundamentais do esporte, tais como: Educação; Inclusão; Saúde; e Segurança. Ou seja, pode-se compreender que a política a ser adotada por Lula, é voltada para o social, tal qual dos seus mandatos anteriores.

Quanto ao cenário político estadual, na formulação do projeto Areninha, tinha-se como Governador Cid Gomes (PROS), o qual possuía aliança com o governo federal à época, tendo como características marcantes a forte influência da geração “Cambéba”, com uma agenda arrojada de investimentos em infraestrutura e descentralização de recursos e com um projeto estatal-desenvolvimentista do Lulismo, ampliando a cobertura dos programas sociais do governo federal, garantindo a participação de partidos de centro-esquerda, fortalecendo parcerias e garantindo forte desenvolvimento econômico (Monte, 2016). Posteriormente, foi eleito o governador Camilo Santana (PT), o qual teve o mandato entre 2015 e 2022, tendo como carro chefe em seu governo a educação, apresentando bons resultados na educação básica (Quem..., 2022).

Foi no governo de Camilo Santana que foi implementado o projeto Juntos por Fortaleza, que é uma parceria firmada entre o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza, para ofertar à população fortalezense políticas públicas nas áreas saúde, educação, saneamento, habitação, esporte, cultura, infraestrutura e meio ambiente, dentre outros. Por meio deste projeto, foram entregues à Prefeitura de Fortaleza diversas Areninhas construídas com os recursos estaduais (Fortaleza, 2021).

Atualmente, o Governador do Estado do Ceará é Elmano de Freitas (PT), o qual comprometeu-se a dar continuidade às gestões anteriores. Destacam-se como as principais promessas de campanha (Governo..., 2023): combate à fome; acesso à moradia; mutirão de cirurgias eletivas; passe livre intermunicipal; e segurança pública. Vale destacar, ainda, que o atual governador tem dado ênfase na importância do equipamento Areninha em todo estado:

A dinâmica da sociedade muda. Eu sou do tempo que teve uma febre de vôlei. Depois, de basquete. E, agora, as pessoas estão jogando muito beach tennis. É muito importante que os equipamentos que a gente for construir se adaptem ao que as pessoas estão querendo praticar. Então, neste momento, a gente tem tido uma demanda muito grande de ampliação das areninhas e de construção de quadra de beach tennis, destacou Elmano de Freitas (Ceará, 2024).

No tocante à municipalidade, o projeto Areninha foi criado no governo de Roberto Cláudio (PSB), o qual tinha como planejamento, conforme o Plano Plurianual de Fortaleza (2014-2017) – Lei nº 10.095/2013 (Fortaleza, 2013), dentre outros:

- Objetivo Estratégico 1.2: Proporcionar ambiente saudável, por meio da oferta ampla e diversificada de esporte e lazer;
- Objetivo Estratégico 4.2: Promover cuidados a jovens em situação de riscos e vulnerabilidades;
- Objetivo Estratégico 4.3: Apoiar a presença dos jovens como protagonistas em questões culturais, sociais e econômicas, relativas à dinâmica dos bairros e da cidade, fortalecendo o desenvolvimento ativo da cidadania.

O atual prefeito, José Sarto (PDT), seguiu a política de investimento nas Areninhas, demonstrando, inclusive, a importância destes equipamentos na municipalidade:

A Areninha é um espaço de inclusão, é um espaço da família, dos atletas, da garotada, dos pais, dos avós, da turma que fica no entorno, dos pequenos empreendedores que aqui podem melhorar sua renda familiar. Também é um equipamento que traz segurança, porque tem iluminação e convívio comunitário. Esta é uma política vencedora, e eu tenho orgulho de contabilizar 104° areninhas aqui em Fortaleza, entregando para o Barroso e para a grande Messejana mais um equipamento que transforma vidas (Fortaleza, 2023).

Assim, é possível inferir que há, no atual cenário político, um discurso a nível federal e estadual voltado para o bem estar da população, visando a melhoria de vida daqueles mais necessitados. No âmbito municipal, no que se refere à política pública Areninha, entende-se que há uma consonância com os poderes federal e estadual, haja vista que o governo Sarto tem dado continuidade à política de expansão e manutenção das Areninhas, voltadas para o desenvolvimento social das comunidades do município de Fortaleza.

É importante registrar que, associado ao programa Areninha, existem alguns projetos sociais, tais como:

- Projeto Atleta Cidadão - acesso gratuito ao esporte e lazer (Prefeitura e Federação de Triathlon);
- Escola Areninha - Esporte e Educação em tempo integral - resultado de duas políticas de sucesso da Prefeitura, o Tempo Integral e a Areninha;
- Projeto FUTPAZ - desenvolvimento social e promoção da cultura de paz no esporte, com intuito de promover o acesso de crianças e jovens ao futebol e descobrir talentos;
- Juntos por Fortaleza.

Enfatiza-se que o programa Areninha tornou-se referência para outros entes federativos no Brasil. O secretário do Esporte e Lazer, Ozires Pontes, afirmou que tem recebido, presencialmente, secretários de todo o Brasil para apresentar o projeto, o qual considera “uma das maiores políticas públicas de Fortaleza”. “Considero a Areninha um verdadeiro gol de placa da Prefeitura, tanto pela questão esportiva, quanto por revelar talentos e pela inclusão social, enfatizou Pontes” (Fortaleza, 2021).

Dentre os equipamentos com as mesmas características das Areninha de Fortaleza, pode-se destacar o Decreto nº 65.084, de 23 de julho de 2020 (São Paulo, 2020), que dispôs pela implantação do Projeto Areninha no Estado de São Paulo, inclusive com um manual de preenchimento do plano de trabalho⁹¹⁰, com os dados do projeto, inclusive metas estabelecidas.

Há ainda registros de espaços esportivos multifuncionais presentes em várias cidades do Brasil, especialmente em regiões metropolitanas e áreas urbanas com necessidades

⁹ SÃO PAULO. Manual de preenchimento do Plano de Trabalho. São Paulo: Secretaria de Esportes, 2020. Disponível em: <https://www.esportes.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/manual-projeto-areninha-rev-11-2021.pdf>

de infraestrutura esportiva e social, tais como Salvador¹¹, Distrito Federal¹², inclusive, utilizando a denominação Areninha.

Destaca-se, ainda, a Indicação 1006/2019¹³, na qual sugere a implantação, em nível nacional, do Programa Areninhas, de apoio à prática desportiva, desenvolvido no Estado do Ceará, de autoria do Deputado Júnior Mano.

No âmbito federal, foi instituído o programa Espaços Esportivos Comunitários, como um programa oriundo do Novo PAC Seleções, que foi lançado em 27 de setembro de 2023, tendo como objetivo investimentos de R\$ 65,2 bilhões para obras e equipamentos com participação dos estados e municípios, compreendendo cinco eixos e 27 modalidades, executadas por diversos ministérios, dentre eles o do Esporte (Brasil, 2024).

Os Espaços Esportivos Comunitários são instalações públicas versáteis, situadas em regiões com desafios sociais, determinadas com base em dados oficiais que avaliam a vulnerabilidade dessas áreas. Esses espaços oferecem uma variedade de atividades físicas e de lazer para pessoas de todas as idades. Eles incluem campos de futebol com grama sintética, quadras esportivas, pistas para caminhada e áreas de recreação infantil. Ou seja, esses espaços não apenas encorajam a prática de exercícios físicos, mas também fomentam a interação e o fortalecimento dos laços comunitários, proporcionando áreas como campo de futebol sintético, meia-quadra esportiva, trilhas para caminhadas e áreas de recreação infantil.

Portanto, pode-se perceber que o programa Areninha desenvolvido no âmbito do município de Fortaleza trata-se de uma inovação no cenário nacional, voltado para ações de lazer, esporte, cidadania, ou seja, o referido projeto foi um ponto de partida para a desenvoltura de desenvolvimento de outros equipamentos em diversas regiões do país.

5.1.3 Análise da Trajetória

Em relação à evolução de um programa, ao longo do tempo, Rodrigues (2008) destaca a importância de verificar se a política manteve uma consistência ao longo de sua implementação, analisando como seus objetivos podem ter mudado ao longo do tempo. Isso

¹¹ Disponível em: <http://www.sudesb.ba.gov.br/2022/04/2004/Sudesb-vai-construir-cinco-areninhas-em-Salvador.html>. Acessado em: 11 de março de 2024.

¹² Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/10/06/projeto-areninha-une-esporte-e-reforco-escolar-no-contraturno-dos-alunos/>. Acessado em: 11 de março de 2024.

¹³ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774326. Acessado em: 11 de março de 2024.

envolve examinar também os elementos culturais que influenciam os espaços institucionais e organizacionais nos quais o programa é executado.

Gussi (2008) destaca que a trajetória deve ser desenvolvida através da legitimação dos conceitos, regras, normas, valores e ações das instituições e o quanto estas premissas foram naturalizadas dentro da política pública vigente. Ou seja, deve-se atentar para o grau de amadurecimento desses valores nas instituições, observando se o desenvolvimento da política segue os ditames iniciais, alinhados a suas mudanças, ao longo do tempo.

Destaca-se, inicialmente, que a Areninha do Campo do América está situada no bairro Meireles, em Fortaleza, entre as ruas José Vilar e Tenente Benévolo, fazendo parte da memória afetiva do bairro e das gerações mais novas. Antes, o equipamento era composto por um campo de terra batida denominado Campo do América. No entanto, fora objeto de penhora para quitar dívidas junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, o qual pretendia vendê-lo.

De acordo com a reportagem publicada no jornal Diário do Nordeste (Gonçalves, 2010), o INSS anunciou a suspensão do leilão público do Campo do América, acatando ofício do Senador José Pimentel, que indicava o interesse do município de Fortaleza em adquirir o terreno. A reportagem destaca, ainda, que os moradores do entorno do campo festejaram o anúncio da suspensão do leilão. Destaca que, para Célia de Souza, líder comunitária, o terreno em questão é muito importante para a comunidade, pois representa, dentre outros, um “celeiro de muitos craques”, inclusive com jogadores em times internacionais, assim como no Sul e Sudeste do país (Gonçalves, 2010).

Posteriormente, o então Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, sancionou a Lei nº 10.084, de 4º de julho de 2013 (Fortaleza, 2013), que autorizava a aquisição do Campo do América, pela importância de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais). Segundo publicação da Prefeitura de Fortaleza (Fortaleza, 2014) as obras de urbanização do terreno a ser adquirido estavam orçadas em R\$ 988.291,00, com previsão e conclusão em 120 dias. É destacado, ainda, que o projeto previa a construção de um campo de futebol com grama sintética, arquibancadas, vestiários, iluminação, paisagismo, pavimentação, piso podotátil, assim como calçadas especiais de acesso e playground. Apresenta, ainda, a fala do secretário Executivo da Regional II, Francisco Barroso, observando que o referido projeto fora amplamente discutido com a comunidade, sendo um espaço essencial de convivência e lazer (Fortaleza, 2014).

O Prefeito Roberto Cláudio, em entrevista ao programa do Narcélio Limaverde, da rádio FM Assembleia (Ceará, 2014), destacou a importância da revitalização do Campo do

América como um meio de socialização da comunidade. Assim, pode-se depreender que a revitalização do Campo do América não estava atrelada a uma política pública específica, mas fora apenas uma iniciativa da Prefeitura de Fortaleza em transformar um espaço privado em um ambiente de lazer para os moradores do entorno, assim como evitar a especulação imobiliária.

Conforme já destacado, é importante ressaltar que não foram localizados instrumentos normativos que disciplinem a política pública Areninha, mas, tão somente, documentos esparsos regulando a criação de determinada Areinha, disciplinando o uso destes equipamentos e, até mesmo, normativos denominando as Areninhas. Percebe-se, portanto, que não há uma política pública legalmente formalizada destinada à Areninha.

De acordo com o Secretário de Infraestrutura, Samuel Dias (em entrevista realizada no dia 12/03/2024), a ideia inicial seria a melhoria no Campo do América, por se tratar de um equipamento com história em Fortaleza. Assim, o campo passou por algumas transformações, como a instalação de grama sintética, alambrados novos, vestiários. O secretário afirma ainda, que, a partir de transformação do Campo do América, o projeto Areninha começou a se formar, incluindo projetos sociais, utilizando-se de forma satisfatória o equipamento, envolvendo toda a comunidade do seu entorno. No que concerne aos principais objetivos do projeto, o secretário afirma que a prefeitura tem o intuito de criar espaços dentro de comunidades carentes para criar centralidades que gerem oportunidades de emprego e renda, lazer, prática de esporte e segurança.

O governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, ao lado do secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, Josbertini Clementino, lançaram o projeto Areninha do Ceará, que, através de parcerias com as prefeituras, seriam previstas a construção de diversas Areninhas nos municípios cearenses, tendo como objetivo a transformação através do esporte e do lazer (Ceará, 2017).

Os municípios foram contemplados através da Nota Técnica nº 65 (Oliveira, 2017), a qual tinha como objetivo classificar os municípios cearenses de acordo com o critério definido pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS para a construção dos Centros de Esportes - Areninhas. Segundo a nota técnica, o governo do estado resolveu adotar o programa Areninha para ofertar à população cearense equipamentos esportivos de qualidade para a prática de atividades esportivas, convivência pacífica e lazer, haja vista que a disponibilização de equipamentos públicos, com segurança e infraestrutura adequada, seriam fundamentais para o estímulo da prática esportiva.

Destaca-se, ainda, que a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2013 do IBGE apresentou dados relativos à prática de esportes pelos jovens em equipamentos públicos:

[...] De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2013 do IBGE1, 41,9% da população cearense com 18 anos ou mais havia praticado algum tipo de exercício físico ou esporte, nos últimos três meses anteriores à pesquisa, quando havia próximo ao seu domicílio algum lugar público (praça, parque, rua fechada, praia) para fazer caminhada, realizar exercício ou praticar esporte. Quando não existia um local público adequado para a prática esportiva, esse percentual foi de apenas 27,1%.

A falta de espaços adequados também reduz a participação em programas públicos de estímulo a prática esportiva. Quando perguntados se conheciam algum programa público no município de estímulo à prática de atividade física, 23% das pessoas responderam que sim, mas apenas 7,8% destes disseram participar. Quando perguntado aos que não participavam qual era o motivo, 9,6% afirmaram por ser distante do domicílio em que moravam ou porque o espaço não era seguro/iluminado. Em termos absolutos, 61.738 cearenses deixaram de participar desses programas por causa da inexistência ou inadequação do espaço público.

Assim, pretendeu-se construir centros de esportes (Areninhas) para estimular a prática esportiva, visando melhorar a qualidade de vida da população cearense. Para tanto, a nota técnica da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social definiu que os municípios selecionados seriam aqueles que tivessem o maior número de jovens com idade entre 15 e 29 anos, residentes em zona urbana.

Destaca-se que o Governo do Estado do Ceará realizou parcerias com diversas prefeituras do estado do Ceará para a construção de Areninhas por todos o estado. Ressalta-se, ainda, o projeto “Juntos por Fortaleza” (Ceará, 2017), que trata de ações integradas entre Governo do Ceará e Prefeitura de Fortaleza para o desenvolvimento de obras, reformas e planejamentos na capital cearense. Dentre estas obras, estava prevista a implantação de diversas Areninhas.

Para o secretário de Esporte, Rogério Pinheiro, o programa de Areninhas é uma das políticas públicas mais importantes e que tem mais impacto nas comunidades do Ceará (Ceará, 2023):

A gente vem trazendo [para essa comunidade] aquela que é a maior política pública do Estado do Ceará. A gente vem acompanhando que quanto mais equipamentos como este entregamos, mais a população faz a prática esportiva, o que beneficia a saúde. Então, não é só sobre fazer esporte, é sobre saúde também.

Segundo dados da Secretaria de Esportes (Ceará, 2023), até a data de 7 de outubro de 2023, o Governo do Estado já entregou 328 Areninhas distribuídas em todos os municípios cearenses, sendo 29 apenas no presente ano. Registra-se que, além dos organismos públicos, a sociedade, por meio da imprensa, tem contribuído para a propagação dos objetivos da Areninha. Merece destaque a COPARENA, que é mais que uma competição esportiva de bairros, sendo

uma série de jogos de futebol não profissional, realizado em 48 Areninhas em Fortaleza, servindo como um meio de interação social e esportiva entre as comunidades locais. Além de promover a prática esportiva, o projeto também busca identificar e desenvolver novos talentos esportivos, ao mesmo tempo em que fortalece valores fundamentais na formação cidadã (Coparena, 2023).

Dentre as informações elencadas, pode-se depreender que, no que pese não haver dispositivo legal dispendo dos objetivos, planejamento e estratégias, há registros e documentos que observam as diretrizes da política pública Areninha, tais como: interação, esporte, lazer e segurança. Assim, pode-se observar que o programa Areninha ganhou importância no âmbito municipal, estadual e nacional através da construção de Areninhas, ou equipamentos equivalentes, por todo o país, com os mesmos objetivos traçados nas Areninhas iniciadas em Fortaleza.

Destaca-se, portanto, que a política pública Areninha segue uma trajetória linear, ou seja, segue os objetivos propostos no início do seu programa, ganhando dimensões no âmbito de outras regiões, assim como de outras esferas, como a educação e a segurança, mostrando-se um programa plurissetorial e multirregional, abrangendo cada vez mais parcela da população à margem de uma estrutura que proporcionasse lazer, esporte, educação, segurança, oportunidade de empreendedorismo, dentre outros.

5.2 Análise da Areninha do Campo do América

Na análise do Contexto, Rodrigues (2016) enfatiza, dentre outros que, no eixo analítico do conteúdo da política ou programa na Avaliação em Profundidade, deve-se contextualizar a política pública através dos objetivos presentes nos documentos de implantação, abordando conceitos, ideia, valores, cotejando a base conceitual com critérios preestabelecidos.

No entanto, considerando que a política pública de implantação de arenas esportivas no município de Fortaleza não foi criada através de instrumentos legais, contendo diretrizes, objetivos, critérios, entende-se que há um prejuízo na avaliação dessa política na medida em que não é possível definir se o programa atende aos conceitos e valores determinados na implantação deste.

Assim, é possível observar a carência de formalizar a política pública Areninha através de instrumentos normativos, com a participação da comunidade envolvida,

determinando as diretrizes, conceitos, valores e critérios, com o fito de analisar o referido programa, no sentido de otimizar os seus benefícios perante a população fortalezensê.

No que pese a política pública Areninha ter seus aspectos exitosos, como a prática de lazer para a comunidade, a oportunidade de crianças aderirem ao esporte, dentre outros, há a necessidade de se estabelecer normas e critérios para um planejamento mais eficaz, assim como a mensuração dos objetivos alcançados, observando-se as fraquezas do programa.

No que se refere à Teoria do *Habitus*, de Bourdieu (2007), e considerando as entrevistas realizadas na Areninha do Campo do América, pode-se depreender que este equipamento traz uma similitude com a definição deste autor, na medida em que o *habitus* reflete a posição social do indivíduo dentro da sociedade e as experiências que ele teve.

Assim, observa-se que os usuários do equipamento, especialmente jovens e crianças, desenvolvem práticas esportivas habituais que se tornam quase instintivas. Essas práticas se integram de maneira natural ao seu dia a dia, contribuindo para um bom relacionamento social.

As preferências culturais e artísticas, tais como um estilo musical, também são moldadas pelo *habitus*, refletindo e reforçando a posição social do indivíduo. Portanto, é possível compreender que as práticas esportivas, no âmbito das Areninhas, podem ser insumos, instrumentos para a posição social do indivíduo. Como exemplo, tem-se o jogador profissional de futebol, Diego Silva, nascido na comunidade do Campo do América, que começou a jogar futebol antes do campo se tornar Areninha, e, mesmo de forma precária, pode percorrer o caminho do esporte, fazendo um caminho diferente de tantos outros jovens na comunidade.

Para Diego Silva, ao ser questionado como a Areninha é um instrumento capaz de transformar vidas através do esporte, explanou:

Sim, eu acho que é capaz sim de transformar. Eu sou prova viva disso, né?! Eu poderia muito bem trilhar outros caminhos, né, do crime, né?! Mas através do esporte, do campo, né, eu pude tipo, não pude desistir dos meus sonhos né?! Ajuda dos meus pais também, os meus avós, né, do falecido Salvador Barbosa, ele tinha um projeto no campo da América.

Então assim, creio que sim, o esporte ele pode transformar vidas né?! Infelizmente a gente, perde vários amigos pro crime, familiares também mas, graças a Deus eu fui abençoado né?! Não nunca desisti dos meus sonhos e sabia que em qualquer momento, se eu não parasse de lutar, né as coisas iriam acontecer (Entrevista concedida no dia 09/05/2024).

Além de Diego Silva, todos os entrevistados foram unânimes em destacar que a Areninha, através do esporte, tem um poder transformador significativo na vida dos jovens,

especialmente em comunidades de baixa renda, podendo atuar como uma ferramenta de inclusão social, educação, saúde e desenvolvimento pessoal.

Assim, pode-se perceber que o programa Areninha pode mudar o *habitus* dos indivíduos ao disponibilizar espaços esportivos de qualidade, promovendo valores como disciplina e trabalho em equipe, incentivando um estilo de vida saudável, ampliando interesses culturais e facilitando a construção de redes sociais e sentimento de pertencimento pela comunidade.

O professor da escolinha de futebol “Crack só de Bola” ressalta que a Areninha é uma importante ferramenta de disciplina, que os jovens e crianças têm a oportunidade, através do esporte, de mudar a vida difícil na comunidade:

Lógico! Sim, muitas vidas. Antigamente eu vou tirar pela Areninha, essa Areninha, vou dar exemplo. Vou dar exemplo dessa Areninha porque antes eu sou morador do Campo da América. Eu tenho 18 anos que moro no Campo da América, me expus aqui. Quando eu cheguei aqui, o campo era areia. E à noite não tinha essa praça de esporte. E o que os jovens faziam? Eles ou ficavam nos becos ou desciam para a praia. Não tinha um ambiente desse saudável para praticar esporte. Então, como eu frisei lá atrás, o social, o educacional, a formação do atleta, tudo engloba a Areninha. Porque se não tivesse Areninha, talvez a gente não estaria agora e você faz essas perguntas para mim (Entrevista concedida no dia 24/04/2024).

Além disso, compreende-se que o espaço permite o desenvolvimento de habilidades físicas e competências, ampliando as aspirações pessoais e combate às desigualdades sociais ao oferecer acesso igualitário ao esporte e empoderamento das comunidades desfavorecidas.

Outro ponto destacado por Bourdieu é a teoria dos campos, onde se pode compreender melhor as lutas por poder, os mecanismos de reprodução social e as maneiras pelas quais os agentes sociais utilizam diferentes formas de capital para melhorar suas posições e alcançar seus objetivos. Nesses termos, o programa Areninha cria um novo campo esportivo e social que influencia os indivíduos, ao proporcionar formas valiosas de capital social e transformar seu *habitus*. Esta transformação não apenas beneficia os indivíduos dentro do campo esportivo, mas também impacta positivamente sua atuação em outros campos sociais, promovendo a inclusão e o desenvolvimento pessoal.

Neste cenário, pode-se destacar, no âmbito da Areninha do Campo do América, os seguintes capitais sociais:

- capital esportivo: os indivíduos acumulam capital esportivo ao desenvolver habilidades físicas e técnicas, que são valorizadas dentro do campo. Para tanto, foi possível identificar, no projeto “Crack só de Bola”, o treinamento de crianças no

futebol, no qual o treinador passa informações de regras de jogo, habilidades, postura de jogo e táticas;

➤ capital social: a interação entre os participantes, treinadores e comunidade constrói redes de relacionamento e apoio, expandindo o capital social dos indivíduos. Foi possível observar a interação de jovens e crianças tanto antes, quanto no momento da prática esportiva;

➤ capital cultural e simbólico: a participação em eventos esportivos e a obtenção de conquistas gera prestígio e reconhecimento, aumentando o capital cultural e simbólico dos participantes. Registra-se que, corriqueiramente, acontecem torneios de futebol.

É oportuno enfatizar que há, no âmbito das Areninhas, em Fortaleza, a realização da Coparena, intitulada como a maior competição esportiva entre os bairros de Fortaleza, promovendo o intercâmbio social e esportivo entre as diferentes áreas da cidade por meio do futebol amador (Coparena, 2023).

Ademais, além dos benefícios que o esporte proporciona, o projeto incentiva a descoberta de novos talentos e fortalece valores essenciais para a formação dos cidadãos (Coparena, 2023):

A competição promove o intercâmbio sócio-esportivo entre os bairros da cidade através do futebol não profissional. Além dos benefícios do esporte, o projeto fomenta a descoberta de novos talentos e reforça valores importantes na construção do cidadão como: respeito, honestidade, humildade, dentre outros.

As Areninhas desempenham um papel fundamental neste projeto, uma vez que uniu os jovens em torno de um só objetivo: praticar esporte, permitindo um melhor desenvolvimento técnico. Ela atrai não só os atletas, mas famílias inteiras que se reúnem para torcer.

Figura 2 - Números da Coparena em 2022



Fonte: Coparena (2023).

Pode-se depreender, da figura acima, os seguintes dados:

- 504 times de futebol não profissional;
- 11 mil jogadores;
- 56 Areninhas utilizadas;
- 100 bairros envolvidos;
- 469 jogos disputados.

Destaca-se, ainda, que a Coparena tem ganhado tamanha importância que teve o seu encerramento televisionado ao vivo, através do Sistema Jangadeiro de Comunicação¹⁴, ao transmitir a partida entre União F. C. x Vila Nova F. C., na Areninha Murilão, em Fortaleza.

Em entrevista, Jussie Cunha, jornalista do Sistema Jangadeiro de Comunicação, relata que a Coparena surgiu após a expansão das Areninhas em Fortaleza e que o objetivo principal não seria a audiência, mas para trazer ao público o futebol amador:

A Coparena, ela surge exatamente a partir do começo das Areninhas, quando as Areninhas começaram a ser construídas em larga escala em todos os bairros de Fortaleza e aí a gente teve a ideia de aproveitar esse espaço e fazer a maior competição

14 Disponível em: <https://www.coparena.com.br/jangadeiro-transmite-finais-da-coparena-nas-categorias-masculino-sub-17-e-masculino-aberto/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

de futebol não profissional do nosso estado e uma das maiores do Nordeste, foi daí que surgiu a Coparena. O objetivo principal da Coparena não é a audiência, não é um produto que dá uma enorme audiência ao sistema de jangadeiro, mas é simplesmente para que a gente tenha também e fale sobre um futebol que por vezes ele é negligenciado, que é o futebol não profissional, futebol de subúrbio, o futebol que movimenta paixões, que movimenta muita gente, que mexe com todo o bairro, que mobiliza muita gente. Então a gente queria falar também além do futebol profissional, desse outro futebol e a Coparena veio a calhar (Entrevista concedida no dia 27/05/2024).

Para a Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a Coparena é um instrumento de desenvolvimento de talentos esportivos:

Exatamente, tem o nosso evento agora que está tendo agora o Coparena que é o maior evento norte-nordeste de futebol. Não profissional, né?! Então nesse evento, nessas competições que foram 600 times, eles têm os olheiros. No ano passado foram 504 times inscritos, nesse ano já tem mais de 600. Então nessas competições vai os olheiros exatamente para captar os melhores e dar oportunidade para essas crianças, né?! (Entrevista concedida em 10/04/2024).

Portanto, observa-se que a Areninha serve de instrumento de convívio entre as comunidades, fomentando uma rede de interação entre os indivíduos e promovendo o bem estar através do esporte, incentivando, assim, a prática com jovens crianças.

Quanto ao “Programa para uma Sociologia do Esporte”, Pierre Bourdieu (2004) aborda uma teoria que pode ser aplicada para entender o impacto do programa Areninha no contexto social e esportivo. Dentre os diversos aspectos que interagem, a Areninha, com o conceito de campo de Bourdieu, tem-se aquela como um campo esportivo relativamente autônomo dentro de Fortaleza, com suas próprias regras, normas e dinâmicas sociais, que pode interagir com outros campos sociais, tais como educacional, cultural e comunitário, proporcionando um espaço para que jovens desenvolvam habilidades que podem ser valorizadas dentro de outros contextos.

Ademais, a Areninha traz, dentro do seu capital esportivo, o desenvolvimento de habilidades físicas que são valorizadas dentro do campo esportivo, o qual proporciona interação com colegas, treinadores e membros da comunidade, possibilitando aos jovens construir redes de relacionamento que podem ser úteis tanto dentro quanto fora do campo esportivo.

É possível inferir, assim, que os conhecimentos adquiridos sobre práticas esportivas, como estratégias de jogo e a cultura do esporte, contribuem para o capital cultural dos indivíduos, assim como o prestígio e reconhecimento obtidos através do sucesso em eventos esportivos podem aumentar o capital simbólico dos jovens, fortalecendo sua posição tanto dentro do campo esportivo quanto na comunidade em geral.

Outra função social que se destaca na Areninha, alinhada a um tema abordado por Bourdieu, é a “Distinção Social”. A análise da função social da Areninha em relação à distinção social oferece uma perspectiva rica sobre como o esporte pode tanto desafiar quanto reproduzir estruturas sociais. Ao democratizar o acesso ao esporte, a Areninha trabalha para reduzir as barreiras que frequentemente resultam em distinção social baseada no acesso a recursos esportivos de qualidade. No entanto, o sucesso e a excelência esportiva ainda podem servir como um meio de distinção e reconhecimento dentro do campo.

Percebe-se que, dentre vários ambientes particulares onde jovens com condições sociais mais favoráveis praticam esporte, de forma onerosa, a Areninha oferta para a comunidade a opção de democratizar o esporte, que pode envolver indivíduos de qualquer camada social. É oportuno enfatizar que o equipamento é um espaço público onde qualquer cidadão tem a oportunidade de utilizá-lo, seja de qualquer camada social. Tem-se como exemplo, dentre as entrevistas realizadas, uma criança, residente num edifício situado ao lado da comunidade, participando do projeto “Crack só de bola”, demonstrando que o espaço é amplamente democrático.

Em entrevista concedida no dia 09/05/2024, a entrevistada relata que, mesmo morando num condomínio ao lado, leva o filho para brincar com as outras crianças dentro da Areninha: “É o espaço para meu filho correr, que eu moro em apartamento, então isso aqui para ele é um paraíso. Ele tira logo, fica descalçado, correndo ali igual a um louco”. Ou seja, a Areninha, ao democratizar o acesso ao esporte, busca reduzir as barreiras de entrada que tradicionalmente limitam a participação de indivíduos de classes sociais mais baixas. Ao fornecer infraestrutura esportiva de qualidade em comunidades carentes, a Areninha tenta nivelar o campo de jogo, permitindo que mais pessoas participem de atividades que antes poderiam ser inacessíveis, devido às limitações econômicas ou geográficas.

No entanto, mesmo com a democratização do acesso, o esporte pode continuar a ser um meio de distinção social, mas de uma forma diferente. O sucesso esportivo pode ser visto como uma forma de capital simbólico, que, de acordo com Bourdieu, pode ser convertido em outras formas de capital, tais como o econômico, o social e o cultural. Como exemplo, atletas bem-sucedidos frequentemente ganham reconhecimento, status e, em muitos casos, recompensas financeiras significativas.

Portanto, pode-se perceber que, dentro do campo esportivo, o desempenho ainda serve como marcador de distinção. A habilidade de se destacar no esporte pode oferecer oportunidades de mobilidade social, mas também reforça uma nova forma de hierarquia dentro da comunidade esportiva. Entende-se, assim, que a democratização do acesso ao esporte,

promovida pela Areninha, pode ser um passo fundamental na redução das barreiras sociais e econômicas.

No entanto, para que essa iniciativa resulte em uma transformação social significativa, é importante que outras políticas públicas sejam implementadas, as quais devem focar na construção de capital cultural, social e econômico, proporcionando um suporte abrangente que permita aos indivíduos não apenas participar do esporte, mas também adquirir os recursos necessários para alcançar o reconhecimento e a mobilidade social.

Tal entendimento está alinhado à fala do Secretário Municipal de Infraestrutura, na medida em que destaca que a Areninha tem o potencial de promover outras políticas públicas:

Isso é interessante do ponto de vista de avaliação de políticas públicas. Que uma política pública com a areninha, com um impacto grande que ela tem, ela pode ser utilizada, inclusive para você potencializar outras políticas públicas. Então a gente usou, nós tivemos a necessidade de expansão do ensino em tempo integral, que é uma diretriz nossa da Prefeitura. Desde que eu vou ver, pode a gente expandir. Nós somos a capital do Brasil que tem mais, maior percentual de ensino em tempo integral. O Brasil inteiro. Em número absoluto nós temos mais gente de Tempo Integral do que São Paulo, por exemplo (Entrevista concedida em 08/11/2023).

Registra-se que o jornalista Jussie Cunha também entende que a Areninha, por si só, não é suficiente para transformar vidas, sendo necessário uma gama de outras ferramentas para o desenvolvimento de jovens e crianças:

Eu acho que ele pode ajudar a transformar um espaço, mas obviamente que não é só um campo de futebol que vai mudar a realidade de uma comunidade. Mas ele pode ser sim uma grande ferramenta, ele pode ser sim importante para a formação de atletas, ele pode ser sim importante para o primeiro passo para o jovem não se envolver com outras coisas e escolha o futebol como uma forma de lazer, é óbvio que a Arena tem uma grande importância nesse contexto (Entrevista concedida no dia 24/04/2024).

Diante disso, foi possível identificar diversas políticas públicas conduzidas no âmbito da Areninha que, de forma complementar, são importantes para a transformação social dos seus usuários, proporcionando uma gama de valores e oportunidades. Ou seja, é perceptível que a conjunção de políticas públicas pode agregar insumos necessários para a ascensão social dos indivíduos. Dentre esses programas, pode-se destacar:

- Atleta Cidadão, projeto realizado por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Secel) e da Federação de Triathlon do Estado do Ceará (Fetriece);
- Esporte em Três Tempos - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará;

- Esporte Superação - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará;
- Futpaz - iniciativa do Governo do Estado, em parceria com os clubes de futebol Fortaleza, Ceará e Ferroviário;
- Escola Areninha - Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza.

No que se refere à obra “O Processo Civilizador”, de Norbert Elias (1994), o autor defende que a civilização é um processo contínuo de transformação nos padrões de comportamento e nas estruturas sociais, caracterizado pelo aumento do autocontrole e pela crescente interdependência entre os indivíduos. O autor observa que a civilização implica a internalização das normas sociais e a regulação das emoções e comportamentos, refletindo um movimento histórico em direção a sociedades mais complexas e integradas. Assim, através deste trabalho, alinhado às definições de Elias, pode-se verificar que a Areninha pode ser vista como um exemplo contemporâneo dos processos civilizatórios, através dos seguintes instrumentos:

- Desenvolvimento de Habilidades Sociais: o esporte praticado no âmbito da Areninha tem o potencial de incentivar o autocontrole, a disciplina e a cooperação. Os esportes exigem que os participantes sigam regras, respeitem os adversários e colaborem em equipe, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais;
- Resolução de Conflitos: os indivíduos podem, de forma supervisionada, aprender a resolver conflitos de maneira pacífica e civilizada, internalizando normas de comportamento aceitáveis. Para tanto, é de suma importância projetos como o “Crack só de bola”, para incentivar os jovens e crianças a se tornarem cidadãos e conviverem em harmonia;
- Fortalecimento da Comunidade: a Areninha possui a particularidade de ser um local de encontro comunitário, onde pessoas de diversas classes sociais podem se relacionar e criar vínculos. Essa interdependência é um aspecto fundamental do processo de civilização, conforme descrito por Elias;
- Inclusão Social: ao democratizar o acesso ao esporte, a Areninha tem o poder de reduzir diversas barreiras, tais como as sociais e econômicas, promovendo uma maior integração e coesão social. Foi possível observar no âmbito da Areninha a participação de crianças de diferentes classes sociais em eventos esportivos;

- Educação Cívica: além das práticas esportivas, a Areninha pode promover valores como respeito, igualdade e *fair play*¹⁵. Tais condutas, uma vez internalizadas, contribuem para a formação de indivíduos mais civilizados. Assim, os programas e projetos desenvolvidos na Areninha podem contribuir para a formação de cidadãos com educação;
- Modelos Positivos: a presença de treinadores atua como um fator de socialização, onde os jovens são expostos a comportamentos e atitudes exemplares que podem imitar e adotar em suas vidas;
- Ambiente Seguro: a Areninha oferta para a comunidade um ambiente seguro para a prática esportiva, e pode contribuir para afastar os jovens de influências negativas e proporcionando um espaço onde comportamentos desviantes são menos tolerados;
- Políticas Públicas e Infraestrutura: a iniciativa da Areninha reflete um investimento público em infraestrutura que regula o uso do espaço urbano de forma organizada, facilitando a prática de atividades saudáveis e comunitárias.

Portanto, pode-se depreender que a correlação entre a teoria dos processos civilizatórios de Norbert Elias e a Areninha está evidenciada como iniciativas sociais e esportivas podem atuar como propulsores de civilização. A Areninha serve não só para democratizar o acesso ao esporte, mas também promove a regulação social, o autocontrole e a interdependência, elementos essenciais para o avanço civilizatório. Através de políticas públicas que apoiam essas iniciativas, pode-se observar uma evolução nas normas de comportamento e uma integração social mais robusta, alinhada com os princípios delineados por Elias.

É oportuno trazer à baila que a teoria crítica do esporte examina como as práticas esportivas são influenciadas e refletem as estruturas de poder e desigualdade dentro da sociedade. Esta abordagem analisa como o esporte pode tanto perpetuar quanto desafiar sistemas de dominação, incluindo questões de classe, raça, gênero e poder político. Assim, na avaliação da Areninha é possível depreender que este equipamento representa um passo importante na inclusão social, ao fornecer espaços seguros e equipados para a prática esportiva

¹⁵ Fair Play significa jogo justo, jogar limpo, ter espírito esportivo, em português. Fair Play é uma expressão do inglês que significa modo leal de agir. Disponível em: <https://www.significados.com.br/fair-play/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

que pode ajudar a reduzir as barreiras econômicas e sociais que impedem a participação de muitos indivíduos no esporte.

Embora a Areninha promova a inclusão social, a teoria crítica também questiona se esses programas conseguem efetivamente transformar as condições sociais subjacentes ou se apenas mitigam sintomas de desigualdade sem abordar suas causas. Por exemplo, enquanto a construção de Areninhas pode melhorar a qualidade de vida nas comunidades locais, ela não necessariamente resolve questões mais profundas, como a distribuição de renda, oportunidades educacionais e emprego. Para tanto, é necessário que, alinhado à política pública da Areninha, haja uma gama de outras políticas públicas que consigam efetivas condições de igualdade entre os indivíduos, oportunizando melhores condições de vida. Essas políticas públicas envolvem vários setores governamentais, tais como educação, saúde, cultura, dentre outros. Assim, a análise crítica do esporte aplicada ao projeto Areninha revela um panorama complexo, onde o esporte funciona tanto como um meio de inclusão e empoderamento quanto um reflexo das dinâmicas de poder e desigualdade presentes na sociedade.

Esses projetos têm o potencial de contribuir para a transformação social, mas é fundamental que sejam acompanhados por políticas adjacentes que abordem as causas estruturais da desigualdade. No que pese os benefícios oriundos do programa Areninha, é importante trazer à baila que os projetos de infraestrutura esportiva, como a Areninha, podem ser utilizados pelos governos como ferramentas para manter o controle social e legitimar a ordem existente.

Ao proporcionar espaços de lazer e esporte em comunidades carentes, o governo pode desviar a atenção das comunidades dos problemas estruturais mais profundos, como a falta de empregos, a má qualidade da educação e a insegurança. Dessa forma, as Areninhas podem ser vistas como mecanismos para pacificar e controlar a população, mantendo-a ocupada e reduzindo a possibilidade de protestos ou mobilizações que desafiem a estrutura de poder atual.

O instrutor do projeto “Crack só de Bola” destaca que não há vínculo político partidário, informando que não houve mobilização de um governante que abraçasse o projeto, mas que seria possível haver um acordo:

A gente tem 120 entre jovens e adolescentes. A gente não tem vínculo político, tá?! Por enquanto a gente não tem vínculo político, por que não? A gente não vê um político que abraçasse o projeto da ideia. Não impede mais um. Não impede a gente fechar alguma coisa com algum político. A gente sabe que no Brasil e no mundo só se envolve política (Entrevista concedida no dia 24/04/2024).

A instrumentalização do esporte para ganhos políticos é uma dimensão importante da teoria crítica do esporte. Projetos como a Areninha podem ser utilizados pelos políticos para ganhar apoio popular, especialmente em períodos eleitorais. Tem-se como exemplo, ao inaugurar uma nova Areninha, políticos que podem melhorar sua imagem pública e promover uma narrativa de que estão cuidando das comunidades, mesmo que essas ações não abordem de forma adequada os problemas estruturais, podendo criar uma dependência simbólica, onde as comunidades esperam melhorias, enquanto questões fundamentais de infraestrutura e serviços públicos continuam negligenciadas.

Nesses termos, e considerando que não há instrumento legal que defina regras e procedimentos para a instalação da Areninhas, esta política fica à mercê dos políticos, que podem usá-la como instrumento de dominação frente à comunidade local. Pode-se depreender, assim, que a análise da Areninha revela que, embora o programa tenha trazido benefícios significativos como a promoção do esporte, inclusão social e desenvolvimento de habilidades físicas e sociais, sua falta de formalização, através de instrumentos legais e diretrizes claras, compromete a avaliação completa e otimização dos seus impactos.

A perspectiva teórica de Bourdieu nos permite destacar que a Areninha contribui para a formação de capital esportivo, social, cultural e simbólico, alterando positivamente o *habitus* dos indivíduos. Contudo, importa salientar que, sem políticas públicas complementares que abordem as causas estruturais das desigualdades, a Areninha pode ser utilizada como instrumento de controle social, desviando a atenção de problemas mais profundos.

Portanto, para maximizar os benefícios e mitigar possíveis usos políticos do programa, é essencial estabelecer normas e critérios formais com a participação ativa da comunidade, assegurando uma transformação social efetiva e sustentável. Noutro ponto, destaca-se a participação governamental, que pode utilizar o equipamento como instrumento de dominação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública da Areninha, em Fortaleza, representa um importante esforço para promover a inclusão social e o acesso ao esporte, demonstrando potencial para impactar positivamente as comunidades locais. A correlação entre a teoria dos processos civilizatórios de Norbert Elias e o programa Areninha evidencia como iniciativas sociais e esportivas podem atuar como propulsores de civilização, promovendo a regulação social. No entanto, a análise crítica do esporte destaca a necessidade de considerar as estruturas de poder e desigualdade presentes na sociedade, questionando se programas como a Areninha conseguem efetivamente transformar as condições sociais subjacentes ou apenas mitigar sintomas de desigualdade.

A Teoria do *Habitus* de Bourdieu enfatiza a importância de levar em conta não só a infraestrutura esportiva, mas também a criação de capital social, cultural e simbólico, destacando a necessidade de uma avaliação completa e integrada do programa.

Embora a Areninha represente um avanço na promoção do esporte e na inclusão social, é fundamental que seja acompanhada por outras políticas públicas que abordem as causas profundas da desigualdade, como distribuição de renda, oportunidades educacionais e emprego. A análise crítica do esporte aplicada ao projeto revela um panorama complexo, onde o esporte funciona tanto como um meio de inclusão e empoderamento quanto um reflexo das dinâmicas de poder e desigualdade na sociedade.

Assim, a avaliação da política pública da Areninha requer uma abordagem multidimensional que leve em consideração não apenas os benefícios imediatos, mas também os desafios estruturais e a interação com outras políticas públicas. A implementação eficaz e a sustentabilidade do programa exigem um compromisso contínuo com a promoção da igualdade, o desenvolvimento de capital social e a transformação social, visando não apenas mitigar sintomas, mas abordar as causas profundas da desigualdade e da exclusão social.

A democratização do acesso ao esporte, promovida pela Areninha, representa um passo fundamental na redução das barreiras sociais e econômicas, permitindo que indivíduos de diversas camadas sociais participem ativamente de atividades esportivas. Além disso, a Areninha contribui para a promoção da inclusão social, proporcionando espaços seguros e equipados para a prática esportiva, o que pode ajudar a reduzir as barreiras econômicas e sociais que impedem a participação de muitos indivíduos no esporte.

Ao disponibilizar infraestrutura esportiva de qualidade, a Areninha também pode promover valores como disciplina, trabalho em equipe e um estilo de vida saudável, incentivando o desenvolvimento de habilidades físicas e sociais. Ademais, ao oferecer um

ambiente propício para a prática esportiva, a Areninha facilita a construção de redes sociais e fortalece o sentimento de pertencimento à comunidade, promovendo a coesão social e o bem-estar geral dos indivíduos.

Pode-se identificar que os benefícios da Areninha vão além do aspecto esportivo, abrangendo também a promoção do desenvolvimento pessoal, a ampliação de interesses culturais e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades de baixa renda. Ao atuar como uma ferramenta de inclusão social, educação, saúde e desenvolvimento pessoal, a Areninha desempenha um papel fundamental na transformação positiva das comunidades, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades e o fortalecimento social.

A Areninha também apresenta desafios e pontos negativos que merecem atenção, sendo que um dos principais aspectos críticos está relacionado à falta de formalização através de instrumentos legais e diretrizes claras para a instalação e operação da política pública Areninha. Essa lacuna pode comprometer a avaliação completa e otimização dos impactos do programa, deixando a política pública vulnerável à instrumentalização política e à falta de abordagem das causas estruturais da desigualdade.

Além disso, a instrumentalização do esporte para ganhos políticos pode ser uma dimensão importante da teoria crítica do esporte, onde projetos como a Areninha são utilizados pelos políticos para ganhar apoio popular, especialmente em períodos eleitorais. Isso pode criar uma dependência simbólica nas comunidades, onde esperam melhorias superficiais enquanto questões fundamentais de infraestrutura e serviços públicos continuam negligenciadas.

Outro ponto negativo a ser considerado é a possibilidade de a Areninha ser utilizada como um instrumento de controle social, desviando a atenção das comunidades dos problemas estruturais mais profundos, como a falta de empregos, a má qualidade da educação e a insegurança. Essa abordagem pode reduzir a possibilidade de mobilizações sociais e protestos que desafiem a estrutura de poder existente, mantendo a população ocupada, mas sem abordar as questões estruturais que perpetuam a desigualdade.

Assim, este trabalho conclui que é necessário a instrumentalização da política pública Areninha através de instrumentos normativos que disciplinem o uso, a instalação, a manutenção e outros processos que interfiram na referida política, evitando que sirva de instrumento político e de controle por parte de interessados em fins pessoais.

É oportuno destacar algumas limitações que impactaram esta pesquisa. A primeira diz respeito à ausência de instrumento normativo, ocasionando dificuldade no acolhimento de informações, haja vista que os dados estão diversificados em várias secretarias municipais, de diferentes projetos.

Outro ponto que mereceu destaque foi a dificuldade em entrevistar moradores, ou não queriam realizar entrevistas, ou não se sentiam confortáveis em passar informações completas.

Ademais, a complexidade de mensurar impactos sociais profundos em um período curto de análise restringiu a compreensão de mudanças estruturais mais duradouras. Por fim, a natureza local do programa, específico ao contexto da Areninha do Campo do América, limita a generalização dos resultados para outros cenários e políticas públicas de inclusão social. Essas limitações sugerem a necessidade de estudos futuros que possam ampliar e aprofundar a avaliação do programa.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Guerra Fria e Ensino do Management no Brasil: O Caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 284-299, mai./jun. 2012.
- ALMEIDA, Paulo Antônio Cresciulo. **Esportes e Lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e o governo Lula: aproximações e particularidades**. 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do Governo Lula e suas implicações sociais**. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.
- ATHAYDE, Pedro; CARVALHO, Miguel; MATIAS, Wagner; CARNEIRO, Fernando; SANTOS, Samir. Panorama Sobre a Constitucionalização do Direito ao Esporte no Brasil. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 38-53, dez. 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012.
- BEZERRA, Renato. **Areninhas têm retorno positivo para comunidades beneficiadas**. Diário do Nordeste. Fortaleza, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/areninhas-tem-retorno-positivo-para-comunidades-beneficiadas-1.2043067>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Da Educação e da Cultura**, Art. 131. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 1.056, de 19 de janeiro de 1939. Institui a Comissão Nacional de Desportos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1056-19-janeiro-1939-349204-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.521, de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.472, de 2 de maio de 2007. Altera e acresce dispositivos à Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111472.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.663, de 12 de maio de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021. Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114193.htm. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Novo PAC | Espaços Esportivos Comunitários. **Ministério do Esporte**. Brasília, 9 de out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/infraestrutura-esportiva/novo-pac-espacos-esportivos-comunitarios/novo-pac-espacos-esportivos-comunitarios>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Propostas selecionadas para PAC Seleções foram inscritas pelo Transferegov. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços**. Brasília, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/noticias/2024/marco/propostas-selecionadas-para-pac-selecoes-foram-inscritas-pelo-transferegov#:~:text=O%20Novo%20PAC%20Sele%C3%A7%C3%B5es%20foi,dos%20esta dos%20e%20munic%C3%ADpios>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional-dependente. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 101-121, 2012.

BROHM, Jean Marie. **Sociología Política del Deporte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CANAN, Felipe; STAREPRAVO, Fernando Augusto. O esporte na constituição brasileira - genealogia e teleologia do artigo 217. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, e27026, p. 1-21, 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; PEREIRA, Cláudia Catarino; TEIXEIRA, Marcelo Resende; HUNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, v. 41, n. 4, p. 343-349, 2019.

CARVALHO, César Machado. **Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esportes no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CASTRO, Demian Garcia; GAFFNEY, Christopher; NOVAES, Patrícia Ramos; RODRIGUES, Juciano Martins; SANTOS, Carolina Pereira dos; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. (org.). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CEARÁ. Governo do Ceará vai construir 501 arenas de areia em todo o estado. **Governo do Estado**. Fortaleza, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/01/10/governo-do-ceara-vai-construir-501-quadras-de-areia-em-todo-o-estado/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CEARÁ. Programa Esporte em 3 Tempos retorna as atividades nesta segunda-feira (1º). **Governo do Estado**. Fortaleza, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/01/28/programa-esporte-em-3-tempos-retorna-as-atividades-nesta-egunda-feira-1o/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

COELHO, Victor de Oliveira Pinto (2020). O retorno da agenda neoliberal: os “ultraliberais” e o ataque à Justiça do Trabalho. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 9, n. 2, p. 1-26, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/23>. Acesso em: 26 jan. 2024.

COPARENA. Disponível em: <https://www.coparena.com.br/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

COSTA, Maurício da Silva Drumond. **Estado novo e esporte**: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). 2013. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRUZ, Daniella Maia. Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 160-173, jan./jun. 2019.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Rocky IV: História, Cinema e Esporte na Guerra Fria. **Contemporâneos - Revista de artes e humanidades**, Santo André, n. 11, p. 1-13, 2012.

DOZE cidades do Brasil têm protestos contra a Copa do Mundo. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contr-a-copa-do-mundo.html>. Acesso em: 25 jan. 2004.

DUNNING, Eric. Die Entstehung des Fussballsports. In: HOPF, Wilhem. (org.). **Fußball – Soziologie und Sozialgeschichte einer populären Sportart**. Bensheim: Päd. extra Buchverlag, 1979. p. 42-53.

DUNNING, Eric. (org.). **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**. São Paulo: Annablume, 2014.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994.

É LULA para melhorar a vida do povo; conheça as propostas. **Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 27 out. 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/e-lula-para-melhorar-a-vida-do-povo-conheca-as-propostas/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, João Fernando Pelho. **De (Pre)Potência Olímpica à “Invenção” do País do Futebol**: A Política para os Esportes do Governo Emílio Garrastazu Médici. 2014. Tese. (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FLORESTI, Felipe. **Manifestações de 'Junho de 2013' completam cinco anos: o que mudou?** Galileu. Porto Alegre, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FORTALEZA. Compra do Campo do América pela Prefeitura é aprovada pela Câmara. **Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 2013. Disponível em:

<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/compra-do-campo-do-america-pela-prefeitura-e-aprovada-pela-camara>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FORTALEZA. Prefeito assina aquisição do Campo do América e ordem de serviço para a qualificação da área. **Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-assina-aquisicao-do-campo-do-america-e-ordem-de-servico-para>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FORTALEZA. Lei nº 1.0095, de 27 de setembro de 2013. Dispõe sobre o plano plurianual (PPA) de Governo do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2014–2017. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/norma/3579?display>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FORTALEZA. Prefeito Roberto Cláudio inaugura Areninha Thauzer Parente. **Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-inaugura-areninha-thauzer-parente>. Acesso: 15 jan. 2024.

FORTALEZA. Portaria nº 40, de 28 de novembro de 2016. Disciplina o uso e conservação da Areninhas, equipamentos esportivos sob jurisdição da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Fortaleza – SECEL. Fortaleza: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 2016.

FORTALEZA. **Plano Fortaleza 2040**: vida comunitária, acolhimento e bem-estar. 2. ed. Fortaleza: Iplanfor, 2019.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado do Ceará inauguram a 50ª Areninha da Capital. **Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 7 mar. 2020. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-e-governo-do-estado-do-ceara-inauguram-a-50-areninha-da-capital>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FORTALEZA. Lei 11.188, de 09 de novembro de 2021. Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) de Governo do Município de Fortaleza para o quadriênio 2022–2025. Disponível em: https://transparencia-cdn.sefin.fortaleza.ce.gov.br/PLANEJAMENTO/PPA/PPA_2022_2025_diario-ficial_17184s.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

FORTALEZA. Prefeitura inaugura 80ª Areninha de Fortaleza no bairro Vila Velha. **Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-inaugura-80-areninha-de-fortaleza-no-bairro-vila-velha>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FORTALEZA. Prefeito Sarto entrega a requalificação da Areninha Barroso. Prefeitura **de Fortaleza**. Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-sarto-entrega-a-requalificacao-da-areninha-barroso#:~:text=prote%C3%A7%C3%A3o%20das%20traves,-,%22A%20Areninha%20%C3%A9%20um%20espa%C3%A7o%20de%20inclus%C3%A3o%2C%20%C3%A9%20um%20espa%C3%A7o,tem%20ilumina%C3%A7%C3%A3o%20e%20conv%C3%ADvio%20comunit%C3%A1rio>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst. **Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte**. Revista Motrivivência, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-15, 2019.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Locais da memória: histórias do esporte moderno**. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-86, jul./dez., 2005.

GOVERNO chama de “economia” corte de patrocínios no esporte. **UOL**. São Paulo, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/03/03/governo-festeja-cortes-no-esporte-e-mente-sobre-aumentar-apoio-a-atletas.htm>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2023.

GOVERNO Elmano: quais as principais promessas do novo governador do Ceará para cobrar em 2023. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 2023. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/governo-elmano-quais-as-principais-promessas-do-novo-governador-do-ceara-para-cobrar-em-2023-1.3318416>. Acesso em: 11 março de 2023.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 29-37, jan./jun. 2008.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 83- 101, 2016.

GUSSI, Alcides Fernando. Outras epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 168-183, jul./dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACEDO, Rafael L; SILVA, Camile L; CAPRARO, André Mendes. O esporte no estado novo: esclarecimentos sobre a formação de categorias estabelecidos e “outsiders”. *In*: VII Simpósio Internacional Processo Civilizador: História, Civilização e Educação, 2003, Piracicaba. **Anais [...]**. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, p. 675-694, set./dez. 2019.

MARTINS, Pollyanna. **Sociologia do Esporte**. Sobral: INTA, 2016.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de. Interfaces entre Max Weber e Pierre Bourdieu na análise de classes. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, p. 1-21, 2022.

MERCADANTE, Aloizio. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por Triangulação de Métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

MONTE, José Cleyton Vasconcelos. **Os caminhos do poder no Ceará**: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014). 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MORRE em Belo Horizonte Gerson Sabino. **UOL**. São Paulo, 13 abr. 1998. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/esporte/fut130498103.htm>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MURÇA, Giovana. **Atualidades Enem**: Copa de 1970 e Ditadura Militar. Quero Bolsa. s/l., 9 nov. 2020. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/atualidades-enem-copa-de-1970-e-ditadura-militar>. Acesso em: 24 jan. 2024.

NASCIMENTO, Fabiana Ortiz. Política de esportes durante a ditadura militar: educação física, moral e cívica. *In*: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias, 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

NOSSA História. **Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 11 out. 2022.

NUNES JÚNIOR, Paulo Cezar; BATISTA, Janir Coutinho. Ensaio sobre a organização capitalista do esporte: resgate das contribuições de Jean Marie Brohm para o entendimento do sistema esportivo atual. **EFDeportes.com** - Revista Digital, Buenos Aires, ano 17, n. 167, abr. 2012.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 155-174, 2012.

OMENA, Luciane Munhoz de. **Pequenos poderes na Roma Imperial**: o povo miúdo sob a ótica Sêneca. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PARRY, Jim. Olimpismo para o século XXI. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 49-53, 2016.

PORTES, Natália. A Copa do Mundo e seus diversos aspectos. *In*: ETIC - Encontro Toledo de Iniciação Científica, 2015, Presidente Prudente. **Anais [...]**. Presidente Prudente: Toledo, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1981.

PROFESSOR Lamartine Pereira da Costa recebe Honoris Causa. **PUCRS**. Porto Alegre, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/professor-lamartine-pereira-da-costa-recebe-honoris-causa/>. Acessado em: 26 de janeiro de 2024.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A Metamorfose do futebol**. Campinas: UNICAMP, 2000.

QUEM é Camilo Santana, ex-governador do CE e escolhido ministro da Educação. **Exame**. São Paulo, 20 set. 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-e-camilo-santana-escolhido-de-lula-para-o-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Sociologia do Esporte: Uma Homenagem a Norbert Elias, Eric Dunning e Pierre Bourdieu. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 13, p. 10-29, dez. 2021.

REZENDE, Milka de Oliveira. "Pierre Bourdieu". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/sociologia/pierre-bourdieu.htm>. Acesso em: 22 jun. 2022.

RIBEIRO, Fábio. A Verdade em Jogo – Elementos para uma análise da epistemologia de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 32, p. 10-24, 2020.

RIO DE JANEIRO. Decreto-Lei n.º 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e da outras providências. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 set. 2022.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, n. 1, p. 7-15, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016.

SALOMÃO, Norberto. Terror em Brasília: Como chegamos a esse ponto? **Blog Norberto Salomão**. S./l., 17 jan. 2023. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/terror-em-brasilia-come-chegamos-a-esse-ponto/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SÃO PAULO. **Manual de preenchimento do Plano de Trabalho**. São Paulo: Secretaria de Esportes, 2020. Disponível em: <https://www.esportes.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/manual-projeto-areninha-rev-11-2021.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SÃO PAULO. Decreto nº 65.084, de 23 de julho de 2020. Autoriza a Secretaria de Esportes a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros ou de equipamentos, destinados à implantação do Projeto Areninha. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65084-23.07.2020.html>. Acesso em: 11 mar. 2024.

STARLLES, Wender; MELO, Alexandre de. Manifestações de junho de 2013: relembre os fatos importantes. **Guia do Estudante**. São Paulo, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/manifestacoes-de-junho-de-2013-relembre-os-fatos-importantes/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 855-860, 2013.

SIGOLI, M. A., ROSE JUNIOR., D. A história do uso político do esporte. **R. bras. Ci e Mov.**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 11-119, 2004.

SILVA, Inácio Lula da. **Carta para o Brasil do Amanhã**. S./l., 28 out. 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/carta-para-o-brasil-do-amanha/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SILVA, Priscila L. Ludovico da. **O Conceito de *habitus* em Elias e Bourdieu**. Universidade Federal do Paraná, 2001. Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-191.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SILVA, Rodolfo Pereira. Durkheim e Bourdieu: aproximações e distanciamentos. **Rev. Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 273-292, jul. 2019.

SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.

SOUZA, Juliano; STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A sociologia configuracional de Norbert Elias – potencialidades e contribuições para o estudo do esporte. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 429-445, abr./jun. 2014.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Práticas de esporte, educação física e educação moral e cívica na Ditadura Militar: uma higiene moral e do corpo. **História e Diversidade**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 170-186, 2016.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Ravere. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 11, e20180023, p. 1-14, 2019.

TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre Fernandez. Do centro à periferia sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 185-200, set. 2006.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.